



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Antônio Marcos Dutra da Silva

**Literatura e política: os contornos do pensamento e a ação pública de
Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1865-1899)**

Rio de Janeiro

2019

Antônio Marcos Dutra da Silva

**Literatura e política: os contornos do pensamento e a ação pública de Alfredo
d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1865-1899)**



Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S586 Silva, Antônio Marcos Dutra da.
Literatura e política: os contornos do pensamento e a ação pública de
Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1865-1899) /
Antônio Marcos Dutra da Silva. – 2019.
167 f. : il.

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Taunay, Alfredo d'Escragnolle, Visconde de, 1843-1899 – Teses. 2.
Literatura brasileira – História e crítica – Teses. 3. Pensamento político –
Teses. I. Lynch, Christian Edward Cyril. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 896.0(81)-95

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde
que citada a fonte.

Assinatura

Data

Antônio Marcos Dutra da Silva

**Literatura e política: os contornos do pensamento e a ação pública de Alfredo
d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1865-1899)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
graduação em Ciência Política Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 13 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. André Pereira Botelho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Cristina Buarque de Hollanda
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. José Almino de Alencar e Silva Neto
Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof.^a Dra. Maria Alice Rezende de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

A Antônio (*in memoriam*) e Marlene, meus pais; toda dedicação, amor e histórias que representam.

AGRADECIMENTOS

É difícil chegar a esta etapa sem sentir-se em débito para com muitas pessoas e circunstâncias. Assim, tentando ser breve, gostaria primeiro de agradecer a tantos professores que foram ao longo do tempo pavimentando esse caminho que fui tracejando nos dias, por vezes hesitante, mas nunca esmoreci; agradeço aos muitos alunos que tive, e tenho, e que sempre me trazem um retrato vivo daquilo que chamamos vagamente de país.

Agradeço às instituições fomentadoras de pesquisas CNPQ e CAPES, visto em retrospectiva, desde a graduação, nada disso seria possível.

Agradeço a meus amigos de todo tempo; a meus companheiros beemotianos, desafiando o desconhecimento do pensamento político brasileiro, agradeço aos professores e professoras Dra. Cristina Buarque, Profa. Dra. Maria Alice R. Carvalho, mais uma vez presentes nesse etapa; agradeço vivamente as orientações e sugestões desde o projeto de pesquisa; agradeço ao Prof. Dr. André Pereira Botelho e ao Prof. Dr. José Almino de Alencar por aceitarem participar da banca; e, em especial, ao meu professor orientador Christian E. C. Lynch, tantas vezes um professor, um intelectual, ensinando a ver um país sem distorções e muito respeito; muita coisa poderia ser dita sobre “o Christian”, quase sempre furtado de uma conversa a outra, levado por alguém a tirar uma última dúvida, a perguntar se ele viu algum acontecimento recente, a perguntar ou pedir seu parecer ou opinião; nisso tudo, Christian o faz com sua generosidade, gentil, nobre; tem sido um exemplo e um aprendizado todos esses anos no IESP-UERJ e em particular no BEEMOTE.

Gostaria de agradecer ainda à Jaqueline de Calazans, a constância, o afeto e apoio. Agradeço a estes homens, D. Pedro II, Nabuco, Rebouças e o “nosso Taunay”, como disse Nabuco a Machado de Assis; que ousaram desenhar um futuro de país muito mais humano, muito mais digno do que ao fim de suas vidas puderam ver. Sem estes sonhos e suas ideias, nenhuma dessas palavras estaria aqui como tese.

Por fim, agradeço a Alvina Suzana da Silva, mãe de meu pai e minha avó que não conheci, e todos ancestrais reunidos a partir dela, um elo, a cor e a África; a José Uliana e Eugênia Canal Uliana, pais de criação de meu pai; a Francisco de Souza Dutra e Santa de Souza Dutra, pais de minha mãe; por terem me contado estes avós todos tantas histórias, sem que soubesse, eu aprendia sobre a abolição e a imigração europeia, e... *Hélas!* diria Proust, por trás do agradecimento, mal dou por mim e estou compondo uma Madeleine de tinta e papel... agradeço-lhes com sabor de tempo e afeto.

Em que se resume, aliás, quase sempre a vida, senão no *esperar e ter esperanças?*

Grande filosofia se concretiza nestes *dous* fatos de ordem material e moral – *attendre et espérer!*

Esperemos, pois, e tenhamos esperanças!

Taunay, 26 de junho de 1891.

Sonhei com o meu Rio a que me deixavam ir e eu logo fui embora como de viagem. Que felicidade! Lá iria passar o inverno daqui em Petrópolis, voltando na primavera que é na Europa lindíssima. Foi um sonho. Acenderam a lâmpada e vou ler.

D. Pedro II, 30 de janeiro de 1891.

RESUMO

SILVA, A. M. D. da *Literatura e política*: os contornos do pensamento e a ação pública de Alfredo d'Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay (1865-1899). 2019. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Nesta tese procura-se compreender o Pensamento Político de Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899), suas características e de que forma é possível apreendê-lo de seus escritos literários, políticos, pessoais, jornalísticos e sua atuação política. A tese tem por pressuposto a possibilidade de dividir a vida pública de Taunay em três períodos: de 1865 a 1878 quando Taunay elabora os princípios políticos que guariam sua vida e inicia a escrita militar; de 1878 a 1889 quando vivencia o auge de sua participação pública como político, adentrando as fileiras do partido conservador (Saquarema) e passa a defender suas principais bandeiras: a facilitação da naturalização dos estrangeiros, a necessidade do incremento da política de recepção de imigrantes europeus, rejeitando a entrada de chineses; e advogando o incremento da secularização da sociedade com a defesa do casamento civil. Por fim, no período de 1889 a 1899, o já Visconde de Taunay passa a influenciar a vida política pelos seus combates nos jornais, procurando fornecer direções à República, à medida que retorna ao legado de D. Pedro II e as propostas do conservadorismo progressista que defendeu.

Palavras-chave: Alfredo d'Escragnolle Taunay. Visconde de Taunay. Conservadorismo progressista. Imigração. Pensamento político brasileiro.

RÉSUMÉ

SILVA, A. M. D da. *Littérature et politique*: les contours de la pensée et l'action publique d'Alfredo d'Escragnolle Taunay, le Vicomte de Taunay (1865-1899). 2019 166 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Dans cette thèse, on essaie de comprendre la pensée politique d'Alfredo d'Escragnolle Taunay (1843-1899), ses caractéristiques et comment c'est possible de la déduire de ses écrits littéraires, politiques, personnels et journalistiques, mais aussi de son action politique. La thèse présuppose la possibilité de diviser la vie publique de Taunay en trois périodes: de 1865 à 1878, lorsque Taunay élabore les principes politiques qui guideront sa vie, quando il commence son écriture militaire; de 1878 à 1889, il connut l'apogée de sa participation publique en tant que politicien, entrant dans les rangs du parti conservateur (Saquarema) et il commença à défendre ses principaux drapeaux: faciliter la naturalisation des étrangers, la nécessité d'accroître la politique d'accueil des immigrants européens, rejetant l'entrée des chinois; et il préconise aussi l'augmentation de la laïcisation de la société avec la défense du mariage civil. Enfin, dans la période de 1889 à 1899, le Vicomte de Taunay passe à influencer la vie politique par ses combats dans les journaux, essayant de donner une direction à la République, à mesure qu'il reprenait l'héritage de D. Pedro II et les propositions du conservatisme progressiste qu'il a défendu.

Mots-clés: Alfredo d'Escragnolle Taunay. Vicomte de Taunay. Conservatisme progressiste. Immigration. Pensée politique brésilienne.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	LUGARES, IDEIAS E O COMEÇO	17
1.1	O ambiente político e as ideologias	17
1.2	A missão francesa e a família Taunay	20
1.3	No convívio familiar e as primeiras ideias	21
1.4	O Imperador	27
1.5	Ao mundo dos adultos	29
2	O PERCURSO DO PENSAMENTO POLÍTICO E A AÇÃO PÚBLICA NOS ANOS DE FORMAÇÃO DE ALFREDO DE TAUNAY (1865-1872)	31
2.1	Interpretações da obra	31
2.2	O Pensamento político brasileiro	34
2.3	A cartografia e a leitura	36
2.4	A Guerra do Paraguai e a crise política	37
2.5	A escrita literária	41
3	VIDA PARLAMENTAR E ESCRITA	58
3.1	O deputado Escagnolle Taunay (1873-1884)	58
3.2	O primeiro mandato (1872-1875)	62
3.2.1	<u>O recrutamento</u>	65
3.3	O segundo mandato (1875-1878)	68
3.3.1	<u>Relações raciais</u>	70
3.3.2	<u>A reforma eleitoral</u>	74
3.3.3	<u>A reforma ao modo do partido Conservador</u>	76
3.3.4	<u>A ficção e a sociedade</u>	78
3.3.5	<u>A representação diplomática brasileira</u>	81
3.4	O Interregno	84
3.5	O terceiro mandato (1882-1884)	87
3.5.1	<u>Um olhar sobre o internacional</u>	87
3.5.2	<u>A reestruturação militar</u>	92
3.5.3	<u>A naturalização</u>	94

3.6	O auge no Senado (1886-1889)	95
3.6.1	<u>A escrita programática</u>	96
3.6.2	<u>A Sociedade Central de Imigração</u>	99
3.7	As querelas de Taunay	101
3.7.1	<u>Cotegipe</u>	101
3.7.2	<u>O apóstolo</u>	104
3.7.3	<u>Os chineses</u>	105
3.7.4	<u>Antonio Prado e Joaquim Nabuco</u>	107
3.7.5	<u>Da Monarquia à República</u>	110
4	UM VISCONDE NA REPÚBLICA (1889 - 1899) E DEPOIS	112
4.1	Ao correr da pena	112
4.2	Réquiem	124
4.3	E depois	126
	CONCLUSÃO	137
	REFERÊNCIAS	142
	ANEXO A – Biblioteca do Imperador no Paço de São Cristóvão.....	161
	ANEXO B - Conde D’Eu (segundo à esq.), Taunay e Visconde do Rio Branco (detalhe de foto).....	162
	ANEXO C – Relação de imigrantes italianos do navio Birmânia vindo de Gênova, chegado ao Brasil em 15 de dezembro de 1888. Lê-se Antonio Uliana, 51 anos; Augusta 41, Pasqua ?, Giovanni, 22, Luigi, 17, Luigia, 14 e Maria, 8 anos. Giovanni viria a ser pai de José Uliana (nascido em 1907), e este, meu avô de criação.....	163
	ANEXO D - Assinatura em carta do Visconde de Taunay.....	164
	ANEXO E – Imóvel atual no último endereço do Visconde de Taunay, Rua Marechal Floriano (antiga Rua Larga) n. 148.....	165
	ANEXO F – Provável último retrato de Taunay, a partir de alguma foto desconhecida ou de seu esquite.....	166
	ANEXO G - Cena do filme Inocência, divulgação em dezembro de 1948....	167

INTRODUÇÃO

Em um dos papéis de André Rebouças, mais especificamente em uma carta enviada em 1891 de Cannes para Taunay, Maria Alice de Carvalho encontrou uma representação geométrica feita pelo engenheiro, “sob linhas tênues”, e, encimando havia o que sugere ser uma pirâmide, “um discreto D. Pedro II”. O desenho do triângulo tem sob cada um dos vértices um nome escrito. Rebouças escreveu seu próprio nome, e o nome de seus dois amigos de geração e talvez os mais próximos: Joaquim Nabuco e Alfredo de Taunay, o Visconde de Taunay, e a inscrição política de cada um.

Ao lado de Nabuco, partido Liberal, ao lado de Taunay, partido Conservador; e um ponto de interrogação ao lado de seu próprio nome (CARVALHO, 1998).

Do ponto de vista intelectual, essa triangulação representava bem as propostas modernizantes no Segundo Reinado, quando da iminência da Abolição da escravatura, e aos poucos, este trio converteu-se em sustentáculos da monarquia e, posteriormente, de sua defesa quando do golpe republicano e fim do regime monárquico, ou seja, entre as décadas de 1880 e 1890.

Contudo, o conhecimento sobre estes três atores se apresenta ainda hoje de maneira incompleta. Enquanto o conhecimento da obra de Joaquim Nabuco se apresenta em melhor situação ainda que permeada de diferentes interpretações, em grande medida alimentados pela simplificação historiográfica quanto aos processos políticos do Segundo Reinado, é inegável que Nabuco atualmente goza de certa fortuna crítica e à medida que os estudos avançam, seu “retrato” torna-se mais preciso¹.

Nos últimos decênios, talvez motivada pela transformação a que se assiste na sociedade brasileira com a expansão de seus extratos médios, a recuperação da biografia e trajetória do engenheiro negro André Rebouças vem ganhando espaço, especialmente dentro da pesquisa histórica (CARVALHO, 1998; JUCÁ, 2001; PEREIRA, 2006; TRINDADE, 2004).

No entanto, o mesmo não aconteceu com o conhecimento do pensamento político do Visconde de Taunay. Apesar de ter sido engenheiro militar, professor, jornalista, político, memorialista e historiador, para o grande público, seu nome está associado ao romance *Inocência* o que permite inscrevê-lo dentro do romantismo, ainda que tardio, sobretudo na vertente regionalista e de valor “irregular” (BOSI, 1997, p. 156). A republicação de suas

¹ O que não isenta de erros interpretativos. Para compreender seu pensamento, ver: Lynch (2012); Carvalho (1998).

Memórias, em 2005, certamente foi a última ocasião que houve maior atenção sobre Taunay e sua obra, para além da crítica literária².

Assim, os múltiplos aspectos de seu legado e a interpretação de seu papel intelectual acabam se limitando às apresentações de sua vida nos manuais de História de Literatura, quase sempre descontextualizadas de seu presente político, seus dilemas e desafios ao qual em diferentes instâncias, como deputado, governador, senador, jornalista ou escritor célebre, Taunay tentou responder. Por fim, à parte os interesses específicos de pesquisadores, e eventualmente o interesse por um romance ou outro, Taunay permanece como o autor de *Inocência*. Esse processo de esvaziamento do conteúdo político de Taunay pode ser retraçado. Tarefa desta tese é que, ao mesmo tempo, busca compreender as linhas gerais do seu pensamento. Para tanto, a tese procura analisar em conjunto as obras literárias e a atividade política de Taunay. Aliás, o primeiro passo foi estabelecer uma cronologia que fizesse coincidir tempo, atividade pública e publicações.

Assim, toma-se por convenção a divisão dos períodos de vida do escritor em três: o período de formação (1865-1872) quando Taunay passou à vida militar e escreveu seu primeiro romance e relatórios. Objeto do segundo capítulo, pois o primeiro capítulo da tese objetiva apresentar as correntes ideológicas e políticas do ambiente que cortaram o período imperial de D. Pedro II, é abordada uma leve investigação em torno das origens familiares de Taunay e a influência desse ambiente, a que ele atribuiu, já homem maduro, em suas memórias.

O período parlamentar (1873- 1889) compreendido por três mandatos no Parlamento e, o último, no Senado. Período bem produtivo em termos de produção de textos, discursos e debates públicos. Esta segunda etapa poderia ser mais fragmentada, em mais capítulos, mas ultrapassaria em muito ao escopo de uma tese. Além do mais, as linhas gerais não diferem substancialmente em cada mandato. Assim, os mandatos compõem um conjunto que acabou por ser analisado no longo terceiro capítulo da presente tese.

Por fim, a terceira etapa composta pelo afastamento compulsório com o golpe de 15 de novembro de 1889, quando deixou o Senado e passou a criticar o Regime instaurado.

Por dez anos, até sua morte em janeiro de 1899, Taunay escreveu artigos, publicou romances, mantivera-se ativo, apesar da diabetes que o vitimaria. A essa etapa é consagrada a análise no capítulo quarto, além de tentar entender de que forma sua memória foi se transformando, ao longo das décadas do século XX, até que finalmente restasse como um

² Em 2011 a historiadora Mary Del Priore publicou um pequeno perfil biográfico de Taunay, mas se limitava a uma apresentação biográfica e dois excertos de *Inocência* e *A Retirada de Laguna*. Ver Del Priore (2011).

autor regional romântico. Assim, tentou-se recuperar a *intencionalidade* das transformações de sua representação como homem público e escritor. Uma das primeiras suposições era de que havia uma intencionalidade política na maneira como sua obra foi sendo publicada. Para compreender o elo entre seus textos, essas etapas da vida e memória de Taunay foi necessário estabelecer critérios que pudessem servir de eixos que atravessassem esses períodos. Assim, buscou-se observar nessas três etapas de vida do Visconde de que forma apareciam: a) sua preocupação ou leitura com o internacional. Isso acabou sendo sugerido a partir do momento em que se observou além da sua participação na Guerra do Paraguai, sua constante defesa da política imigratória com população europeia; b) sua participação pública diretamente como político e/ou como escritor. Tentando ver se havia alguma coerência entre o que defendia *ao mesmo tempo* em um dos períodos analisados e sua escrita e por fim: c) o conteúdo do que foi escrito; ou seja, não se pretendeu avaliar a qualidade literária ou a veracidade política dos seus escritos, antes, o objetivo foi ver dentro dessas estruturas como Taunay elaborava seu discurso, tentando compreender onde este apresentava ou fissura, reelaboração ou crítica ideológica a outros discursos.

Dessa forma, esses três eixos acabaram orientando a investigação metodológica de cada período. Ficando em segundo plano a análise estilística, o aquilatar das obras ou realização artística.

A investigação tinha o pensamento político como o grande objeto a ser compreendido, a escrita literária, os discursos e a escrita política (do período senatorial e de fim de vida) foram tomadas como plataformas discursivas, das quais se poderia depreender as características daquele pensamento. Mesmo que para Taunay esse objetivo pudesse ser nuclear, lateral, ou ainda, não intencional em seus romances.

Por isso, buscou-se a palavra *contorno* por se considerar como hipótese de que política e literatura na vida e obra do Visconde de Taunay não estavam necessariamente separadas. Não se buscou investigar os romances também reduzindo-os a ilustrações políticas, mas entender como a construção da narrativa fornecia chaves para a interpretação de Taunay sobre a sociedade e política brasileiras.

Para tratar de discurso, romance, plataformas escritas e faladas, valiosas foram as lições de Pocock (2003), Rizzo (2007) e Freedon (1996). A partir do pensamento desses autores, foi possível entender melhor como a linguagem compartilhada em dado momento histórico é alimentada pela concorrência de ideias, transformadas, discutidas, relidas, e como homens públicos e/ou escritores são produtores de ideologia. Este conceito é entendido aqui no sentido que lhe atribui Michael Freedon: a capacidade de grupos, em se diferenciando, de

forma recorrente combinar ações, discursos, cujo objetivo é alterar, disputar ou contestar políticas públicas. Podendo ter o conteúdo dessas ideologias reclamado ou defendido, permanecendo assim, de caráter maleável e contestável. Como esclarece:

[...] that they create specific conceptual patterns from a pool of indeterminate and unlimited combinations. That indeterminate range is the product of the essential contestability of political concepts, and essential contestability provides the manifold flexibility out of which ideological families and their subvariants are constructed principles (FREEDEN, 1996, p. 4).

Dessa forma, fica claro que não se pretende demonstrar a superioridade ou inferioridade da ideologia defendida por conservadores em relação aos liberais, ou a visão que tinham dos lusos, mas compreender, antes, como esse conjunto de ideias animava suas ações, e, especialmente, ao escritor e político Alfredo Taunay.

Por outro lado, o processo de consolidação do projeto monarquiano, sua alternância democrática de gabinetes e partidos formou a linha dorsal com a qual se procurou conectar as diversas etapas da vida pública de Taunay (LYNCH, 2007).

Toma-se por princípio fundamental que a construção da ordem, tensionada entre o domínio da autoridade e a liberdade, na verdade, tinha como pano de fundo a necessidade de desenvolvimento, visto que países novos americanos dependiam de superar seu “atraso” real ou imaginado diante das referências sócio-políticas dos países europeus. Dito de outra forma: a condição de atraso era uma qualidade da periferia imaginada e que era possível implementar medidas que trouxessem desenvolvimento³.

Em certo sentido, a periferia e centro são categorias relacionadas e que representavam o lugar na relação entre os países metropolitanos e as antigas áreas coloniais, tornadas países. Essa condição periférica, do atraso, da circunstância mais estacionária, impunha aos pensadores políticos considerarem projetos capazes de minorar as distâncias entre os ritmos das sociedades, na Europa e na América. Nesse sentido, toma-se a “condição periférica” como pano de fundo das interpretações e ações políticas dos atores, no século XIX (RAMOS, 1995). A tensão entre os passos institucionais, o tamanho de suas economias e a importância internacional dos países centrais e o desejo dos países periféricos de alcançar igual desenvolvimento e industrialização é um pressuposto teórico do presente trabalho (LYNCH, 2013).

³ Mirando-se no exemplo de estadistas como Robert Peel, Palmerston, Thiers e Guizot – os políticos do Império estudavam as instituições e práticas dos países centrais (Grã-Bretanha, França e Estados Unidos) para fomentar o progresso e elevar ou manter o Brasil na órbita da civilização. Na qualidade de centro e motor da civilização, a Europa era vista pela periferia ibero-americana como uma espécie de câmara de antevisão do futuro, a partir da qual ela extraía lições a serem aproveitadas [...] (LYNCH, 2016, p. 88).

Na segunda metade do século XIX, a construção da imagem cêntrica se dava por contraposição às imagens das periferias no jogo político e econômico que se consagrou como Imperialismo. Seriam os meios de difusão de cultura como livros e relatos de viagem que criariam uma imagem ambígua, diferente do outro, do lugar do exótico, e que acabaria ensinando às elites, sobretudo francófonas, as diferenças entre centro e periferia. Era o mundo que se construiria nas imagens da desigualdade de relações e nos estereótipos (SAID, 1979). Nesse sentido, o orientalismo era uma imaginação cêntrica, europeia sobre o Oriente, e foi parte dessa cultura mais geral do contexto imperialista. Para além desse público leitor mais dileitante, nos países periféricos, por sua vez, intelectuais absorviam sua “condição periférica” e reagiam a ela, com o imperativo do avanço social. O reconhecimento dessa necessidade de avançar permitiu estabelecer linhas políticas, de grupos e atores e, para o pesquisador, reconhecer seus projetos para a sociedade.

No tocante à tese, o projeto monarquiano proposto pelos integrantes do partido Conservador é tomado como elemento-chave do reinado de D. Pedro II. Essa proposição política defendia um reformismo moderado, com o predomínio do poder do monarca (a quem se reservava o poder Moderador) e a alternância de partidos em um modelo, preferencialmente, bipartidário. Originalmente, elaborado pela primeira geração de políticos conservadores, continuou com o famoso Gabinete do Visconde de Rio e Branco (1871), e animou também o Visconde de Taunay, ainda que as circunstâncias se modificassem ao longo do tempo e, conseqüentemente, as bandeiras e propostas também. Contudo, esse núcleo permaneceu, ou seja, o projeto monarquiano, conservador e progressista em Taunay era uma ideologia.

Contudo, a proposta de análise aqui dependeu de escolhas. Os anos de pesquisa e estudo no doutorado passam rápido, e sem querer dizer apenas um truísmo, a verdade é que a pesquisa teve de renunciar a algum material produzido ou compartilhado por Taunay. Ficaram de fora suas cartas, guardadas a maioria delas no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que ultrapassam 696 latas (MARETTI, 2006), bem como toda sua produção teatral e a produção jornalística total entre 1889 e 1899, que não fora publicada em livro. Material que, entretanto, poderá ser investigado em etapa posterior à tese.

Por fim, a investigação da vida parlamentar e senatorial de Taunay pretendeu não só rerepresentar ao público as batalhas e bandeiras que ele defendeu na segunda metade do século XIX, mas também uma interpretação. Do ponto de vista da bibliografia sobre Taunay, a pesquisa sobre sua participação e discursos parlamentares é algo original. Logo, a interpretação desse material também intenta sê-lo.

Por fim, para acompanhar quase trinta e cinco anos de vida pública e escrita de Alfredo de Taunay, a tese buscou ter em mente o desafio biográfico que representa “conviver” com um personagem histórico, circunscrito no tempo, enfrentando condicionantes próprios de sua época e, muitas vezes não correspondendo a expectativas e leituras sobre ele a priori. Assim, a escrita da tese também seguiu os passos do artesão (DOSSE, 2009) que laboriosamente volta, rasura observa a massa de palavras que vai se formando à sua frente e, aos poucos, vai erigindo da matéria bruta (de textos, artigos, livros) um retrato.

Deste modo, a chave que se propõe aqui é o do caminho da biografia intelectual, que tenta restituir, tanto quanto possível, a unidade entre a vida e obra (DOSSE, 2009), na medida em que ela ajuda a entender a singularidade da existência e do pensamento de um ator político, mas também clarifica os quadros mais gerais de um período preciso. No caso, as transformações políticas e sociais no Brasil entre 1865 a 1899.

Mesmo assim... ainda que saiba que não esgotou o tema, e nem pretenda ser uma biografia completa, definitiva, a tese como perfil biográfico assume sua natureza “inconclusa” (DOSSE, 2009, p. 14). Por mais que tenham sido cotejados documentos, textos, rastreado os diálogos entre esses personagens apresentados aqui em conjunto, Taunay, D. Pedro II, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Barão de Cotegipe entre outros, haverá sempre um quê que se poderia acrescentar, algo que poderia ser dito... mas que extrapolam as possibilidades atuais.

A esperança é ir ao longo do tempo aperfeiçoando, reelaborando, tendo um conhecimento entre as duas lentes macro e micro, cada vez mais exato, *macro* ao ser capaz de abarcar no caso a vida e obra de Taunay em um contexto mais preciso de transformações e, no *micro*, ser capaz de perceber as pequenas fissuras, os movimentos de cambiar conceitos, perceber metáforas... o que demanda maturação.

Entre erros e aprendizado que o retrato proposto de Taunay, sua vida e obra, pilares que sustentaram a formulação de seu pensamento político seja verossímil, a tal ponto que vendo à distância, de pouco mais de umas três gerações, seja também o mais verdadeiro.

1 LUGARES, IDEIAS E O COMEÇO

Neste capítulo busca-se investigar a formação de Alfredo Taunay enquanto indivíduo, o ponto de partida, considerando as ideologias e vertentes políticas disponíveis em sua infância, o momento político de então; seu ambiente familiar e personagens que poderiam ter influenciado sua posterior adesão aos conservadores. Cada subitem aponta para um personagem influente ou ambiente de formação que o adolescente Taunay conviveria e permitiria elaborar, com o passar do tempo, sua visão particular sobre a política, e por extensão, sobre a vida. Considera-se a influência maior de três personagens, o pai Félix Taunay, o tio Carlos Taunay e o Imperador.

1.1 O ambiente político e as ideologias

“Nasci na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, à Rua do Resende, n. 87, às 3 horas do dia 22 de fevereiro de 1843” (TAUNAY, 2005, p. 29). Assim se apresenta Alfredo d’Escragolle Taunay, já Visconde de Taunay em suas *Memórias*. De modo direto, passa a contar suas aventuras de menino e um pouco da dinâmica familiar.

Entretanto, para entender sua vida e de que forma as circunstâncias moldariam suas experiências – políticas e de escritor – é preciso entender o ambiente que se formava por volta dos anos de 1840-1850. Era imediatamente posterior ao Regresso (CARVALHO, 2012; LYNCH, 2015; NEEDELL, 2006) e, também, da ascensão de D. Pedro II com a antecipação da maioridade. A tendência seccionista das províncias do período regencial cederia terreno a outro momento. Com a Conciliação, a Coroa se delegaria o papel de arbitragem dos conflitos das diferenças políticas e consequentemente asseguraria a “necessária alternância dos partidos no poder” (LYNCH, 2007, p. 214). O ambiente parecia favorecer ao Imperador, como retrataria o pesquisador Jeffrey D. Needell sobre o ambiente que se desenhava em inícios de 1850:

The regime’s consolidation coincided with the natural maturity and evident hegemony of Dom Pedro himself, now nearly twenty-eight, married, and a father. The success of the saquaremas’ long administration in foreign affairs matched the domestic victories of the state and the full flowering of coffee-plantation production, now dominant in world production and seeking new frontiers. (NEEDELL, 2006, p. 168).

Nem por isso o ambiente político tornara-se simples, alguns liberais ergueriam a bandeira da ingerência da Coroa, levantando o tema do poder pessoal do Imperador, por outro lado, o monarca conseguira diminuir a representação política das aristocracias locais com o sistema de voto com lista e confirmação. Assim, se por um lado os saquaremas homenageavam as luzes do século, expressas nos manuais de governo parlamentar; por outro, curvavam-se à realidade política, forjando bancadas predispostas à situação e delas afastando os que, de braços com os potentados rurais, teimavam em ameaçar a ordem com seu golpismo crônico (LYNCH, 2007).

De qualquer modo o ambiente que se iniciara a partir do governo de D. Pedro II se caracterizava por dois grandes partidos políticos: os conservadores e os liberais, ou alcunhados saquaremas e luzias, respectivamente (MATTOS, 1987). Ambos eram os partidos que nortearam a vida política do Segundo Reinado, de modo mais perene (CARVALHO, 2008). Mais tarde, explicaria Taunay a um público francófono, os dois partidos existiam para diminuir os excessos, de ambos os lados, e permitir a marcha progressiva do país:

[...] il n'y a aussi que deux partis pour les représenter l'un et l'autre, le parti liberal et le parti conservateur, les seuls qui, au Brésil, puissent être appelés politiques; car mentionner, comme on l'a fait parfois, un prétendu parti des améliorations matérielles, c'est se placer en dehors de la raison, vu que ce soin des améliorations matérielles, parmi les autres devoirs de l'administration, est imposé aux deux partis politiques, à mesure qu'ils parviennent au pouvoir. Le but de ces deux partis est autrement grave et important; appelés tour à tour par une sage prévoyance du pouvoir modérateur solidaire des discussions parlementaires et de l'opinion publique, ils se servent réciproquement de correctif mutuel par des développements tantôt du principe de la liberté, tantôt du principe de l'autorité, modifications toujours les moins brusques possibles pour ne paralyser, ni ne surexciter la vie nationale, dont la loi est un mouvement régulier dans le progrès (TAUNAY, 1884, p. 44-45).

Como sublinhara Ilmar Mattos, a autoridade e a liberdade eram os dois parâmetros com os quais conservadores e liberais buscavam estabelecer seus discursos políticos e ações (MATTOS, 1987). A importação da tipologia largamente adotada na Europa obedecia, no entanto, às circunstâncias nacionais. Por isso, nem se pode falar em *conservadorismo*, sendo preferível o uso de *conservadorismos* (LYNCH, 2017) e, pensando nos partidos políticos homônimos europeus, o sentido não é o mesmo⁴.

Um dos fatores mais importantes para a diferença no sentido é que as tradições políticas cêntricas quando se faziam representar, acabavam tendo que ser adequadas às

⁴ “Pode-se falar na existência ainda de reformismo ilustrado, conservadorismo estatista, conservadorismo culturalista e liberalismo conservador” (LYNCH, 2017, p. 315).

circunstâncias de um ambiente periférico feito o do Brasil, como intelectuais e homens políticos consideravam já no século XIX. Eis porque era preciso observar as circunstâncias e, ao mesmo tempo, a aplicação do mesmo vocabulário levava a caminhos novos, por isso, liberal na periferia diferiria de liberal na Inglaterra e França; da mesma forma que ser conservador não significava a mesma coisa no país e na Europa.

Assim, entende-se por que conservadores evocassem a prudência e a moderação para tratar de suas ações políticas, sem, contudo, abandonar o imperativo do avanço⁵.

A origem desses nomes se deve ao fato de que Saquarema era o nome do município do Rio onde o Visconde de Itaboraí (um dos líderes conservadores) possuía uma fazenda que servia de encontro para os partidários, e Luzia era uma referência a Santa Luzia, em Minas Gerais, onde ocorrera a maior derrota dos liberais nas revoltas de 1842 (LYNCH, 2011; MATTOS, 1987). É claro, que se pode estabelecer gradações, hierarquias entre os diferentes agentes políticos (MATTOS, 1987), estabelecendo distinções a partir de sua origem rural ou urbana, ou atribuir-lhes maior ou menor coerência ideológica, como fizeram historiadores e cientistas políticos ao longo do tempo (CARVALHO, 2008); contudo, o objetivo aqui é entender mais especificamente a constituição dos conservadores.

Do ponto de vista político, o uso dessa terminologia política, no caso do termo Saquarema ou conservadora – que nos interessa mais de perto – pode ser compreendida em três sentidos e momentos histórico-políticos distintos: No primeiro momento, na reorganização das instituições políticas e na centralidade da monarquia, indivíduos da burocracia estatal, transpostos para a América com a Vinda da Corte portuguesa.

Eles haviam estudado em Portugal, especialmente em Coimbra (CARVALHO, 2012), tinham inclinação pelo projeto político do despotismo esclarecido, e viam na monarquia o fator capaz de manter a unidade diante do caráter dispersivo da formação do país (grandes extensões, dispersão populacional, predominância da escravidão etc.). Nesse sentido, como nota Ilmar Mattos, consolidou-se uma identificação entre representação política de homens brancos, de elite (CARVALHO, 2008), e os interesses da sociedade civil (MATTOS, 1987).

A primeira geração de conservadores coincidiu com a ascensão de D. Pedro II ao trono, com a antecipação da Maioridade. O nome mais proeminente foi Bernardo P. de Vasconcelos:

⁵ Significativa a percepção de Christian Lynch sobre a Conciliação e a visão política que D. Pedro II pretendia desenvolver para a vida política brasileira: “Dom Pedro II via a Conciliação ou política de *justiça e moderação* como uma oportunidade de reorganizar o sistema através de reformas que estabelecessem eleições honestas e regulares; que espelhassem a vontade do eleitorado e criassem partidos mais voltados para o progresso nacional” (LYNCH, 2007, p. 233).

O mais significativo deles foi Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), fundador do Partido Conservador, que, na qualidade de artífice do movimento denominado “Regresso”, forjou, na década de 1830, um modelo político que erradicou as guerras civis e logrou pôr, afinal, o Estado nacional brasileiro de pé (LYNCH, 2007, p. 331).

Sob as circunstanciais acusações de absolutismo, o conservadorismo ou saquaremismo dessa primeira geração acabou tentando combinar o parlamentarismo com a autonomia do exercício do Poder Moderador pelo Imperador (LYNCH, 2007), cabendo a este conduzir com probidade, e de maneira equidistante, aos partidos na *res publica*. Daí a ideia de que o Imperador pairava acima dos partidos (MATTOS, 1987).

Para Ilmar Mattos, a diferença entre liberais e conservadores em relação ao poder do monarca se dava no sistema discursivo ao valor que atribuíam à Liberdade e a Ordem (a autoridade), com predomínio, visto o século XIX no todo, do projeto Saquarema (MATTOS, 1987), ainda que o debate sobre os limites do Poder Moderador, a necessidade de reformas políticas e sociais em meio a censuras ou elogios à ação do Imperador marcassem o período.

Entre 1870 e 1889, a necessidade de modernização política e social foi percebida enquanto a iminência da abolição completa da escravidão catalisava a busca por soluções político-sociais aos problemas que se seguiam: a existência das grandes propriedades, a falta de trabalhadores rurais e a insatisfação dos grupos oligárquicos com a propulsão dos saquaremas em transformar o país. Caberia a Visconde de Rio Branco ser o grande propulsor das mudanças. Seu Gabinete de 1871 pode ser apontado como ápice dessa segunda geração de conservadores. Vencidas as dificuldades impostas pela configuração territorial do país em disputa com os vizinhos, cabia reformar a sociedade adequando-a aos parâmetros das nações mais adiantadas. Seria de Rio Branco que a última geração do partido conservador surgiria. Seu epígono foi Alfredo d’Escagnolle Taunay. Apenas em 1889, tornado Visconde; sendo muito mais um Visconde na República do que no período final da Monarquia.

Conservadores e liberais abraçaram ideologias⁶ que animaram as ações políticas durante o reinado de Dom Pedro II.

1.2 A missão francesa e a família Taunay

⁶ No sentido que lhe atribui Michael Freedden (FREEDEN, 1996).

A chegada da família Taunay se deu com a vinda da Missão Artística de 1816, nome com o qual a historiografia consagrou o conjunto de artistas franceses que aportaram nesta porção do continente americano após o tratado de paz entre Portugal e França. À primeira vista, a mudança de ares, as possibilidades artísticas trazidas com a observação da nova luz, dos trópicos, distinta das tonalidades que desprendiam na França; a exuberância da natureza e os tipos – homens e mulheres não-brancos – pareciam abrir novos horizontes para as artes.

Nicolas-Antoine (SCHWARZ, 2008), Nicholas-Antoine (TAUNAY, 2005) ou ainda Nicolau Antônio⁷ Taunay era um desses franceses que percebia na mudança a chance de expandir seu domínio da arte pictórica. Contudo, a realidade se mostrara de modo diverso. O Brasil era visto de modo acanhado, atrasado, o que se refletia na nulidade cultural coletiva. Afinal, a necessidade de constituição de uma sociedade unificada e não mais a dispersão de postos coloniais de exportação de matéria prima apenas se punha com a transferência da Corte (1808), é o que explica o historiador Affonso Taunay:

Se o meio artístico fluminense de 1816 era por assim dizer nulo, o padrão de cultura geral se aferia quase pelos mesmos valores, segundo a opinião unânime dos viajantes que visitaram a capital do Brasil, no primeiro quartel do século XIX. Índice eloquente do atraso cultural vinha a ser o deplorável espetáculo oferecido pela indigência das livrarias (TAUNAY, 1983, p. 160).

O quadro proposto por Affonso Taunay é compatível com a experiência colonial e se tornara incompatível com a nova condição de sede do Império português, cuja nova imagem no mundo deveria estar a cargo desses artistas. Taunay vinha ao Brasil, mas com a intenção de voltar à terra natal. Insatisfeito com os rumos da Academia Imperial de Belas Artes, realmente voltaria deixando aqui quatro de seus filhos, levando consigo apenas um. Entre os que permaneceram estava aquele que viria a ser o pai do Alfredo Taunay.

1.3 No convívio familiar e as primeiras ideias

Se por algum artifício uma pessoa pudesse voltar ao tempo, e fosse até o Santo Cristo na década de 1850, então bucólico bairro portuário do Rio de Janeiro, e por alguma sorte, encontrasse a casa da família Taunay; talvez visse um menino correndo, brincando com a irmã no quintal onde notaria uma pequena elevação, apelidada a “Montanha” pelas crianças.

⁷ Uso de Affonso Taunay (TAUNAY, 1983).

Na parte de trás do terreno, era ali o cenário das primeiras narrativas de criança. De imediato, nada pareceria indicar que o menino Alfredo seria um dos personagens mais importantes do círculo literário nacional e da vida política brasileira de seu tempo. Com o tempo, o menino acabaria por tornar-se um dos homens mais representativos da geração modernizante de 1870 dentro das fileiras do partido Conservador⁸.

Alfredo d'Escragnolle Taunay era filho do Comendador e Barão Félix Emílio Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes, fundada por seu pai Nicholas Antoine Taunay; e de D. Gabriela d'Escragnolle Taunay, filha do Conde d'Escragnolle, condessa de mesmo nome, nascida Beaurepaire.

Félix Taunay era um homem rígido, mas a quem Alfredo tributaria o gosto pelas paisagens, música e o conhecimento da literatura. Antigo professor e agora amigo do Imperador, não perdia ocasião de visitá-lo e discutir por longas horas. Da mãe recebera as lições de piano, não sem alguns beliscões. Apesar de tratar menos da mãe nas obras de memórias que deixou, Alfredo Taunay revela seu carinho por ela (e pela irmã) nas cartas enviadas do front quando da Guerra do Paraguai⁹.

Os primeiros anos de Alfredo Taunay se passaram em família, entre a casa dos pais e o sítio da Cascatinha, na Floresta da Tijuca, adquirida pelo tio Carlos Augusto, quando Nicholas-Antoine Taunay decidiu se estabelecer no país. Carlos Augusto trouxe a família da Europa e instalou a todos nessa propriedade, junto à atual Cascatinha Taunay¹⁰ em plena época de chuvas (TAUNAY, 2005), enquanto ele mesmo permaneceria na França. O tempo difícil e frio acabou desmentindo as expectativas de sol como se imaginaria para um país tropical.

Tonton Carlos - como lhe chamavam os sobrinhos - escreveria um primeiro guia de viagem a Petrópolis (TAUNAY, 1862). Possivelmente uns dos primeiros guias de viagens produzidos no Brasil.

No entanto, o que mais impressionaria o sobrinho Alfredo seriam suas histórias da guerra, que o tio não gostava de contar, mas que acabava revelando alguns episódios, que pudessem assinalar sua “coragem e resolução” (TAUNAY, 2005, p.38). Carlos não tinha apreço por Napoleão Bonaparte. Certa ocasião, ferido por um cossaco na batalha de Leipzig, mereceu a condecoração da *Legião de Honra*, mas Napoleão se recusava a atendê-lo. Quando

⁸ Nas palavras de Christian Lynch, Taunay foi um conservador progressista (LYNCH, 2018).

⁹ “Cartas de Campanha (inéditas pelo Visconde de Taunay)” *Jornal do Commercio*, edição de 1 de janeiro de 1939. São cartas familiares. (Acervo da Academia Brasileira de Letras)

¹⁰ A casa não existe mais.

finalmente decidiu entregá-la, chamou Carlos Taunay e lançou-a longe, de modo a humilhá-lo.

A guerra não era mais do que “meninos que batalhavam” num meio de uma “fumaceira horrível”. O temperamento de Napoleão ganhou a antipatia de Carlos Augusto Taunay. Chegando ao Brasil, ele se engajaria no exército nacional, tendo alcançado a patente de major.

Alfredo Taunay se sentiria próximo dos dois homens: o pai fascinado pela natureza e horrorizado com os desmatamentos em torno da Baía de Guanabara e o jovial, sempre divertido, *tonton* Carlos.

Em suas memórias, Alfredo Taunay os retrata nos passeios no sítio da Cascatinha, nas montanhas da cidade; em Jurujuba em Niterói e no convívio na casa da Rua do Saco do Alferes 85 (nome que o envergonhava, e que mais tarde passou a Rua da América).

Félix Taunay dizia que, apesar de viver no país, jamais se naturalizaria, porque considerava que o brasileiro tinha horror a estrangeiro, criando dificuldades burocráticas à naturalização. Ele dizia ainda que só se naturalizaria caso houvesse “uma grande naturalização” (TAUNAY, 1886a, p. 56). Muitos anos mais tarde, Alfredo Taunay transformaria a ideia do pai em verdadeira bandeira política. A ideia de facilitar a naturalização de estrangeiros como meio de incrementar a política de recepção de imigrantes foi defendida por Taunay tanto no parlamento quanto no Senado. A facilitação de aquisição da cidadania andava a par com as ideias modernas de outros países, cênicos, e estas ideias inovadoras atendiam às necessidades atuais dos países da América, as nações novas:

O recente exemplo da Prússia, que nas mesmas condições concluiu com os Estados Unidos uma convenção, modificando suas próprias leis sobre naturalização, atraiu particularmente a atenção do governo inglês para tão grave assunto. Foi nomeada uma comissão do exame, em cujo seio se achavam as autoridades mais competentes, quer em leis, quer em política, e por unanimidade digna de nota, opinaram os comissários pela necessidade de revisão. O relatório foi a base do *bill* que acaba de ser votado pela câmara alta.

« Em virtude da lei nova, cada súdito inglês goza do direito de renunciar a essa qualidade, e pelo facto da naturalização em país estrangeiro perde sua nacionalidade. Ao mesmo tempo estabelece o *bill* novas condições para a obtenção da naturalização na Inglaterra. Todo o estrangeiro que pedir esse favor deve justificar três anos de residência ou de serviços, apresentando atestados. « Uma vez satisfeito esse requisito, *entra na posse de todos os direitos políticos ou outros poderes e privilégios que possam pertencer ao súdito inglês*. A nova medida consagra um grande progresso nos efeitos da naturalização. Na verdade, até hoje nenhum naturalizado podia assentar-se no conselho privado, nem pertencer a nenhuma das câmaras do parlamento. Agora, sua assimilação com o inglês é completa.

« Em resumo, imensos são os resultados do novo Ato. De um lado, novas facilidades criadas para o estabelecimento de estrangeiros no país, *condição sempre favorável ao desenvolvimento da riqueza nacional*: de outro, eliminação de uma multidão de dificuldades nas relações internacionais. « Ora, concluía eu, quando os ingleses, que

constituem, uma nação no máximo ponto de prosperidade e grandeza, dizem isto, que poderemos dizer, nós, brasileiros? Porventura temos já atingido o pináculo da riqueza nacional? Do certo não há quem leve o seu *chauvinismo* tão longe. (*Apertes.*) » (TAUNAY, 1886a, p. 13-14)

Em 1886, Alfredo Taunay escreveria a obra *A Nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tácita* (1886a) abordando o tema da naturalização de imigrantes estrangeiros, e a dedicaria ao pai. Apesar de viver toda vida adulta no país, Félix Taunay teimava em permanecer sem a nacionalidade brasileira. Assim seu filho explicou o episódio:

[...] Na contingência em que se acharam de ser cidadãos naturalizados, como só podiam ser, e sentindo-se assim colocados em pé de relativa inferioridade aos mais brasileiros pelo cerceamento de não poucos direitos políticos, muito embora não tivessem ambições que satisfazer nessa esfera de atividade, mantiveram a sua qualidade de estrangeiros.

Também por isto, meu pai, o Barão de Taunay, teimou em nunca pedir carta de naturalização, apesar do sincero e entusiástico amor que votava ao Brasil e às suas instituições, acompanhando-o esse íntimo e agudo desgosto até a sua morte, a 10 de Abril de 1882, isto é, 66 anos depois da sua chegada ao Rio de Janeiro, de onde nunca mais saiu!

Quando, de 1845 a 1850, as miseráveis lutas e baixas intrigas, que iam todas -buscar fonte e origem em ferrenho *nativismo* o obrigaram a abandonar o cargo que exercia, o principal argumento contra sua permanência era a qualidade de estrangeiro. «Naturalize-se, bradavam os seus inimigos sem atenderem para a especialidade em que prestava eminentes serviços ao Brasil, naturalize-se já e já ».

« Haja a grande naturalização, respondia-lhes meu pai, e logo serei brasileiro, o mais dedicado e ardente brasileiro. Do contrário ficarei o que sou — um homem sem pátria! » (TAUNAY, 1886a, p. 56)

O projeto de grande naturalização e a equiparação de direitos entre velhos e novos brasileiros decorria, segundo Alfredo Taunay, de sua experiência familiar e das conversas com o pai que, ao final da vida, encontrava-se um tanto quanto desgostoso com o pouco apreço ao *estrangeiro* que ele notava (TAUNAY, 1886a). Ao fim da vida, quando retornou à imprensa de modo sistemático, Taunay escreveu contra esse *nativismo* que rejeitava o elemento estrangeiro. Para ele, tratava-se de uma recusa em seguir a marcha das nações, que abrigavam estrangeiros e os tornava nacionais, para promoverem seu desenvolvimento. Esta política imigratória estava no centro das ações internacionais dos Estados Unidos e da Argentina. Este último, em disputa hegemônica com o Brasil na América do Sul.

Com seu conservadorismo progressista, mais tarde, Taunay recusaria esse *nativismo* que revelava o argumento central dos *emperrados*, representantes políticos dos proprietários rurais. Isso levaria Taunay a escrever sobre alguns homens públicos, como ele, de

ascendência estrangeira, prestimosos ao Brasil¹¹. Reapresentando esses homens ao tempo da Monarquia na República; além da condenação implícita do novo regime, o texto servia também de apoio como que reforçando seu argumento (TAUNAY, 1933a), a origem estrangeira em nada tornava menor a adesão desses novos brasileiros ao país, importando antes a sinceridade, traduzido em suas ações. Voltando a este tema do nativismo, ele explicaria ainda a diferença que havia entre seu amor pelo país, continuação da “portentosa obra começada pelos portugueses” e o sentimento que animava as diferentes partes do Império, do nativismo traduzido na recusa ao elemento estrangeiro (TAUNAY, 1933a). Eram coisas distintas.

Se o Barão de Taunay deixaria marcas indeléveis em seu filho no plano das ideias, transformadas em programa político; outra presença importante foi o tio Carlos. Além do guia sobre Petrópolis, Carlos Augusto Taunay escreveu ainda o primeiro manual do agricultor brasileiro, tratando de diversas culturas que poderiam se adaptar bem ao solo brasileiro (TAUNAY, 1839). Ainda que se ocupasse em termos da escravidão negra a partir dos termos preconceituosos, correntes na primeira metade do século XIX, como a inferioridade racial e a integração, em um ambiente onde os escravos eram resgatados das mãos de seus primitivos donos na costa africana, Carlos Taunay conseguia ver também os efeitos demeritórios da escravidão sobre a produção agrícola (TAUNAY, 1839).

A escravidão que tirava ao trabalho a sua recompensa atentava contra “as leis da humanidade e as da religião” (TAUNAY, 1839, p. 05), ela era em si uma violência ao direito natural. Para o militar Carlos Taunay, no entanto, a supressão da escravidão não era possível naquele momento, pois significaria o fim das atividades agrícolas, a indigência dos campos e, assim, o fim da sociedade (TAUNAY, 1839). Então, era necessário lidar com a instituição e, ao mesmo tempo, tirar “o melhor partido possível de uma situação obrigatória” (TAUNAY, 1839, p. 6). Como asseverava Carlos Taunay:

O Brasil sente mais violentamente do que qualquer outra nação, ou colônia este mal [escravidão], e menos do que qualquer outra acha-se em estado de se subtrair tão cedo à sua influência. Nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico; portanto, em vez de querer sanar o mal, cuja a extirpação levaria consigo a existência, o nosso trabalho deve limitar-se a mitigar os seus piores efeitos, e preparar os meios às gerações futuras para se poderem livrar sem perigo da praga social com que nossos geradores nos dotaram (TAUNAY, 1839, p. 6).

¹¹ Ver a biografia do Visconde de Beaurepaire Rohan (TAUNAY, 1930).

Carlos Taunay passou então a elaborar uma regra de conduta para os proprietários para o convívio e disciplina dos escravos. Ainda que, visto à distância no tempo, o assunto pareça contrário ao bom senso, o sentido que o autor quis imprimir era delinear um tratamento minimamente digno aos escravos:

Parece incrível que haja precisão de recomendar que se tome cuidado dos pretos doentes, pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem. Mas o desleixo e abandono são tais em muitas partes, que somente na ocasião de perigo iminente é que se dá fé do estado dos escravos, e se lembram de os tirar das encharcadas palhoças onde jazem no chão, mal cobertos com trapos pestíferos. Há de esperar que a alta do preço dos negros e menores rendimentos da agricultura tornem os senhores mais solícitos no tratamento de sua escravatura (TAUNAY, 1839, p. 11).

O autor sublinhava ainda o impacto moral na noção do trabalho para os indivíduos escravizados que não recebiam o fruto de seu labor, e gerava uma noção de trabalho imposto pela coação; por isso, reconhecia Taunay, era o medo a mola da escravidão.

Diante desse quadro, com seu “espírito liberal”, Carlos Taunay procurou pensar em alternativas para o trabalho escravo, com a introdução do trabalho livre.

Ele considerava que era preciso incrementar a classe proletária que devido às más condições do campo, pouco contribuía para a produção agrícola e mineira. Além disso, a falta de capitais e infraestrutura, de ligação entre cidades, de estradas, mercados perpetuava “a classe proletária em estado de prostração e decadência” (TAUNAY, 1839, p. 128), era preciso um esforço coordenado para a colonização [europeia], pois ela poderia trazer novos ramos da indústria e incrementar artes e profissões ainda incógnitas ou pouco desenvolvidas no Brasil. Para tanto, o governo deveria interferir e criar colônias, conduzindo a experiência.

Taunay então passou a desenvolver uma correlação entre climatologia, temperatura e adequação racial:

Nas províncias extratropicais do sul do Brasil e nas planícies centrais elevadas, a raça preta não se dá muito bem e a branca prospera; enquanto na beira-mar e nos distritos centrais das províncias do norte, os pretos vingam melhor; por consequência, os emigrados do norte da Europa, e com especialidade os holandeses, alemães, suíços, escoceses deverão ser dirigidos com preferência às nossas províncias meridionais, enquanto será conveniente buscar os habitantes do sul da Europa, algarvios, andaluzes, sicilianos, malteses, açorienses para a colonização do norte do Império, onde a diferença do clima ser-lhes-á menos sensível; aliás, a colonização do sul do Brasil será mais fácil por nele existir menor porção de pretos, e os brancos se acomodarem melhor ao clima (TAUNAY, 1839, p. 130).

Ainda que o tempo matize as ideias, as circunstâncias se modifiquem e os homens não sejam os mesmos, em que se pese suas inclinações, experiências e gerações, como se vê entre Carlos Augusto Taunay, o Barão de Taunay e Alfredo; pode-se imaginar que todas essas ideias circulavam nos ambientes familiares. Elas apareciam, circundavam, reacendiam nas

falas, desapareciam, até reaparecerem doutra feita, entre os chistes, as conversas, as lembranças e as hilaridades próprias de cada família.

Alfredo Taunay tomando-as como programa parecia de certo modo cumprir a proposta modernizante familiar, o que lhe permitiria dispensar a busca de referências de teóricos da imigração do século XIX, ou mesmo pensadores clássicos.

Colonização europeia e grande naturalização; Félix e Carlos, de certo modo, adaptando para o contexto político e programático de transformações, Alfredo Taunay carregaria consigo um pouco desses homens até mais tarde, até o Senado, ou talvez não fosse demais dizer, até o fim.

1.4 O Imperador

Taunay sempre se referiu a D. Pedro II como o homem político mais importante que conheceu. Ao lado do Visconde do Rio Branco, o Imperador foi a figura que mais admirou. Significativa é a cena em que Taunay entra pela primeira vez no gabinete de estudos do monarca, no Paço de S. Cristóvão:

De mim se apossou funda e indizível emoção, ao transpor pela primeira vez o limiar da grande biblioteca do Paço de S. Cristóvão. Parecia-me a cada momento que não tardaria a encontrar aquele monarca tão majestoso e nobre, representante, por mais de meio século, do Brasil perante as nações civilizadas como personificação dos mais altos princípios humanos e da dignidade e da honra nacional (TAUNAY, Alfredo, 1923, p.131)¹².

Para Taunay tal qual o Rei Patriota (BOLINGBROKE, 1994), D. Pedro II sacrificava-se pessoalmente, levando uma vida austera, sem favorecimentos pessoais, metido entre livros para garantir a virtude e o distanciamento das paixões¹³ e permitir o funcionamento do sistema político brasileiro:

Ali, naquelas salas, inúmeras vezes passeara, de ponta a ponta, o soberano na solidão das noites, sozinho, buscando solução às dificuldades que se antepunham à marcha do Brasil e que o seu zelo, a sua experiência, o seu patriotismo, em continua vigília, conseguiam sempre remover (TAUNAY, Alfredo, 1923, p.132).

¹² Ver também a foto do Gabinete de Dom Pedro II no Paço no **Anexo A** deste trabalho.

¹³ O Rei Patriota deveria depurar a Corte dos ministros corrompidos e convocar em seus lugares homens sábios, firmes e, principalmente, *alheios às paixões*. “A facção está para o partido assim como o superlativo está para o substantivo: o partido é um mal político, e facção é o pior de todos os partidos” (LYNCH, 2007, p. 35). Daí porque era dever do monarca manter-se acima dos partidos, porque terminariam invariavelmente encapsulados pelo particularismo.

Segundo Taunay, D. Pedro II era o “moderno Marco Aurélio” (TAUNAY, Alfredo, 1923, p. 132). O monarca deplorava a violência e as fraudes que maculavam as eleições (BARMAN, 2012), repugnava que os pleitos tenham se convertido em um jogo de ambições, pelos idos de 1880 (BARMAN, 2012). O ideal era que as transformações acontecessem sem ruptura no sistema político ou “qualquer depreciação de sua própria autonomia como governante” (BARMAN, 2012, p. 419). Esse era o núcleo do projeto político do monarca.

Taunay não diz quando pela primeira vez se lembrava do Imperador, mas este revelaria, quando Taunay figurava como sua escolha para o Senado, que, muitos anos antes, seu amigo Félix Émile ocorrera ao Paço para contar do nascimento do filho (TAUNAY, Alfredo, 1923).

Em suas memórias, vemos ainda crianças, ele e sua irmã Adelaide, a brincar com as filhas do Imperador (TAUNAY, 2005). Taunay passaria para os contemporâneos como um dos *áulicos*, um dos agentes da Coroa no Parlamento a impor uma pauta cuja origem provinha do Paço, do próprio Imperador.

De fato, como outros tantos formuladores do Pensamento Político Brasileiro, Taunay elaborava caminhos através dos quais se tornassem viáveis reformas sociais, lutando com a tendência estacionária que percebia na sociedade civil diminuta no século XIX¹⁴.

A defesa do predomínio da Coroa decorria não só de um lugar privilegiado do pensador, em relação ao monarca, na sociedade da Corte (ALONSO, 2008). Mas significava uma estratégia de fazer *progredir* a coletividade, visto que a tendência dispersiva das províncias era grande. Significativo é o esforço de Taunay no período republicano em contrapor a desorganização do novo regime à época monárquica. Era como se, em última instância, mesmo depois de morto o Imperador no exílio, o projeto conservador progressista deveria dar a diretriz ao restabelecimento da vida política e o olhar para o futuro (TAUNAY, 1933a). Ou seja, o progresso seria viável com o predomínio da autoridade modulando pelo alto as transformações possíveis no contexto periférico:

Contraoponham os brasileiros, os pensadores, os patriotas, a calma do Sr. D. Pedro II às agitações que a todos oprimem agora, desde o mais grave e honesto republicano, conturbado na direção em que deva seguir, até ao mais leviano e fútil mancebo, e decidam, lá no tribunal íntimo, de que lado está quem cumpriu e soube cumprir o seu dever perante as grandes leis que regem as sociedades e o mundo moral! (TAUNAY, 1933a, p. 89-90)

¹⁴ “[...] o discurso monarquiano seria reformulado por políticos inspirados pelo exemplo de Rio Branco, como Taunay, Nabuco e Rebouças, como forma de superar a fraqueza política do movimento abolicionista e viabilizar as reformas sociais pelo alto” (LYNCH, 2007, p. 366).

Taunay muito claramente abraçava o plano modernizante de D. Pedro II, que fez questão de estar presente na noite de criação da Sociedade Central de Imigração, e simbolicamente era um partidário do projeto¹⁵.

Para Taunay, o segundo Imperador brasileiro simbolizaria uma Monarquia excepcional, encarnando um republicano ao molde de um Benjamin Franklin e Washington (TAUNAY, 1933b, p. 38). Na formulação de Joaquim Nabuco, em retrospectiva, concordavam ambos, no tempo de D. Pedro II, o Império era a República (LYNCH, 2012).

1.5 Ao mundo dos adultos

Através de seu livro de memórias, Alfredo Taunay conta que estudaria no Colégio Pedro II e lá conheceria muitos colegas e professores que formariam uma verdadeira galeria de personagens, lembrados pelas pilhérias e características físicas (TAUNAY, 2005).

No colégio, ensaiaria suas primeiras traduções e a sua primeira composição no jornal estudantil *O tamoio*. Por volta de 1858, em torno de seus quinze anos, começava a perceber a necessidade de se decidir por uma carreira. Pessoalmente se inclinava à medicina; contudo o pai temia que ficasse à mercê dos clientes, nem sequer com “direito a sono”; a mãe antes pensara na carreira diplomática e mesmo na carreira eclesiástica que, àquela altura, estava de todo descartada. Como qualquer adolescente, Taunay hesitava: “Então que carreira devo abraçar? – perguntava indeciso. Das armas – respondiam a uma pai e mãe. – Teus antepassados foram militares; isto obriga; nem há outro destino para o homem superior” (TAUNAY, 2005, p. 99).

Alfredo Taunay cursaria a Escola Militar, depois chamada Central, no externato no Largo de S. Francisco de Paula e dois anos depois deveria seguir para a Fortaleza da Praia Vermelha, para conclusão do curso.

Antes da matrícula, Taunay passou a dar aulas particulares, o que lhe permitiu andar “sempre bem-vestido”, sem pesar na economia doméstica dos pais. Sem sentir maior inclinação para esta carreira, Taunay cursou como alferes aluno até 1863 a Escola Militar, bacharelando-se em matemáticas e ciências físicas.

Beirando os vinte anos, metido em sua farda, Taunay e seu amigo Azeredo Castro, formado em direito, procuravam discutir com o amigo comum Tomás Alves Nogueira, que

¹⁵ No texto *Fé de Offício*, confessaria D. Pedro II que estudava “cautelosa e insistentemente” as questões de imigração, vinculadas à base das propriedades e aproveitamento das terras (TAUNAY, 1933a, p. 202).

retornara da Alemanha, feito doutor em filosofia, e que defendia a velha Germânia, enquanto os outros dois procuravam defender “a superioridade latina e a supremacia da França”; sobretudo dos “gloriosos anos de Napoleão III” (TAUNAY, 2005, p. 136). A partir da sugestão do próprio Taunay em suas memórias, ao menos nessa época, é fácil ver que, em sua leitura, o bonapartismo poderia ser visto como um mecanismo de mudança da sociedade, promovendo a aceleração das transformações¹⁶.

A primeira sugestão de aproximação entre o pensamento de Taunay e certo estatismo francês foi proposta pela pesquisadora Maria Alice. R. Carvalho (CARVALHO, 1998).

É possível que nessa época de militarização crescente, a combinação de predomínio da autoridade com reformas sociais atraísse a atenção do jovem Taunay.¹⁷ A consideração mais próxima dessa época que vemos sobre alguma visão política é a superioridade que o personagem Trajano, no romance de 1871, atribui ao partido Conservador sobre o Liberal (TAUNAY, 1871).

Em fevereiro de 1864, Taunay se matricula no segundo ano do curso destinado à engenharia militar. Em fevereiro de 1864, é confirmado como segundo-tenente de Artilharia, no 4º batalhão no Pará, quando esperava, na verdade ser integrado ao quadro especial de engenheiros.

Chegaram à Corte as notícias da invasão paraguaia ao território brasileiro, batalhões de Voluntários da Pátria se organizavam. O Imperador pessoalmente se encarregara dos preparativos da guerra, Taunay soube então que tropas estavam sendo reunidas em São Paulo. Em Uberaba forças vindas de diversas partes do Paraná, Minas Gerais e São Paulo, reuniram-se; dentre elas, tomou conhecimento de uma comissão especial de engenheiros. Empolgado com a possibilidade de marchar pelo Brasil, convenceu ao pai, Felix Taunay, que pedisse ao Imperador para que permitisse juntar-se à comissão. Depois de não encontrar nenhum impedimento legal, D. Pedro II nomeou Alfredo Taunay ajudante da Comissão de Engenheiros para se juntar às forças no Mato Grosso.

A 1º de abril de 1864, embarcaria no vapor Santa Maria em direção a Santos. Na Gamboa, o Imperador e seus dois genros recentes, Conde d’Eu e Duque de Saxe, também lá estavam. Ao som das melodias da *Traviata*, o aceno do pai com o lenço vermelho e seu “adeus, adeus” marejavam os olhos do jovem e assinalavam o início de uma nova etapa de sua vida.

¹⁶ Sobre bonapartismo (ROSANVALLON, 2001).

¹⁷ Napoleão III parecia combinar o exercício do poder com a melhoria das condições de vida das massas; a estabilidade do sistema político dependeria, pois, dessa melhoria da condição dos trabalhadores que poderia abrir caminho para a modernização do país (MILZA, 2006).

2 O PERCURSO DO PENSAMENTO POLÍTICO E A AÇÃO PÚBLICA NOS ANOS DE FORMAÇÃO DE ALFREDO DE TAUNAY (1865-1872)

Neste capítulo, o objetivo é entender a relação entre esse período de formação tanto na escrita quanto enquanto jovem militar e a consolidação da adesão taunaysiana aos conservadores. Por ser um autor multifacetado, é preciso mencionar interpretações acerca de sua obra. E sugerir a possibilidade de delinear as características do pensamento de Alfredo Taunay a partir de sua estética.

2.1 Interpretações da obra

Quem quer que se depare com as obras do Visconde de Taunay provavelmente acaba se lembrando mais da sua obra literária, e em especial por ser ele autor de *Inocência*.¹⁸ Ao longo do tempo, à medida que os traços do político Alfredo Taunay se apagavam, a imortalidade garantida pelas obras literárias se consolidara. Seu nome passou a ser associado primeiramente a seu perfil de “homens de letras. O próprio Visconde de Taunay parece ter tido consciência do papel daquele romance e do relato de guerra *A retirada de Laguna* como os pilares que manteriam seu nome para as gerações posteriores. Em certa ocasião, no jantar oferecido pelo (IHGB) aos oficiais do encouraçado chileno Cochrane, em outubro de 1889, Taunay mostra ao Imperador os dois livros – *Inocência* e a *Retirada de Laguna* - que ofereceria ao Comandante Constantino Bannen e segredou: “‘Eis as duas asas que me levarão à imortalidade’. Sorriu-se Sua Majestade e observou: ‘Uma é mais comprida que a outra’. ‘Assim não chegarei’, repliquei, ‘porque com essa diferença o voo é impossível. Antes asas curtas e iguais’” (TAUNAY, 2005, p.135).

Embora esses dois livros de fato sejam os mais representativos de sua escrita literária, Taunay atuou em diversos campos do conhecimento e, também, na vida política. A partir de 1873, como deputado e posteriormente como senador, no auge de sua vida pública.

¹⁸ Publicado originalmente em 1872, sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte, *Inocência* tem como enredo central o amor entre a jovem Inocência que se apaixona por um médico que viaja pelo sertão (Cirino), mas é prometida em casamento a outro homem. O que dá ocasião de Taunay compor um cronótopo do Sertão, a partir de sua experiência na Vila de Santana do Paranaíba (hoje município de Paranaíba); no romance são retratados tipos como a mulher e a construção do papel feminino no interior, o europeu, viajante e o sertanejo, exemplar típico do homem do campo na região. Ver: Cruz (2011).

O percurso de sua consagração acabou acompanhando as vicissitudes políticas brasileiras. Em vida, Taunay fora senador, engenheiro, músico, ideólogo da necessidade da imigração europeia (e seu propagandista), militar; escritor, professor e memorialista. Entretanto, com a lenta consolidação republicana, não é de espantar-se que essas múltiplas facetas fossem dando lugar à celebração de sua memória como um memorialista da Guerra do Paraguai e, por fim, um escritor romântico tardio.

Assim, sobre o Visconde de Taunay é fácil verificar o predomínio de estudos na historiografia de crítica literária. A maior parte dos trabalhos recentes tende a dar primazia a uma ou mais característica de sua prosa: Maria Lúcia Maretti atribui à capacidade de reminiscência de Taunay que permitira tornar-se um verdadeiro “polígrafo contumaz”. Para a pesquisadora, a memória é que fornece a chave da interpretação da obra diversificada do escritor, ponto de vista compartilhado por muitos dos trabalhos acadêmicos de crítica literária escrita posteriormente (BERALDO, 2002; BUNGART NETO, 2011; MARETTI, 1996).

Para outros, o caráter observador de Taunay somado à educação artística, que recebera, explicariam a tendência descritiva, perscrutadora, com que fixaria atenção nas paisagens e pessoas (WIMMER, 2010), o que sublinharia uma influência francesa familiar – no domínio da execução artística (GREGÓRIO, 2011) quanto nas ideias sobre a arte (WIMMER, 1992).

Alguns pesquisadores buscam justificar o gosto por descrição de paisagens aproximando Taunay de um ideal dos viajantes ao Brasil, quando do início do século XIX, ou ainda, da missão francesa (CASTRILLON-MENDES, 2008).

Outros atribuem um lugar socialmente privilegiado, atribuindo à sua origem na nobreza de nascença¹⁹ para entender certo deslocamento do autor em relação à sociedade que “descobre” (CUNHA; CORREA, 2011).

A maior parte dos trabalhos disponíveis tende a contornar as dificuldades que se põem ao tentar compreender o pensamento de Taunay e formar um todo de sua obra, preferindo dedicar-se a estudar aspectos pontuais como regionalismo, relações raciais ou apenas um de seus livros (BAREL, 2005, 2013; CRUZ, 2012; SOUZA, 2011).

Edinília Cruz sublinha o entrecruzamento entre espaço e tempo (cronotopia) na construção do cenário regional, tornando os personagens tipos indissociáveis do lugar (o sertão) e o tempo (1860/1870). Como explica a pesquisadora:

¹⁹ O que de fato não corresponde exatamente à atribuição de títulos durante o período de governo de D. Pedro II. Os títulos também não eram hereditários.

O cronótopo do sertão [...] Do ponto de vista histórico, é gerado pelos valores sociais e culturais que permeiam o Brasil rural do século XIX, por meio da espacialidade do campo. A revelação do modo de viver do sertanejo, seus costumes, crenças e a organização familiar da sociedade oitocentista são significativos para esse momento histórico (CRUZ, 2011, p. 4).

É a partir dessa formulação que ela procura investigar como Taunay construiu suas dicotomias no romance *Inocência*: cidade/campo; estrada/casa; fronteira/clausura [quarto] (CRUZ, 2011, 2012). Ainda sobre este romance, Gislei Souza procura sublinhar a construção de uma nova forma discursiva sobre esse espaço “novo” (o sertão) que, na leitura da pesquisadora, é alvo de denúncia de abandono pelos escritos (SOUZA, 2011) contrapondo-se ao discurso “oficial” (CRUZ, 2011) de avanço de civilização sobre o interior.

Para Ana Beatriz Barel, nesse mesmo romance, o dilema entre civilização e barbárie se põe no uso metafórico da estrada que simboliza o trânsito, a passagem, a mescla do universo bruto, masculino de encontros e comércio com personagens os mais variados, como tropeiros, supostos médicos, comerciantes, todos desconhecidos da Corte (BAREL, 2013). Em outro artigo, a autora sublinha a perspectiva assimétrica entre o branco e a índia presente na obra de Taunay, especialmente no conto *Irecê a Guaná* que se revela literariamente em infelicidade para os índios já no Romantismo (BAREL, 2005). Todas essas leituras são importantes por lançarem luz sobre a obra de um autor relevante e, que tem alguns livros célebres, mas a extensão de seus escritos e sua vida pública permanecem pouco conhecidas. As interpretações de sua obra tendem a ser parciais, do ponto de vista da explicação de suas circunstâncias e livros, limitando a capacidade de entender as vicissitudes do contexto sócio-político e o esclarecimento da relação entre a visão política que desenvolveu Taunay, seus projetos e sua vida literária.

Ao ignorar-se o contexto, no sentido mais amplo, perde-se o horizonte com o qual o autor dialogava, tornando a expressão artística mesma um ato de vontade, quase um capricho romântico, sem maior interação com os intelectuais e agentes políticos de seu tempo.

Nesse sentido, é preciso ter em vista dois pontos fundamentais: o escritor habita um mundo historicamente determinado, e, com Pocock, sabemos ser este mundo apreensível graças a uma série de linguagens historicamente constituídas (POCOCK, 2003). Além disso, a linguagem que se emprega em uma época tem como atributo tanto a continuidade quanto a inovação e à medida que são animadas pelos atores ganham configurações novas, imprevisíveis na medida que os textos sobrevivem aos contextos originais para qual foram criados. Valiosa é a sugestão de Ricardo Rizzo, nesse sentido: autores como José de Alencar

(RIZZO, 2007) e Alfredo d'Escagnolle Taunay foram capazes de produzir textos que sugerem um desenho de projeto político mais abrangente.

Assim, é possível decantar de suas obras uma teoria política coerente, apesar da natureza diversa dos textos. É nesse sentido que, na presente tese, considera-se que os textos políticos (incluindo os discursos, panfletos) e os literários acabaram como *contornos* dessa teoria circunscrita em plataformas diferentes e suscetível de reelaboração, pelo próprio autor, ao longo da vida. Por isso, o isolamento de seus textos literários e de políticos apenas enfraquece a percepção dessa intenção.

Dessa forma, compreender o contexto permite entender a que questões do seu tempo Taunay respondia, além de fornecer chaves para a leitura de sua participação no ambiente histórico-cultural do pensamento político de seu tempo. Podendo ainda a investigação sugerir de que forma suas ideias (e realizações artísticas) se vinculavam também a uma ideia de linhagem, linha política ou ainda tradição.

2.2 O Pensamento político brasileiro

A preocupação de compreender como se constituiu o Pensamento Político Brasileiro enquanto objeto é algo bem recente, não ultrapassando a segunda metade do século XX (LYNCH, 2016). Quais são suas principais vertentes, quais foram seus principais representantes e seus representantes menores, de que forma se constitui esse mecanismo de lembrança de uns e esquecimentos de outros, e a constituição de linhagens têm sido as principais interrogações de pesquisa especialmente após a constituição da vida universitária brasileira a partir do século passado²⁰.

Um dos primeiros esforços de compreender o que seriam as grandes linhas da vida política brasileira e sua reflexão encontra-se em Guerreiro Ramos, que ao intentar compreender as tradições do Pensamento Político Brasileiro, procurava superar o estrito limite da análise de escolas literárias ou características de determinado autor, repondo assim, no presente, como cada autor/ator político tratou de responder aos desafios políticos de seu tempo.

²⁰ Para trabalhos mais recentes e a constituição de um campo de investigação do Pensamento político brasileiro ver: Lynch (2016) e Marçal (2005).

Guerreiro Ramos apontou para a existência de uma tradição que compreendeu que as ideias e os projetos políticos necessariamente deveriam ser interpretativos, mas também compromissados com a transformação do país. Constituída ao menos desde 1850, essa tradição entendia a realidade a partir de uma perspectiva prática, compreendendo as circunstâncias não como desvio da teoria, mas como ponto de partida para a mudança. Nesse sentido, o esforço em modernizar passava pela análise das condições possíveis para as propostas de transformações a serem levadas adiante pelo próprio Estado.

Ainda que o esforço de modernização, ou reforma (ALONSO, 2000), estivesse presente nos representantes mais importantes da geração de 1870 (ALONSO, 2008) e especialmente em Joaquim Nabuco, André Rebouças e Taunay (CARVALHO, 1998); cada um deles apresentou um desenho particular de seu projeto. Especificamente aquele compromisso modernizante promovido pelo Estado claramente estaria explícito na vida política de Alfredo D'Escragnolle Taunay e formava, a um primeiro olhar, o objetivo implícito de sua literatura perscrutadora do sertão. Esta fora elaborada à sombra da Guerra do Paraguai, vindo à lume principalmente entre 1865 e 1875.

Apesar de não mencionar diretamente o escritor carioca, Guerreiro Ramos considera a origem desses esforços no pensamento de Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai. Seu caráter prático teria sido a primeira tentativa de superar a mimese²¹ como paradigma para o avanço socioeconômico a partir da condição periférica (RAMOS, 1960).

O Visconde do Uruguai seria um dos pilares da centralização política e da fundamentação ideológica do partido Conservador quando do reinado de Dom Pedro II.

Considerando o contexto e a sua carreira política, pode-se ver que desde o Jovem Taunay, entre o jovem oficial militar e escritor da década de 1870, até o Visconde de Taunay, título que receberia em 1889, publicamente ele esteve inscrito dentro do partido Conservador ou Saquarema. Visconde do Uruguai e Visconde de Taunay como que reúnem o início e o fim do partido conservador sob o Segundo Império. Como mencionado no capítulo anterior, a carreira política de Visconde de Taunay foi dentro das fileiras deste partido que se opunha aos Luzias ou Liberal. No plano internacional, o nacionalismo e, especialmente, a emergência do imperialismo é o ponto fundamental que tem passado despercebido pelas análises de crítica literária dos textos de Taunay.

A circulação de novelas, textos de viagens, relatos, reportagens e livros de memórias formou muito do que estava na moda a partir de 1850, moldando uma estética que foi

²¹ A heteronomia na linguagem guerreiramosiana.

absorvida pelas elites letradas do ambiente periférico do século XIX e serviu para elaborar tanto as imagens típicas dos países nascentes, quanto caracterizar as relações com o outro próximo, em geral, povos indígenas e escravos. De certo modo, consumir as referências culturais cêntricas mesmo que descrevendo os ambientes coloniais ou “exóticos” permitiam amenizar a distância que separavam as periferias do centro imaginado.

2.3 A cartografia e a leitura

A literatura de viagens aponta para os contornos com que as relações entre europeus e não europeus estavam estabelecidas ou, ao menos, imaginadas. Se, por um lado, a relação desigual entre brancos europeus e povos indígenas e africanos abre espaço para um vocabulário que sobreviveria ao século XIX, como o provam os termos “bárbaro”, “civilização”, projeto “civilizacional”; por outro, ela também impôs o conhecimento – seja etnográfico, geográfico – de realidades antes insuspeitas para os europeus.

Os relatos de guerra e viagens permitiram que surgissem textos como os de Richard Francis Burton (BURTON, 1859) ou os relatos de campanha da tomada da Argélia pelos franceses, como o escrevera o Marechal Clauzel (CLAUZEL, 1837). Esse ambiente moldou as experiências estéticas europeias e conseqüentemente a recepção periférica desse conteúdo.

O jovem Taunay receberia tanto a influência do que lia e, desse modo, consumia como leitor educado de seu tempo, quanto daquilo que a Guerra apresentava ao jovem militar, enquanto desafios à integração nacional.

Nesse ambiente sertanejo ficava clara a fragilidade da defesa da fronteira, a dificuldade de contato entre a Corte e a realidade distante dos campos de Batalha. Do ponto de vista da vida social, Taunay tomava contato com um ambiente caracterizado pela simplicidade e rudeza, que procurou sublinhar nas relações e personagens *Inocência*.

Para compreender o pensamento do Taunay, é necessário o esforço de não só isolá-lo tematicamente nesta ou naquela obra, mas privilegiar os diferentes elos de interação com os quais a sua vida e textos se construíram.

Deste modo, na posição política do escritor carioca quanto na sua escrita, entrelaçam-se importantes fatores: A tradição conservadora a que se filia, o modo como compreendeu o esforço de modernização possível - em uma sociedade por se constituir, de caráter eminentemente agrário - e as transformações pelas quais o mundo passava. Por isso, é

possível combinar conservadorismo e visão progressiva ao assumir que a combinação atendia à necessidade da predominância da autoridade, com o monarca, com a necessidade de reformas.

O esforço, pois, não é o de eleger um elemento preponderante, mas de compreender a interação de todos esses elos. Explorando esses eixos, pode-se, então, seguir de perto a proposta de Pierre Rosanvallon de uma abordagem capaz de estabelecer a coerência entre obras tão diversas escritas por Taunay. Para tomar de empréstimo a expressão do cientista político francês que cunhou o termo “l’oeuvre-Guizot” (ROSANVALLON, 1985), é preciso restituir a obra-Taunay (ou obra-Taunay).

De qualquer forma, o desconhecimento da dinâmica política do Segundo Reinado, a compartimentação de assuntos em sua obra e a classificação de um lugar social privilegiado como fator explicativo de maior importância pouco fazem avançar o conhecimento sobre o autor, enquanto homem público, pensador político e, portanto, produtor de ideologia.

Assim, é preciso voltar a atenção para o “ponto de partida”, o momento em que o jovem Alfredo Taunay começa a sair do ambiente exclusivo familiar, e próximo da família imperial, para se tornar uma figura pública do Império.

Para a formação de Alfredo de Taunay, um dos momentos decisivos foi a passagem de sua vida estudantil à participação na Guerra do Paraguai. Ainda como estudante, apesar da camaradagem, e das excelentes notas em seu período de formação militar na Praia Vermelha, seus estudos lhe pareceram árduos e não se sentia muito inclinado a “essa penosa profissão” (TAUNAY, 2005, p. 108). Apesar disso, as tensões que se seguiram no período impulsionaram sua carreira militar.

2.4 A Guerra do Paraguai e a crise política

O ambiente da década de 1860 era marcado pelas tensões entre os países que se organizaram nas duas décadas anteriores em torno da região do Rio da Prata. Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil acompanhavam mutuamente o desenrolar das questões políticas internas de cada país.

A Monarquia brasileira era uma exceção do ponto de vista do Regime, mas também na capacidade de manter a integridade do país em meio à força centrífuga, que nos demais países sul-americanos, levou à formação das repúblicas hispânicas. Dentre elas, a Argentina

era a rival de maior potencialidade. Aqueles países hispânicos liam as pretensões internacionais brasileiras de interferir na Bacia do Prata como decorrentes do interesse expansionista herdado do “expansionismo colonial português” (DORATIOTTO, 2002, p. 27).

Ao choque de fronteiras que existira entre as colônias hispânicas e portuguesa, especialmente na Bacia do Prata em fins do século XVIII, juntavam-se então em 1860 a formação dos Estados Nacionais.

A perspectiva do partido Conservador brasileiro, que predominaria entre 1850-60 no contexto da Conciliação (CARVALHO, 2012), era a de garantir o acesso do País ao Rio da Prata, diminuir a influência argentina na foz do Rio e apoiar maior independência dos governantes paraguaios e uruguaios diante da Argentina, a principal rival do Império, mesmo que para tanto fosse necessário intervir diretamente, como se daria com a ação militar brasileira no Estado Oriental em 1864.

O Uruguai mergulhara em guerra civil, pondo em lados diferentes colorados e blancos. Os primeiros, contavam com apoio dos governos argentino e brasileiro. O *colorado* Venancio Flores pretendia derrubar o presidente *blanco* Bernardo Berro, o mesmo que aspirava a “a hegemonia imperial em seu país” (DORATIOTTO, 2002, p. 45). Além do interesse na foz do Prata, o governo brasileiro tinha atenção na região devido aos produtores gaúchos, proprietários também naquele país.

No Paraguai, a ascensão de Francisco Solano López aconteceu devido à morte de seu pai Carlos Antonio López. López filho tratou de fortalecer seu poder, e fortalecer militarmente o país, o que prefigurava as intenções de fazer emergir o Paraguai como ator político internacional. Portanto, sua aproximação com o presidente uruaio demonstrava a intenção de distanciar-se das potências regionais Brasil e Argentina.

No Brasil, essas crises externas apareciam justamente quando o modelo de centralização política e o próprio papel da Coroa eram postos em xeque. A sociedade se transformava: desde 1860 havia a cisão de conservadores entre “burocracia e lavoura, Corte e província” (LYNCH, 2007, p. 320), além de que as grandes figuras do partido Saquarema morriam, como Visconde de Uruguai e Eusébio de Queirós.

Ficava patente a difícil unidade do partido e mesmo do discurso destes conservadores que sustentava uma monarquia forte em seu poder Moderador, capaz de manter o funcionamento das instituições. Foi o momento do crescimento dos críticos²².

²² Dentre os mais aguerridos estava Tavares Bastos (LYNCH, 2007).

Grosso modo, para os liberais e moderados era preciso representar de maneira eficaz os interesses da sociedade civil, da opinião pública (isto é, da oligarquia), ao passo que a tendência entre os conservadores era apontar o predomínio dos interesses particulares (oligárquicos, provinciais) como corruptor da esfera pública (monárquica) (LYNCH, 2014). Como dito anteriormente, desde a antecipação da maioridade, a divisão entre conservadores (Saquarema) e liberais (Luzias) estabeleceu o corte político predominante da vida política no Segundo Reinado (CARVALHO, 2008).

No entanto, a partir de 1862, liberais e moderados (do partido Conservador) passaram a questionar o modelo proposto pelos saquaremas históricos. No meio do caminho, estava a figura do monarca. Cabia redefinir o papel do Imperador e seu poder Moderador. Os insatisfeitos liberais e moderados se aliarão.

Dessa aliança nasceria a Liga Progressista que assumiria o gabinete de governo em seis legislaturas sucessivas, entre 1862 e 1868. Dois nomes se destacam então na Liga: Zacarias de Góis e Vasconcelos e Pero de Araújo Lima, o Marquês de Olinda. A liga, e depois partido, foi o primeiro a criar um programa partidário escrito²³.

Nesse período, o Senador Nabuco propôs restringir o poder do Imperador. Ao dizer que o Imperador reine, mas não governe, dizia de outra forma o que Zacarias de Góis defenderia ao propor a primazia do Parlamento (LYNCH, 2014) sobre o poder Moderador²⁴.

A crítica continuaria pelos anos subsequentes²⁵. À mudança na representação inglesa se juntaria a mudança no modelo representativo francês, que atingiria os conservadores ou, ao menos, a justificativa de seu discurso:

[...] a consolidação da Terceira República na França em torno de 1877, com a chamada “Constituição Grévy”, confirmava a tese de que o chefe de Estado deveria deixar a escolha do Presidente do Conselho à discricção da Câmara Baixa. Ao mesmo tempo em que privavam os conservadores brasileiros de sua referência ideológica, tais eventos comprovavam a viabilidade de um governo não-monárquico, estável e conservador no país vanguarda da civilização (LYNCH, 2007, p. 316).

²³ Em 1862, ver: Carvalho (2009, p. XVI). *Apresentação*.

²⁴ Para José Murilo de Carvalho, a maneira de conceber o poder do rei provinha de influência de Guizot e Thiers. A visão de um poder mais restrito tinha uma clara influência de Thiers, o que se opunha à posição de Guizot que inspirava os políticos saquaremas (CARVALHO, 2009).

²⁵ Dentre as obras políticas da época, destacam-se a publicação de Justiniano José da Rocha Ação, *Reação, Transação*, Pimenta Bueno escreveu *Direito Público Brasileiro e a Constituição do Império*. Em 1862 Zacarias de Góis e Vasconcelos contrapôs seu livro *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, ao *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, do Visconde do Uruguai, de mesmo ano, autor saquarema. Além de Tavares Bastos publicar seu plano reformista em *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, de 1861 e *A Província*, de 1870 (CARVALHO, 2009).

José de Alencar inspirado no gênero literário “espelhos de príncipe” endereçou cartas ao Imperador, tomando o pseudônimo de Erasmo. A primeira edição de *Cartas de Erasmo* em conjunto viria à lume em 1865, depois de terem sido publicadas na imprensa (CARVALHO, 2009).

A conjunção de fatores levaria o novo Gabinete pretender ganhar apoio junto à opinião pública: Havia dificuldades internas, como a quebra de casas bancárias, que atingia fortemente a Capital, o que levou o comércio a uma profunda crise (DORATIOTTO, 2002, p. 42).

Havia também dificuldades externas, com o desenrolar da Questão Christie que interromperia as relações diplomáticas entre o Brasil e Grã-Bretanha. Apesar de começar com um incidente menor na Corte brasileira (SINÉSIO, 2013). Ao lado disso, no Uruguai, o fim do governo de Bernardo Berro em 1864 foi seguido por uma radicalização política que catalisou a ação de brasileiros e argentinos. Estes eram liderados por Venancio Flores, que, vindo de Buenos Aires, pretendia derrubar o governo *blanco* de Bernardo Berro. No conflito por contraposição de forças, os blancos uruguaios aproximaram-se de Solano López, que ascendera ao poder em 1862 e de Justo José Urquiza, líder da “oposição federal argentina”, enquanto a Argentina e o Império convergiam no apoio aos colorados uruguaios. O interesse do governo brasileiro dizia respeito à presença dos fazendeiros gaúchos no Uruguai:

Atendendo a demandas dos fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados, o governo imperial interveio a favor dos rebeldes colorados. A intervenção foi possível porque havia a convergência ideológica e de interesses entre Mitre e os novos governantes brasileiros, com estes deixando claro que não tinham interesses em relação ao Estado Oriental que fossem prejudiciais a Buenos Aires (DORATIOTTO, 2014, p. 42-43).

Solano López via favoravelmente o governo *blanco*, pois buscava uma alternativa à capital argentina quanto à exportação e, também, via naquele governo uma potencial aliança estratégica diante de duas forças que representavam o Brasil e Argentina, interessados nas disputas em torno do Prata. Segundo Doratiotto, o governo uruguaio argumentava junto ao governante paraguaio que o Império e a Argentina, em caso de vitória do partido *colorado* (apoiado por ambos países), em pouco tempo pretextariam algum motivo para voltarem-se contra o Paraguai. De qualquer modo, o cenário de guerra se armava:

Era um argumento que não correspondia à realidade, mas, quer por crer nele, quer utilizando-o como pretexto, o fato é que Solano López acreditou que poderia derrotar militarmente o Brasil e anular o governo argentino.

Este seria batido por um levante federalista apoiado pelo Paraguai, enquanto no Uruguai os blancos se uniriam às tropas paraguaias que iriam ao seu socorro e venceriam as forças do Exército imperial, que invadiram o Uruguai em outubro de 1864 (DORATIOTTO, 2014, p. 42-43).

Os choques refletiam o momento de formação de Estados Nacionais e, como tal, acabavam se expressando tanto nos conflitos de fronteiras como nas intervenções.

O ano de 1864 chegava ao fim com as notícias das movimentações das tropas brasileiras do General Mena Barreto no Estado Oriental (atual Uruguai) em preparação ao confronto com as tropas paraguaias. Ao lado disso, as invasões da província argentina de Corrientes e do Mato Grosso pelas forças de Solano Lopez levavam a opinião pública da Corte ao alarido e ao fervor da preparação para a Guerra.

Esse ambiente belicoso formaria uma nova possibilidade para o jovem Alfredo Taunay, que até então se alimentara de leituras do internacional de seu tempo. Eram relatos de viagens e impressões eivadas de orientalismo.

Foram nas tintas para a caracterização do exotismo reservado ao elemento não europeu e na descrição de lugares que os autores buscavam formar o interesse de seus leitores. Alimentava-se a cultura a ser consumida, especialmente com os romances e a literatura de viagens que estavam em moda à época do imperialismo (SAID, 1990, 1994).

2.5 A escrita literária

No romance de estreia, *A mocidade de Trajano* há claras indicações dessas leituras.²⁶ Nele, há o núcleo principal que gira em torno de Trajano, um personagem tipicamente romântico para quem a perda da mãe cria o desejo de evasão e exílio.

Trajano aos poucos aproxima-se da jovem Amélia através da escrava dela, Bertha, um tanto quanto ardilosa, que pretende manipular a correspondência entre os jovens enamorados. Amélia é filha de um adversário político do pai de Trajano, Sr. Sobral. Temendo uma relação desigual entre Trajano e Bertha, o pai dele decide enviá-lo à Europa.

Trajano percorreria por dois anos Europa e Ásia. O tratamento dispensado pelo narrador (aproximado ao personagem principal em grande medida) aos dois continentes é exemplar. A descrição da Europa é cheia de expressões que sublinham a grandiosidade e a

²⁶ Publicado em 1871. O livro aparecia sob autoria de Sylvio Dinarte.

beleza: o personagem Trajano fala com admiração das “lagunas de Veneza”, a “melancólica Atenas”, a “grandeza severa de Berlim”, as “agigantadas catedrais” de Colônia, a “alacridade inexcedível” de Paris, e a “seriedade de Londres, a “atividade vertiginosa de Manchester e Liverpool”, “o pitoresco aspecto da Escócia, com seus lagos, suas montanhas, seus plaids e highlanders...”

Contudo, o tom muda ao sair do mundo cêntrico e entrar no contexto periférico. O vocabulário se transforma para tratar da Ásia. Se há certamente beleza a ser admirada, o caráter humano violento, subentende-se “bárbaro”, é sublinhado pelo personagem principal:

Hoje já fui à casa de um armeiro e comprei um dos elementos indispensáveis para tão romântica viagem: um, par de excelentes pistolas e um punhal de mola. Com isso procurarei mostrar aos povos da Ásia, que muito vale um brasileiro... Voltei pois para Esmirna, a pátria das inspirações de Decamps, e querendo mostrar um tipo brasileiro— não sei se o sou—a povos que com ele nunca haviam sonhado, sulquei o mar Negro e desembarcando em Trebizonda, fui à Circássia e Geórgia, donde volto com uma ilusão de menos. Nas gargantas do Cáucaso Armeniano a guerra não cessa um só dia: são os russos e os turcos que contendem a posse daquelas agruras; os russos disciplinados, bem vestidos, bem armados; os turcos, maltrapilhos, verdadeiros bandidos, mas que batem-se como leões e só cedem o terreno passo a passo.

Falei-lhe em ilusão perdida. Na Geórgia achei que as fisionomias simpáticas eram raras, as belas raríssimas (1). Enchem-se em tradições teóricas! « Em compensação que robustez de compleição, que musculatura nos homens, que exuberância de vida nas mulheres! « Que colonos não seriam eles? **E fala-se na imigração chinesa?! Querem decididamente o abastardamento da nossa população?** (TAUNAY, 1871, p. 20, grifo nosso).

Pela primeira vez, sob pseudônimo, Taunay se pronunciava contra a imigração chinesa, posição que manteria em toda sua vida pública no legislativo.

O internacional no texto é claramente formado a partir de um ambiente apreendido de leitura, das artes, de uma narrativa envolta de Orientalismo em voga então. A primazia do elemento europeu se desdobraria posteriormente na defesa da imigração europeia. Por ora, jovem escritor apontava para a necessidade da imigração populacional como solução para a transição do trabalho escravo à livre. A imigração de contingente europeu seria uma das bandeiras modernizantes que se apresentavam para a geração de 1870 (à qual incluía André Rebouças, Joaquim Nabuco dentre outros) com o a percepção do fim próximo da escravidão. No trecho, percebe-se que o autor acaba sugerindo que esse debate público já estava instaurado.

À referência no romance ao pintor Alexandre-Gabriel Decamps junta-se por exemplo a citação da correspondência de Sir John Chardin, muito popular em fins do século XVIII, ou os relatos dos primeiros viajantes à Argélia, como Moritz Wagner, ou o relato de ocupação

francesa, como a do próprio marechal Clauzel que conduzira o processo e fora superior do Conde d'Eu, ainda quando estava integrado ao exército francês.

No jovem Taunay, a percepção do internacional capturado a partir das imagens difundidas no Ocidente sobre o Oriente imaginado cederia lugar à experiência da Guerra do Paraguai.

É o próprio Taunay escrevendo suas memórias quem revelaria mais tarde que muito da paisagem vista se tornaria o pano de fundo de seus textos como *Histórias brasileiras*, *Narrativas militares* e principalmente *Inocência* (TAUNAY, 2005).

A Guerra agitava os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Taunay contava 22 anos em 1864. Tropas de Voluntários da Pátria se organizam no Rio de Janeiro e o próprio Imperador multiplicava-se em atividades de preparação da guerra cujo objetivo era, para Taunay, “reivindicar, do modo mais completo, a honra e a dignidade do Brasil malferidas pela mais insólita e brutal agressão” (TAUNAY, 2005, p. 129).

Inicialmente o jovem deveria juntar-se ao batalhão de artilharia que sairia do Pará, mas acabara sabendo da reunião de tropas em São Paulo e Uberaba de forças disponíveis nas províncias do Paraná, de São Paulo e Minas Gerais e de repartições que seriam anexadas também, como a Comissão de Engenheiros.

Esta Comissão deveria seguir para o Mato Grosso, cortando o Brasil. Parecendo mais aventureira, a possibilidade de juntar-se à Comissão chamara a atenção de Taunay.

Por intervenção de seu pai junto ao Imperador que “com o habitual escrúpulo” não via no ato qualquer violação de “lei positiva” transferiu o jovem do batalhão de artilharia para a Comissão de Engenheiros (TAUNAY, 2005). Junto à Comissão, Taunay escreveria o *Relatório Geral da Comissão de Engenheiros* e a *Retirada de Laguna*.

No livro de memórias, publicado postumamente apenas em 1948, sua vontade autorizava a publicação apenas em 1943, Taunay explica que se juntara à Comissão de Engenheiros e que se tornou o relator oficial da expedição, relatando o cotidiano da marcha rumo ao Paraguai, mas também as vicissitudes por vezes “trágicas” (TAUNAY, 2005, p. 135) da presença militar brasileira naquele país, em meio às dificuldades de abastecimento e comunicação.

Para o homem maduro Taunay, posteriormente, os fracassos da Comissão em planejamento e ação decorriam da distância entre as realidades do interior do país, e suas inerentes dificuldades, e o conhecimento apenas livresco dos engenheiros. Eles partiram com planos teóricos, elaborados na capital para a marcha rumo ao Paraguai:

Observarei aqui, entre parênteses e levado pelo arrastamento da verdade, que os serviços da nossa Comissão nunca foram lá muitos valiosos à expedição. Todos nós, comodistas e saídos de fresco da Escola Militar, primávamos por muita pretensão, que não se afirmava de modo algum nos resultados práticos, e qualquer trabalho nos custava não pouco por queremos em tudo aplicar as regras de rigorosa teoria. Enfim para diante tudo tão caro pagamos e tanto sofremos da sorte, que muita coisa nos deve ser desculpada (TAUNAY, 2005, p. 139).

Se o *Relatório* (TAUNAY, 1874) se compõe de notas de ações quotidianas da Comissão, decorrendo então seu tom protocolar, muito difere a *Retirada de Laguna*, no qual o relato de guerra é próximo, e um tanto quanto vibrante (TAUNAY, 1959).

Nele, Taunay fornece boas indicações de como participou do desenrolar da ação das tropas brasileiras, sobretudo no resgate de canhões para que não caíssem nas mãos dos soldados sob ação de Solano Lopez, bem como esclarece o contexto mais geral do conflito.

Taunay justificou a ação militar brasileira e da Aliança contra Solano López na medida em que respondia a uma agressão e buscava consolidar um processo de paz que garantisse a estabilização das fronteiras:

impossível fora para o Brasil a cessação de seus esforços unidos aos de seus firmes aliados. O fim não era territorial como havia sido o da eliminação de ShamyI ou de Abd-el-Kader das gargantas do Cáucaso ou do Atlas; mais longe se visava, pois em jogo estava para quatro povos a segurança de paz estável e proveitosa. O governo do Brasil compenetrava-se desses sentimentos, e a confirmação de sua firmeza foi a nomeação que colocou à testa do exército brasileiro o príncipe consorte da Princesa Imperial (TAUNAY, 1926, p. 12).

A referência, em 1869, a Chamil e a Abd-el-Kader²⁷ demonstrava o papel da leitura dos textos de viajantes e relatos de guerra na formação do jovem Taunay. Ao mesmo tempo, esse discurso contra o ditador Lopez, e não contra o Paraguai, justificam a insistência na derrota de Lopez tanto na perspectiva do Imperador quanto na condução das tropas pelo Conde d'Eu:

Em geral, no Brasil, inclinava-se a opinião pública e até o gabinete Itaboraí, então no poder, pois subira em julho de 1868, no sentido da probabilidade de um ajuste de paz com o Paraguai, mais totalmente contrário pendia o Imperador, que julgava imprescindível dever continuar-se ativamente nas operações de guerra, até que Solano López se entregasse ou saísse do país por ele tiranizado. No exército brasileiro acampado em Assunção e suas cercanias reinava, entretanto, não pequeno cansaço; não poucos oficiais também julgavam chegada a ocasião de se encetarem negociações a bem da completa suspensão de hostilidades e do restabelecimento da paz (TAUNAY, 2008a, p. 24).

²⁷ Na década de 1820-1830 ambos resistiram à força do expansionismo russo no Cáucaso e ao imperialismo francês na Argélia, respectivamente.

Para Taunay, o Império desenvolvia um conceito que não era de guerra total, um conceito novo que incluía mesmo a assistência aos feridos paraguaios, às crianças, aos doentes e aos subnutridos.

Na visão do escritor, tratava-se de uma “guerra humanitária”, embora o discurso da ação conjunta com os países aliados para libertar o Paraguai de um ditador não apresentasse grande novidade, a ideia de uma concepção de guerra de respeito ao país, refletiria o caráter superior do governante brasileiro, e por extensão que o Império (da virtude) teria na história. Ainda que não seja claramente posta, percebe-se a intenção de sublinhar a superioridade moral do Império sobre seus vizinhos sul-americanos. Esta associação de um tempo de virtude que decorria do traço fundamental do Imperador acompanhou Taunay até o fim da vida²⁸.

Anos mais tarde, o escritor carioca revelaria que D. Pedro II se desdobrava em toda parte nos preparativos da guerra. Cuidando pessoalmente para que a ação militar se desenvolvesse com “constância, método e ordem” para enfim “reivindicar a honra e a dignidade do Brasil malferida pela mais insólita e brutal agressão” (TAUNAY, 2005, p. 129).

Nos termos da carta ao Monarca, que serve de apresentação ao relato da retirada da coluna brasileira, Taunay assinala o caráter particular do Imperador como um fator de maior cálculo e menor violência na condução da guerra:

Ao se render Uruguaiana, inaugurou Vossa Majestade, na América do Sul, a guerra humanitária, a que aos prisioneiros poupa e salva, trata feridos inimigos com os desvelos dispensados aos compatriotas, a que, considerando a efusão de sangue humano deplorável contingência, aos povos apenas impõe os sacrifícios indispensáveis ao sólido estabelecimento da paz (TAUNAY, 1959, p. 3).

Do ponto de vista de nossa análise, essa construção discursiva de Taunay que representa as intenções do Império no conflito militar interessa menos para avaliar as dimensões do conflito ou, de que maneira, ela corresponderia a alguma verdade ou era próxima do que acontecia. Antes, diz-nos mais de perto por permitir compreender melhor como Taunay concebia a Monarquia e seu papel entre as Repúblicas sul-americanas.

²⁸ Anotação manuscrita sobre a morte do Imperador no exílio [abril de 1890]: “Então neste país está tudo crestado, aniquilado, destruído, morto? Vai Pedro II, vai embora deste mundo de misérias, baixezas e ingratidão! A posteridade te fará justiça. O teu nome encherá, não a história do Brasil, mas a História da Humanidade, pois perdura para sempre, vence os tempos e alcança a eternidade tudo quanto é bom, nobre e santo, e ninguém, mais do que tu, e ao lado dos maiores e maiores grandiosos vultos humanos, tu foste bom, tu foste nobre, tu foste santo!” (TAUNAY, 1933a, p. 99-100).

Além disso, é preciso pontuar que, se formos pensar na elaboração de um verdadeiro direito humanitário, ainda era algo novo. A própria criação da Cruz Vermelha data de 1863, apenas um ano antes da Guerra do Paraguai.

Ao que se sabe, os esforços de Jean-Henry Dunant na criação daquela organização internacional levariam também à criação em 1864 da Convenção de Genebra. Com esta convenção se regulamentava o tratamento dispensado a prisioneiros (MACALISTER-SMITH, 1985, p. 8-10).

Ainda que sublinhe um ponto de vista humanitário, e acompanhe com muita proximidade o Conde d'Eu, e por extensão, as marchas do exército brasileiro e dos aliados, o tom geral do livro recai mais no que o autor sugere ser uma ascendência brasileira entre os aliados. Ao registrar os encontros entre os líderes das tropas uruguaias, argentinas e brasileira, Taunay sublinha essa visão em diversas partes da narrativa. É o que se observa nos encontros entre Mitre e Conde d'Eu para sanar dúvidas quanto a despojos dos inimigos (TAUNAY, 1926) ou sobre o estabelecimento de uma polícia civil em Assunção (TAUNAY, 1926) dentre problemas menores como justiça militar ou problemas circunstanciais entre as tropas (TAUNAY, 1926).

O problema maior que sugere Taunay do exército em si é o abastecimento. Como abastecer as tropas e garantir o deslocamento das forças é algo constante que surge nas discussões.

Do ponto de vista estritamente das relações entre os países, há um empecilho. Trata-se do papel do representante norte-americano MacMahon que não só procura manter contato com os cidadãos norte-americanos, mas claramente se posicionara contra a ascendência brasileira em território paraguaio.

Ao menos em uma ocasião, MacMahon pretendia intermediar a troca de correspondência entre Conde d'Eu e López, mas pôs dificuldades, especialmente em julho de 1869, o que culminaria na sua retirada em um vapor.

Mesmo ignorando a necessidade de apresentar-se às autoridades brasileiras que autorizariam a sua saída, o diplomata simplesmente deixou o Paraguai²⁹.

A apresentação diplomática ignorada pelo representante norte-americano passava por cima do bloqueio de trânsito de navios imposto pela administração brasileira. À censura do

²⁹ Em Carta de 22 de junho de 1869, ao Barão de Cotegipe, considerava o Imperador: “Sñr Cotegipe, Creio que se deve fazer queixa ao governo dos Estados Unidos a respeito do procedimento do Mac-Mahon”. D. Pedro 2 (PINHO, 1933, p. 131).

protagonismo das forças brasileiras se somava a antipatia à nova administração da capital paraguaia, o que culminou no não pagamento da morada onde vivera até então:

diversas tropelias indignas de seu caráter oficial, não só se negando a pagamento da morada em que se acha por pretender ser ela propriedade do paraguaio Jára que o acompanha, como consentindo que esse homem ande publicamente falando a favor de Lopez no sentido de aliciar gente. Os paraguaios têm sido os próprios denunciantes destes fatos [...] (TAUNAY, 1926, p. 133).

MacMahon escreveria sua própria versão da Guerra no Paraguai, sublinhando os aspectos criminosos das tropas da Tríplice Aliança, e em especial dos soldados brasileiros, e os “desígnios de expansão de D. Pedro” (MCMAHON, 2014, p. 34). Sua presença indicava a atenção dispensada pelo governo norte-americano sobre a região.

Ao partir do Paraguai, em seu país escreveria na imprensa suas impressões e notas, o que mostra o interesse local pelos acontecimentos internacionais na América do Sul (MCMAHON, 1870).

Taunay em seu romance *A mocidade de Trajano* pontua como a Guerra em si entrou no ambiente das conversas dos fazendeiros. No ambiente pequeno da elite provinciana e rural, todos cabem no ambiente de uma sala.

Entre as paredes daquele cômodo, estão dispostos os liberais e os conservadores, e os assuntos nacionais entram como pretexto para as divergências locais.

Taunay preferiu a descrição de uma possível cena entre os dois grupos não sem verve, entre copos de água e bandejas de cerveja, sequilhos, biscoitos doces e cálices de doces, o tema da guerra se apresenta ao paladar dos personagens. É assim que uma autoridade política local, do partido conservador, vendo o jovem Trajano, o Mocambira grita ao pai do jovem, o Sobral:

— Comendador, o seu filho já é um homem! E' preciso pô-lo na guarda nacional; sou ajudante do corpo e quero bonitas praças e oficiais briosos.

— Não tem a idade da lei, ponderou -Sobral.

— Ora, que importa?! E' bom qualificá-lo cedo para arranjar-lhe os galões de oficial. Diga-me, parece que breve teremos guerra com o Lopez?

O Sr. Patrício Lopes, que ouviu a pergunta feita por um liberal, supôs que fosse um ataque a sua pessoa e por isso respondeu com acrimônia e força: — Em guerra ando eu sempre com os senhores, e hei de sempre andar. A reunião começa já mal. Se me insultam, não tenho mão em mim... é boa!

Houve uma gargalhada geral, na qual muitos entraram sem saber porque. Patrício Lopes ficou roxo de raiva, e se logo não lhe tivessem explicado por miúdo o motivo da hilaridade, teria se retirado irreconciliável com todos os presentes (TAUNAY, 1871, p. 68-69).

É possível que a conversa se inspirasse nas conversas familiares do próprio autor sobre o conflito, e nos momentos que antecederam sua própria partida (TAUNAY, 2005). Certo mesmo era que a possível guerra do Brasil e aliados contra Lopez estava na ordem do dia, ainda que o sentido das disputas eleitorais locais concentrasse a atenção real dos personagens.

Em grande medida, Trajano é um retrato de Taunay, seja tanto nos aspectos da beleza física que ele mesmo sublinha quanto a si, nas memórias, e acabou se tornando um lugar-comum recorrente em diferentes personagens masculinos jovens e protagonistas; quanto também das intenções de Taunay, visto que o escritor também serviria na Guerra como oficial, e partiria igualmente para a Europa posteriormente.

No primeiro romance de Taunay, fica claro que o jovem escritor considera que o lugar social de um personagem acaba delimitando o espectro da participação política disponível a si. Dentro de uma sociedade que não era de massas, Taunay fez um dos afrescos da vida social, no qual os personagens são menos relevantes pelos seus conflitos interiores, e mais importantes pela capacidade de ilustrar como as pessoas se comportavam diante dos dilemas políticos e sociais de seu tempo, tendo como pano de fundo a agenda de modernização. Não é sem razão que a escravidão é posta no centro do romance. Inicialmente, esse olhar sociológico de Taunay é voltado para como se faria a passagem do “trabalho servil” ao livre e os diferentes posicionamentos dos personagens, e como essa relação social acaba por *moldar* as tensões e os caracteres dos personagens. Primeiro, ela é investigada pelas diferentes possibilidades *dentro* da escravidão. Enquanto a escrava Bertha alimenta a intriga ao modo de um Iago shakespeariano feminino, o ex-escravo Vicente parece encarnar a figura do guardião da memória e dos encantos, ambos muito aquém do algum reconhecimento igualitário. É significativa a repreensão de Trajano a Bertha quando ela parece querer chantageá-lo:

Bertha, disse com cólera após longo silêncio, não esqueças nunca que és escrava. Tens abusado da confiança que em ti deposita tua senhora, e queres brincar comigo. Cuidado. Eu mesmo não duvidarei quebrar este junco nas tuas costas. **O filho de fazendeiro mostrava a sua origem** (TAUNAY, 1871, p. 124, grifo nosso).

Taunay parece oscilar entre os traços mais brandos, quase simpáticos, aos momentos taxativos e duros quando descreve os personagens negros. Momentos de maior simpatia aparecem quando descreve o ex-escravo Vicente ou a escrava doméstica Suzana, casada com um capataz que reproduz quotidianamente o ciclo de punições e violência, ao ponto que acaba envenenado pelos escravos. Enquanto Bertha encarna a personificação do mal, os traços felinos, a vontade de ser branca.

Ainda que favorável à abolição, Taunay participava dessa cultura ocidental imperialista que mensurava em degraus distintos de contribuição os diferentes grupamentos humanos tipificados pela cor. Ainda que Trajano seja o modelo de sociedade europeia de direitos individuais e, obviamente contrário à perpetuação da escravidão, seu pai, o Sr. Sobral tem consciência de que a escravidão “afeia o sistema social do Brasil” (TAUNAY, 1871, p. 7), além de provocar “cenas dolorosas e desmoralizadoras” (TAUNAY, 1871, p. 127-128). O receio do Sr. Sobral quanto ao fato de Trajano estar envolvido com uma escrava revelava não só o medo de “netos mulatos”, mas principalmente a construção do que Guerreiro Ramos chama de “ideal de brancura” que ainda permeava a cultura brasileira em meados de 1950 (RAMOS, 1995, p. 235).

No sentido estritamente político, a abolição era inevitável desde que a Inglaterra “impusera” a proibição do tráfico negreiro (TAUNAY, 1871, p. 13). No romance, liberais e conservadores de província se põem a mesma questão, todos em torno do que seja a liberdade. Enquanto conservadores inclinam-se a forçar a mudança, impulsionando o discurso a favor da abolição, liberais limitam o âmbito da liberdade às elites provinciais. O choque entre os dois partidos e suas posições se materializa no embate entre Mocambira, do Partido Saquarema, e Mordelli, que no texto representa a perspectiva Luzia:

O comendador italiano, depois de tomar uma pitada, começou com tom ameno:
 — O partido liberal, meus senhores, não convidou ninguém para conchavos. (Susurro no lado direito.) Os homens que compõem esse partido têm bastante consciência para se conservar na altura de cidadãos independentes e, como guardas da liberdade, João Brêtas sorriu-se amargamente e em aparte:
 — Então somos nós os tiranos? Mocambira deu um silvo estrondoso.
 — Brasileiros de alguma importância...
 Silveiras tossiu como se engasgasse. Mordelli ficou cor de lacre, porém continuou:
 — Brasileiros amantes extremos da pátria, queremos a liberdade, liberdade para todos.
 — Forrem os seus escravos, interrompeu um conservador sisudo que se conservara até então calado.
 Fidelis respondeu pronta e colericamente:
 — Queremos a liberdade, mas não prejudicial: nada de prejuízos, voto contra. (TAUNAY, 1871, p.73-74).

Nesse trecho, em entendimento opostos estão Saquaremas e Luzias quanto ao que atribuem à palavra liberdade. Conservadores entendem o término da escravidão, enquanto liberais anseiam à liberdade sem “prejuízo da propriedade”. A cena era uma alegoria da posição em que se debatiam conservadores e liberais quanto ao término da escravidão.

A abolição completa significaria àquela altura um golpe no poder oligárquico provincial, por isso a ideia da “liberdade para todos”, no fundo, era a exigência do predomínio dos interesses dos elementos da Lavoura.

Através dos conservadores, a Coroa forçaria o processo, por isso, ficaria mais claro porque o discurso dos liberais brasileiros caminharía para a defesa da descentralização de poder e, implicitamente, para o esvaziamento do poder Moderador. De certa forma, o tom beligerante apareceria também no romance. O diálogo continuaria:

Mordelli prosseguiu:

. . . essa liberdade que nasceu com Cristo...

— Deve ser bem idosa, observou José Francisco rindo-se.

. . . essa liberdade que resistiu ao canhão, à metralha, fez recuar baionetas, desaparecer legiões.

— Desculpe o nobre correligionário, interrompeu por seu turno Mocambira, mas acho bom que não toque em questões militares. Está avançando ideias impossíveis. (TAUNAY, 1871, p.73-74).

Essa liberdade irrestrita, ideal, nascida “com Cristo” não fazia esquecer da iminência da guerra, nem tampouco obnubilava o recente término da guerra que dividira os Estados Unidos: A Guerra de Secessão. Nesta, de forma similar, porém de consequências e custos mais graves, dois grupos haviam se batido diante do tema fundamental do fim da escravatura (VORENBERG, 2004).

Se Mocambira rejeita a ideia e a sugestão do tema militar (seccionista) não deixa de ser importante assinalar sua presença no texto e no discurso de ambos políticos.

O jovem Taunay estava atento ao que se passava. Ainda que não participasse da vida política de então, claramente, ele declara-se ao lado dos conservadores, ainda que criticasse o Estado imperial por não tomar medidas mais robustas para a substituição do trabalho servil pelo trabalho de imigrantes europeus (TAUNAY, 1871).

Nesse romance, são prefiguradas duas das grandes bandeiras que viriam a ser defendidas por Alfredo Taunay na sua vida parlamentar: a entrada de europeus como substituição do trabalho escravo e a necessidade de naturalização deste novo contingente populacional.

Dentre os textos políticos (principalmente em alguns de seus discursos parlamentares e discursos no IHGB) publicados pelo próprio Taunay, ele retoma a alguns temas que já apresentara em seu primeiro romance, tais como: incorporação do sertão ao avanço a que se propõe a sociedade litorânea brasileira, no qual se constituía um Império, a necessidade do fim da escravidão, a necessidade de imigração, centralização política como mecanismo de contenção das tendências oligarquizantes das elites de província.

No retrato que faz dos conservadores (Saquaremas) e liberais (Luzias), Taunay mostra como se articulavam estas questões locais e nacionais, representadas nas picuinhas municipais:

é o animalejo do Silveiras que professa como conservador, porque supõe que o partido trabalha para a reintegração dos portugueses ou pelo menos pelo restabelecimento de antigas usanças, nobrezas, etc. **Os outros conservadores não crêem nisso**, riem-se do Silveiras, mas têm lá ideias no mesmo nível. Entretanto se há estes que se pareçam com eles na tacanhice de vistas, na violência de reações, **no pouco senso e nas frioleiras, são os liberais**. Sobral desenvolvia a seu modo o pensamento do visconde de Albuquerque. — Todos eles vêm, continuou com volubilidade, na ascensão de seus partidos, não os benefícios que ao país traga à prática das ideias que julgam sustentar, **mas só e simplesmente postos** da guarda nacional, tabelionatos ou então condecorações e outras baboseiras, quando não sejam as ocasiões de abusar e de vingar-se de seus desafetos (TAUNAY, 1871, p.60, grifo nosso).

Conservadores e liberais de províncias atendiam primeiro à necessidade de se posicionarem uns em relação aos outros, considerando mais suas rixas locais do que um plano nacional de condução do espaço público. Para o narrador, a explicação residia na dinâmica da vida rural. A condução das propriedades antecedia o interesse partidário mais estrito. Como observa o pai de Trajano ainda no mesmo trecho:

Na corte talvez haja sinceridade de opiniões e sobretudo seriedade; aqui não, mesmo porque o tempo é pouco para cuidar em política, absorvidos, como vivemos, pelos escravos, pelo café, cana de açúcar, milho, feijão e abóboras. As antipatias particulares regulam comumente na adoção deste ou daquele credo. (TAUNAY, 1871, p. 60, grifo nosso).

A lavoura consumia tempo, mas a bem da verdade, as necessidades de se verem atendidas as demandas dos proprietários eram o centro do debate da reforma do poder Moderador, como queria o Senador José de Alencar e, até mesmo, uma das pedras angulares para o surgimento da Liga Progressista, em 1862 (CARVALHO, 2012; LYNCH, 2014).

Talvez essa leitura do pouco interesse real dos proprietários quanto ao jogo político maior, nacional, decorresse em Taunay do seu pouco contato com o mundo rural. Sempre habitara na cidade do Rio, ainda que sua feição fosse mais acanhada; mas até então, o mais próximo de uma propriedade rural que conheceu foi a propriedade familiar na “Cascatinha da Tijuca”, atual Cascatinha Taunay na Floresta da Tijuca (TAUNAY, 2005, p. 37). Além disso, não se pode deixar de lado, a clara diferenciação que se estabelecia entre os agentes burocráticos da Corte e pensadores liberais citadinos, como se firmariam Joaquim Nabuco ou o amigo André Rebouças, e os interesses dos proprietários rurais. De qualquer modo, a busca de uma explicação sociológica e sua correlação com os pensamentos, ações dos personagens

seriam uma constante na obra literária do escritor então iniciante. Bem como a criação da galeria de tipos. Não se trata tanto de retratar as tensões psicológicas, ou as grandes reviravoltas da narrativa; Taunay preferia mapear personagens, seus trejeitos, expressões. Sobral exemplifica bem essa galeria ao explicar os principais atores políticos locais ao filho:

Patrício Lopes que abomina os liberais porque acredita que eles conspiram contra a monarquia. E' um bom homem, entretanto capaz de mandar matar um liberal, julgando assentar melhor o trono no Brasil e trabalhar para sua tranquilidade, ninguém o tira daí. **Todo e qualquer liberal é inimigo particular seu e de D. Pedro II.** Não há meio termo. Nos mais simples atos ele enxerga tramas, conluios; não lê senão os jornais conservadores e toma ao sério, muito ao sério, as encrespações que se levantam contra os liberais, os baldões que lhes são atirados, baldões que os jornais do outro lado reproduzem, repetem em identidade de circunstâncias (TAUNAY, 1871, p.61-62, grifo nosso).

Patrício Lopes é o fiel servidor, quase uma caricatura do que se apresentava dentro das fileiras do partido conservador local. O homem que apenas condena a oposição e expressa o desejo da continuação do modelo saquarema.

De modo similar, o Senhor Amaral Pereira queria “o equilíbrio constitucional, com tanto que o executivo esteja acima de todos os poderes e possa dirigi-los”. Nas palavras do Sr. Sobral era “um homem serviçal e com quem se pôde contar nas mudanças de política”: “— Enfim, concluiu Sobral [dizendo a Trajano], breve verás esses tipos e hás de te rir da importância que cada um deles se atribui” (TAUNAY, 1871, p.61-62).

No romance *A mocidade de Trajano*, percebendo que a distinção entre conservadores e liberais poderia soar como apenas nominal, rapidamente o narrador faz Sobral explicar a sua adesão ao partido Saquarema. Depois de tratar dos tipos políticos, o que defende os conservadores de província e, apontando conluios nos liberais, o pai de Trajano assinala seu ponto de vista conservador:

Devo dizer-te que sou, isto é, que passo por ser conservador. Pensando um pouco, inclinei-me para aquele lado, porque enxergo vantagens serias para o Brasil **na prudência de suas medidas, na madureza e sensatez de seus planos, nas ideias de progresso refletido** por que lutam — não aqui, isto nunca — mas nos círculos onde trabalham as inteligências e debatem-se os interesses de nossa pátria.” (TAUNAY, 1871, p.61-62, grifo nosso).

A necessidade da mudança e modernização se punham tanto para liberais quanto os conservadores. No entanto, estes que constituíram seu discurso no predomínio da unidade do Estado e da ordem (LYNCH, 2014; MATTOS, 1987), corporificado na figura do Imperador sobre a representação das “empresas particulares” e seus interesses, sabiam que, em uma

sociedade civil de representação política diminuta, o risco da oligarquização do sistema político poderia significar o fim da estrutura administrativa e política organizada pelos saquaremas, especialmente Visconde do Uruguai, acarretando o retorno das bandeiras “anárquicas” do Período regencial. Daí Sobral elogiar a “prudência” e a ideia de “progresso refletido” que animava o partido.

Liberais representavam o interesse do povo (aristocracia provincial), e as diferenças entre ambos se refletia até mesmo na maneira como publicamente se portavam. Quase de maneira alegórica, Sobral explica a diferença entre conservadores e liberais:

Vejo mais método no governo, mais firmeza, mais seriedade: talvez restrição demasiada em despesas, política que parece acanhada, mas que é cautelosa oriunda do medo de errar. Não direi a banalidade que os conservadores formam o partido de gravata lavada: fora uma necessidade; mas quase sempre eles se mostram de casaca ou sobrecasaca, ao passo que muitos liberais — não todos, felizmente—vestem, quando lhes convém, a jaqueta e até se apresentam em público' em mangas de camisa, **guardando sempre no íntimo o seu fermento aristocrático** (TAUNAY, 1871, p. 62, grifo nosso).

Taunay pela fala de Sobral elogia a prudência, essa virtude política fundamental que acomoda a transformação às circunstâncias e ao possível: “Sê político **prudente**, sincero, firme, sobretudo na primeira resolução que tomares” (TAUNAY, 1871, p. 62, grifo nosso) aconselharia o pai de Trajano ao jovem.³⁰ O jovem escritor reconhecia no conservadorismo o esforço de progresso medido, estabelecido e ordeiro, no sentido de que as transformações necessárias deveriam ser efetuadas, mas o equilíbrio mantido pelo Imperador não poderia ser derrubado de maneira a atender interesses particulares provinciais.

Quando da Guerra do Paraguai, Conde d’Eu estranhou a adesão de Taunay às fileiras do partido Conservador, visto que considerou natural que um jovem como Taunay fizesse a adesão a um partido Liberal. A crítica do Conde d’Eu causou um estranhamento entre Taunay e o príncipe. Este se manteria distante durante o resto da campanha militar, e posteriormente, no retorno à Corte (TAUNAY, 2005). Muitos anos mais tarde, em 1890, Taunay ainda se lembraria da convivência difícil entre ambos, a partir do momento que, por forças de circunstâncias, Taunay estava na “desagradabilíssima posição” de permanecer sob ordem direta do príncipe comandante das forças (TAUNAY, 1933a, p. 98). Em seu diário, Taunay descreveria, algumas vezes, o convívio tenso entre ambos, como a nota de 28 de abril de 1889:

³⁰ Não muito distante dos conselhos do pai de Alfredo Taunay, o pintor francês e diretor da Academia Imperial das Belas Artes Félix Emílio Taunay (TAUNAY, 2005).

Domingo – Faz hoje o Conde d’Eu 47 anos. Há 19 anos (1870) estávamos a bordo do *Galgo* a chegar ao Rio de Janeiro. Nenhuma saudade daquele tempo e do período da Campanha da Cordilheira tristemente terminado por mim, após longos meses de decepções, aborrecimentos e verdadeiros conflitos com o Príncipe (TAUNAY, 1933a, p. 63).

O futuro Visconde estranhou a censura do príncipe consorte quanto a sua opção conservadora, visto que saía de seu papel régio, “acima” das disputas. Esse choque entre ambos provavelmente motivou a guarda no IHGB dos manuscritos de memórias não publicados de Taunay até cinquenta anos de sua morte, e que seriam publicados somente caso se mostrasse conveniente aos herdeiros.

Contudo, é possível entender que o choque entre Taunay e Conde d’Eu explicar-se-ia obviamente pela diferença que as palavras e as classificações ganham entre centro e periferia (LYNCH, 2013). Enquanto em sociedade centrais, como a França de então, os conservadores defendessem bandeiras mais estacionárias, e até mesmo um ideal de sociedade que precedia à Revolução Francesa, diante de um mundo em que se dava a constituição de um crescente liberalismo e protagonismo das relações capitalistas, os liberais eram a um só tempo os arautos de uma constituição de uma sociedade baseada menos em privilégios hereditários e mais no predomínio da atividade, da técnica, da concorrência e do incremento da sociedade civil como contraponto ao poder do Estado. Do ponto de vista político, estabelecia-se um mundo de direitos constitucionais que tinham como pressão a crescente inserção de grupos mais amplos da sociedade à participação política. No ambiente periférico, de economias mais retardatárias, de pouco incremento econômico e de forte estratificação social, a solução para a modernização era vista através do “reformismo ilustrado” (LYNCH, 2003), tradição herdeira da ilustração portuguesa que aponta para o governante, como o topo do Estado centralizado, o elemento capaz de conter a tendência centrífuga das forças políticas provinciais.

Sem que soubessem, a discordância entre Taunay e o príncipe repousava mais na roupagem do que no conteúdo. As palavras transferidas de seu contexto original ganhavam novo conteúdo na periferia. Assim, conservador aqui na América portuguesa se aproximava do liberal francês, visto que o espectro do conservadorismo francês não tinha possibilidade histórica no jovem país sul-americano, não havia equivalência visto que a nobreza no Brasil era recente, de títulos não hereditários e não havia correspondência necessariamente entre a posse da terra e a titulação. Dessa forma, o conservadorismo saquarema repousava mais na preocupação em dirigir o processo de modernização feita por cima, afastando o processo de mudanças das tentativas estacionárias, mas sem cair nos desvios revolucionários, e, ao mesmo

tempo, preservando a unidade nacional. Não foi à toa que o romance e os relatos de Guerra chamaram a atenção do Visconde do Rio Branco, de quem Alfredo Taunay se tornaria assessor imediato, o que lhe garantiria a entrada na vida pública brasileira.

Se no primeiro romance, Taunay descreveu o ambiente de um jovem Trajano, liberal modernizante, típico defensor das bandeiras da Geração de 1870, como Joaquim Nabuco ou André Rebouças, contrário à escravidão, favorável à entrada dos imigrantes, próximo do partido conservador e disposto a lutar na Guerra do Paraguai. No segundo romance, há menos proposições para a política a sociedade. Na verdade, o tom observador de tipos vem ao primeiro plano. Em *Inocência*, há uma mudança importante: Taunay se concentra em escrever uma história romântica na qual personagens típicas do interior do Brasil são postas em primeiro plano. Ou seja, *Taunay inventa os Sertões* na medida em que retira dos elementos reais que conheceu as linhas gerais do modo de vida, do linguajar e das paisagens que admirara quando indo para a Guerra, é assim que dos sertões de Mato Grosso nasce o ambiente para o romance *Inocência*, publicado em 1872. Taunay privilegia um olhar sociológico, enquanto no primeiro romance, Taunay privilegiara a análise política brasileira a partir da adequação das ideologias políticas, nesse segundo romance, Taunay procura entender o funcionamento da vida sertaneja, seus valores, o poder do patriarcado nas regiões remotas do país. Do ponto de vista estético, Taunay transferira o interesse pelo desconhecido, ou mesmo exótico como notara Edward Said na descrição do elemento não-europeu na literatura à época do Imperialismo (SAID, 1994, p. 31-43) para o Sertão. Esse deslocamento de interesse decorria da experiência do jovem no conflito militar, e de seu deslocamento pelo Brasil até o Paraguai. Tal intenção acabava por revelar uma visão política clara: enquanto realidade desconhecida da corte, o Sertão vivia sob suas próprias regras, sob seu próprio ritmo; cabia ao Império incorporar essas áreas isoladas. Taunay percebe que o lugar do Sertão é periférico, até mesmo desconhecido, dentro da periferia que representa uma Monarquia no continente americano. Incorporar essa área, sua população, conhecê-la deveria ser um processo natural de um império ímpar que construía um país. Aliás, para Taunay, o Brasil era dividido em duas zonas, a litorânea e a interior, marcada pelas Serras; a primeira marcada pelos “esforços da Civilização” durante séculos e a segunda “que tanto tem custado impulsionar e fazer progredir” (TAUNAY, 2005, p. 148).

O isolamento dessas regiões mato-grossenses é representado pelo modo de vida simples descrito no romance *Inocência*. Algumas características narrativas do primeiro romance reaparecem nesse segundo ainda que sobre nova roupagem: o amor entre o casal, que por alguma razão tem um impedimento para concretizar o relacionamento; o papel da

descrição do modo de vida dos personagens. No primeiro romance, isso se dá na descrição da vida de Trajano em meio a diversos périplos e dificuldades do ambiente da fazenda e da elite rural. No segundo romance, essas características aparecem através do interesse do médico que conhece e logo apaixona-se pela jovem filha do Sr. Pereira.

Nesse sentido, a descrição de cenas e personagens é uma opção realista e que faz avançar o conhecimento ainda que ficcional do ambiente rural de forma mais aprofundada que o idealismo de José de Alencar. O médico que conhece a jovem filha do Sr. Pereira mimetiza o conhecimento do jovem Taunay das realidades interioranas brasileiras. Acertadamente, a pesquisadora Gislei Souza considera que a noção de fronteira, de espaço limite alicerça a visão que o escritor desenha da região a ser discursivamente desenhada (SOUZA, 2011).

Essa incorporação intelectual desses espaços apontava para a necessidade de maior integração nacional, o que poderia ser feito pela imigração, como sugerira Taunay em *Mocidade de Trajano* e que seria um dos principais temas de sua vida política parlamentar. Esse diagnóstico levaria Taunay a empreender esforços em favor da imigração europeia para o Brasil. Taunay defenderia a imigração tanto enquanto deputado, e posteriormente no Senado. Para fomentar o projeto, foi um dos organizadores da Sociedade Central de Imigração, na qual seria participante ativo.

O amor entre o jovem médico itinerante e Inocência, nada tinha de muito novo, como matéria romântica. O que havia de novidade era a veracidade do relato, que cumpria o intuito de Taunay de escrever uma obra calcada em sua experiência particular, tal como fizera – ou fazia crer – Stendhal. Nesse sentido, Antônio Cândido veria na afirmação de Taunay, que se consideraria um Stendhal, um erro de avaliação da própria estatura literária (CÂNDIDO, 2000). Contudo, Alfredo Taunay na verdade reconhece no processo de confecção de sua literatura algo comum a Stendhal: ambos escritores defendiam o primado de suas experiências vividas como o assunto *par excellence* de sua escrita. Foi dessa forma que a ambientação em torno das margens do Rio Piquiri e de tudo aquilo que vivera ao hospedar-se na casa de certo proprietário Carvalho que Taunay buscou inspiração para “a morada do Pereira, pai daquela meiga e modesta heroína dos sertões de Sant’Ana do Paranaíba” (TAUNAY, 2005, p. 194).

Apesar de atribuir maior valor a duas de suas obras, *Inocência* e *A Retirada de Laguna*, e que sustentariam seu nome para a posteridade, o próprio escritor reconhecia que na sua literatura ficou faltando algo. Por exemplo, em *Inocência* sua capacidade descritiva ficou aquém de suas “sinceras intenções e dos mais leais esforços” (TAUNAY, 2005, p. 180). Ao comparar-se a Stendhal, Taunay sublinhava que toda sua escrita era antes de tudo calcada nas avaliações e impressões que retirava do real, tal como os escritores e viajantes no

desenvolvimento do interesse europeu pelos temas orientais, a partir de 1820; bem como na percepção clara das transformações que observava em seu tempo desde a Guerra e a necessidade de influir nos rumos dos acontecimentos políticos. Principalmente, através de formas de propor maior desenvolvimento a seu tempo. Portanto, já em 1872 começaria a vida política propriamente dita de Taunay sob influência do Visconde de Rio Branco (TAUNAY, 1884). Assim, por volta desse período, a partir de meados de 1870, Taunay passaria à vida política pelo partido Conservador. Mantendo coerência entre sua escrita literária, suas opiniões e a vida parlamentar, inaugurando uma nova etapa em sua vida pública. A ser investigada no próximo capítulo.

3 VIDA PARLAMENTAR E ESCRITA

Nesse capítulo, busca-se compreender as conexões possíveis entre a escrita de Taunay e sua vida política. O capítulo o mais longo da tese apresenta os três períodos do mandato de Taunay enquanto deputado, e aquilo que se pode considerar como seu auge político no Senado. Apesar de escrever poucos romances no período, esse capítulo apresenta possíveis conexões entre a literatura e o Pensamento Político de Taunay, passando depois ao predomínio à escrita programática no período senatorial, também a ser analisada. Em cada período desses, o esforço foi o de compreender em conjunto estes três aspectos: a) a vida e ação política de Taunay; b) a escrita [política ou literária] do período; c) como as relações internacionais incidiam nos assuntos debatidos ou propostos por Taunay.

3.1 O deputado Escragnolle Taunay (1873-1884)

Em 1872, por indicação de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde de Rio Branco (1819-1880), Alfredo Taunay começaria sua carreira política integrando as fileiras do partido conservador. Para quem exercera o ofício militar, e na Guerra do Paraguai se dedicara principalmente à escrita de relatórios de campanha, e antes da guerra fora professor de preparatórios, lecionando história, francês e geografia³¹; sem jamais ter erguido a voz “a qualquer auditório numeroso” a possibilidade de expor suas ideias em público e dos primeiros passos políticos assustavam; claramente “não se sentia preparado para ela” (TAUNAY, 2005, p. 531). Até então, Taunay ensaiara a remomeração de Guerra com a publicação dos diários de Campanha e sob pseudônimo de Sylvio Dinarte ensaiara a publicação de romances e alguma participação na imprensa, utilizando o artifício da autoria por pseudônimos romanos e, em especial, sob nome de *Hudibras* (TAUNAY, 2005). Esse momento de rápida ascensão política levava à dúvida e à inquietação. No íntimo, tinha o jovem militar em alto grau esse momento, o qual a entrada no parlamento era “sobremaneira brilhante e invejada” (TAUNAY, 2005, p. 525), e a condição de deputado ficava abaixo apenas dos senadores

³¹ Nos externatos Aquino e Guimarães, além de lecionar “em outros colégios” (sem que os nomeie) e na Escola Militar da Praia Vermelha (TAUNAY, 2005, p. 524).

comparados então aos lordes ingleses. Taunay hesitava: “Que seria, pois, de mim? Que serviços poderia prestar na defesa do Gabinete de 7 de Março, tão violenta e apertadamente atacado e que ia enfrentar vigorosa e ilustrada oposição, já conservadora, já liberal?” (TAUNAY, 2005, p. 524).

Esse Gabinete seria presidido pelo Visconde de Rio Branco, que daria a seu período de governo o tom conservador, *Saquarema* e reformista. Por conservador, entendia-se o predomínio da autoridade (da Coroa) em uma organização em que a constituição de uma verdadeira sociedade civil ainda estava por ser feita, visto que até a existência da escravatura era considerada como um entrave para que o país alcance os padrões civilizacionais dos grandes países do ocidente; assim cabia a Coroa guiar o processo³². Criticando abertamente este modelo, ao menos desde 1860, as oligarquias tomavam como modelo a reforma inglesa e apontavam para a necessidade de restrição do poder monárquico. Por contraposição, tendiam às fileiras do partido Liberal ou *Luzia*. Por seu turno, Rio Branco considerava imperiosa a reforma que incluía muitas frentes: Administração Pública, Marinha, Exército, e foram sob seu governo que foram organizadas a instrução pública, a Escola Politécnica, o Asilo de Menores, além de ter sido realizado o primeiro Censo Geral da Nação, e ter favorecido a imigração europeia diante do término iminente do “trabalho servil”, dentre outras medidas (BESOUCHET, 1985). O choque entre liberais, alcunhados Luzias, e os conservadores, denominados Saquaremas, e as relações com o exercício do Poder Moderador assim foram descritas por Taunay:

O que deu tanta ponderação à marcha do Império, nos quarenta e nove anos do reinado de D. Pedro II, foi a serenidade do Monarca, colocado, já pela Lei, já pelo esforço próprio e constante, acima das paixões e do jogo dos interesses [...] Força é convir, havia ainda muita falta de educação política. O que os partidos tentavam era eternizar-se no governo, encurralando, por assim dizer o Poder Moderador, obrigando-o, de cada vez, a verdadeiros Golpes de Estado, a fim de não deixar morrer à mingua um dos lados constitucionais [...] E como o Partido Liberal era muito mais exagerado e violento nas reações que fazia [...] por isto mais frequentemente se via o Imperador levado a apeá-lo da direção do país.

Apregoavam os liberais pomposos programas a realizar, dando-lhes feição quase de todo republicana, falavam à saciedade e a grandes golpes de retórica nas ideias e reformas, que conseguiu *resumendae libertati tempus*.

Mas, de fato, uma vez em condições de realizá-las, procrastinavam aquelas necessidades morais que haviam proclamado urgentes, imprescindíveis, e ocupavam-se quase exclusivamente em politicagem, já todos unidos a quererem oprimir e aniquilar de vez os conservadores [...] (TAUNAY, 2005, p. 488-489).

Desse ponto de vista, como o dissera no romance *A Mocidade de Trajano*, Taunay levava a crer que o partido Conservador era o que tinha melhores condições, até pelos seus

³² Esse modelo derivava de Guizot, e fora pensado por Paulino José Soares de Sousa, o Visconde de Uruguai (1807-1866) (LYNCH, 2014).

quadros (como o Visconde do Rio Branco) de promover as mudanças. Não era sem razão que o Visconde do Rio Branco teria a admiração dos jovens, visto que a combinação entre um discurso de centralidade da Coroa e um programa modernizante liberal encontrava ressonância em parcela significativa das elites urbanas (LYNCH, 2007) e contava com o apoio do próprio Imperador. Taunay convivera de mais perto com Rio Branco ainda na Guerra do Paraguai, acabara se hospedando em seu palacete em Assunção (TAUNAY, 2005) quando Paranhos se deslocara até aquele país em missão para o estabelecimento de um governo provisório (FRANCO, 2005). O convívio com Paranhos se desenvolvia bem, como se dizia à época, ia “ouro sobre azul”, e a aproximação entre os dois pareceu quase inevitável.

Contudo, o convívio com Conde d’Eu se degradava. Apesar de sempre ter estado junto ao príncipe consorte, e ter revisado seu diário de guerra, burilando-o dos eventuais galicismos, Taunay sentira-se preterido, visto que os elogios em comunicações oficiais seguiram ao Rio de Janeiro, sem menção a Taunay³³. Talvez por isso em documento de próprio punho, já na Capital, em 1870, Conde d’Eu escreveria sobre o Sr. “Capitão da arma de Artilharia, Bacharel Alfredo d’Escragolle Taunay”, atestando que “durante todo o tempo” [de março de 1869 a abril de 1870] o jovem militar desempenhou “sempre os encargos [incluindo a redação do *Diário do Exército*] que lhe foram confiados; e por fim que o considerava “não só um oficial muito inteligente e muito cumpridor de seus deveres mais ainda com habilitações literárias e científicas bastante excepcionais”³⁴.

Junto a Rio Branco, Alfredo Taunay aprenderia os fundamentos para exercício da administração pública, sobretudo no escrutínio de documentos, resumos e elaboração dos relatórios para o gabinete. Era quando Rio Branco mandava-o chamar em sua residência que as tarefas eram passadas ao jovem escritor, em “absoluta confiança”, recebido sempre na Rua do Conde n. 51 com o habitual sorriso (TAUNAY, 2005, p. 492). Na biografia do Visconde do Rio Branco, Taunay revelaria a importância desse momento de aprendizado:

O que aprendi junto ao visconde do Rio Branco, no gabinete de trabalho e vendo-o preparar as armas para a esplendida batalha de 1871 [*o gabinete de 7 de março*], foi

³³ “- Que dirão de mim, no Rio de Janeiro? – observei. – Entretanto, não saí do lado de Vossa Alteza, um só instante, sequer, durante todo o tempo da ação. - É exato – respondeu-me com um ar um tanto impacientado -, mas como o Sr. pertence à Comissão de Engenheiros de que é chefe o Coronel Rufino Galvão, a este, que também esteve sempre conosco, competia elogiá-lo. E já o fez – acrescentou, em parte que será publicada nos jornais do Rio de Janeiro, pois vai junta à minha comunicação ao Governo. Vi, como vulgarmente se diz, que daquele mato não sairia nunca mais coelho e resignei-me [...]” (TAUNAY, 2005, p. 495). Em outra parte do livro de memórias, Taunay esclarece que permanecera tenente de artilharia quando deveria ter sido capitão em razão de um protegido, D. (apelidado Mané Cosme) de um desafeto (A...) ter passado por cima de todos que estiveram em campanha. O que o obrigou a entrar no Conselho Supremo Militar. (TAUNAY, 2008b, p. 403).

³⁴ Documento reunido ao livro *Recordações de guerra e de viagem* (TAUNAY, 2008b, p. 101-102).

imenso; antes do mais, a exatidão e método na expedição e análise de qualquer documento ou papel oficial, por menor que fosse a importância.

Era admirável a paciência e inalterável cuidado, com que, no expediente diário das secretarias de Estado conferia, e fazia-me conferir, de legislação em punho, todas as datas e referências de avisos e decretos com as suas emendas.

Qualquer ligeira claudicação que achássemos, um algarismo trocado, uma data errada, era espécie de triunfo, que logo lhe trazia aos lábios um sorrisozinho, ao passo que, como lhe era peculiar, enrubescia-se-lhe a testa, aberta em bela e funda calva.

- Veja, veja o que ia passando, costumava dizer: risque tudo e recambie para a secretaria. [...] Se nas menores cousas era assim, quanto não apurava nas de grande monta! (TAUNAY, 1988, p. 44).

Essa preparação pedagógica para a vida pública fez com que Alfredo Taunay se aproximasse de Rio Branco e, com sua bênção quase filial³⁵, pretendesse levar adiante as reformas defendidas pelo Visconde no Senado, e, agora, seriam reafirmadas na Câmara por Taunay, uma vez eleito deputado pela província de Goiás, a mesma que levava Paranhos ao Senado em 1862 (TAUNAY, 1988). Em certo sentido, mais tarde, Rio Branco e Taunay viam as propostas deste último como uma continuação das reformas que em 1871 o gabinete conservador implementaria. Além disso, a convivência entre ambos serviria de material historiográfico para a composição de uma das primeiras biografias do Visconde do Rio Branco. Quatro anos após a morte deste, Taunay publicaria o livro, em 1884.

Em termos gerais, a biografia põe em relevo as características pessoais do Visconde do Rio Branco, um homem de “riquíssimo saber”, procurava ser claro, incisivo, tanto na tribuna quanto na escrita. Tinha “experiência” (TAUNAY, 1988, p. 39), era metucioso; em percebendo as necessidades de seu tempo propunham mudanças, e era hábil em ser, segundo Taunay, parafraseando o que foi dito do político inglês Robert Peel³⁶, “o mais conservador dos liberais, o mais liberal dos conservadores e sempre o mais hábil de todos” (TAUNAY, 1988, p. 83). A biografia de Paranhos deu ocasião a Taunay de montar sua visão e narrativa dos principais temas internacionais e nacionais por que passou o Segundo Reinado tendo a ação e vida do Visconde do Rio Branco como fio condutor, privilegiado uma leitura na qual sobressaíssem os conservadores. Após contar brevemente da filiação e das dificuldades que Rio Branco teve para conseguir uma formação sólida secundária, graças a um tio, Alfredo

³⁵ No enterro de um político correligionário, Rio Branco observara que o filho do político Araújo Gois, Inocêncio, guardara a cabeça descoberta do pai com chapéu de sol; virando-se para Taunay, disse-lhe: “Proteja-me a calva, Sr. Taunay [...] se não quer que volte para casa com os miolos fritos. Imite o *filhote*”, observou risonho o outro, ‘o exemplo e os carinhos do *filho*’” (TAUNAY, 2005, p. 525, grifo nosso).

³⁶ Taunay não aprofunda a comparação entre Paranhos e Peel, mas talvez o quadro revelasse grande a semelhança entre ambos, no que diz respeito quanto à modernização administrativa, a pertença aos conservadores em suas respectivas sociedades, a proeminência pública e, a liderança dentro de seus partidos, e a percepção de ambos – Peel e Rio Branco - quanto à necessidade de democratização combinada com o predomínio da autoridade (COCKS, 2014; RAMSAY, 1928).

Taunay tenta demonstrar como se deu o surgimento da linhagem saquarema, no contexto da emergência do governo de D. Pedro II, no qual se organizaram os partidos efetivamente, uma vez que tinham sido superados os seccionismos do período da Regência. Era o momento em que nascia a “nova política”.

A partir de então, Taunay procurou por em relevo as ações diplomáticas de Paranhos principalmente em missões aos Estados do Prata e em missões em torno da Guerra do Paraguai. No plano interno, o cerne do plano reformista de Paranhos é o programa do Gabinete de 7 de Março. Seu principal ponto seria a reforma do elemento servil. Se em 1867 a Fala do Trono de D. Pedro II já tocara na “questão servil”, em 1871, a fala do Imperador considerava que “a melhoria das condições sociais” exigidas pelo “estado de civilização” deveriam avançar mediante uma “prudência esclarecida” respeitando os direitos dos proprietários de escravos (TAUNAY, 1988). A Coroa forçava o processo ao menos desde 1866³⁷, contudo, Paranhos consideraria que até então não tinham se apresentado condições para tanto. Seria esse Gabinete que forçaria a passagem do projeto de lei pela Câmara até o Senado, onde seria aprovada em Setembro, sob aclamação popular, recebendo manifestações e saudações em todo Brasil, concomitante a derrubadas de pelourinhos em Minas Gerais (TAUNAY, 1988). Paralelamente, Rio Branco cuidaria também de reformar a estrutura da formação do exército: foram melhorados os arsenais de guerra, foram criadas escolas militares, além da criação da escola de tiro em Campo Grande, estabelecimento da infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul³⁸. No tocante ao melhoramento das condições do exército, não muito diferente seria o primeiro mandato de Taunay.

3.2 O primeiro mandato (1872-1875)

Com o empurrão de Rio Branco, tornara-se o deputado Sr. Escragnolle Taunay.³⁹ desde início, o jovem da capital, eleito por Goiás, voltaria esforços para que se procurasse

³⁷ Para um quadro completo das proposições encomendadas pelo Imperador a Pimenta Bueno e a opção por uma abolição gradual, ver: Carvalho (2007, p. 305).

³⁸ Na biografia escrita por Visconde de Taunay, o capítulo relativo a esse assunto fora escrito pelo filho do Visconde, o historiador Affonso Taunay (TAUNAY, 1988).

³⁹ Quando em 1871, Visconde do Rio Branco o indica como candidato a Câmara pela província de Goiás, escreve Taunay [na década de 1890]: “aquela época burgo podre – como aliás são todos os Estados, hoje, pretendidos autônomos”, o espirituoso jornal liberal *A Reforma* pede que Rio Branco “escreva o nome do candidato em português para que se possa escrever na cédula” (TAUNAY, 2005, p.92-93).

pensar na modernização das forças armadas. Taunay faria parte desde o início do mandato da Comissão de Marinha e Guerra⁴⁰.

Seria essa comissão responsável pela análise prévia a ser submetida à Câmara dos pedidos diversos relativa à pensão (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873b, p. 76-77). Os pedidos eram variados, desde o direito das viúvas até matrícula de alunos na Praia Vermelha, em casos especiais (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877a, p. 276). Todas essas questões eram apresentadas em sessão pela comissão na plenária. A cada apresentação, um membro da comissão (muitas vezes o próprio Taunay) explicava o parecer favorável ou desfavorável à medida que os deputados revelavam seus pontos de vista, argumentando na tribuna:

Entra em 1ª discussão, que o requerimento do Sr. Campos de Medeiros se considera unica, o projeto declarado que D. Amelia Augusta dos Santos, viuva do 2º tenente de engenheiros Irineu Jospe dos antos, tem direito ao meio soldo de seu marido, apesar da prescrição em que incorreu, pregando-se-lhe o tempo decorrido desde a morte de seu marido.

Vem à mesa é lido, apoiado, e entra conjuntamente em discussão, o seguinte projeto oferecido como emenda pelo Sr. Campos de Medeiros:

“Art. 1º. Tem direito D. Maria Faneta de Miranda Campello, viúva do alferes Antonio Pedro ferreira Campello, ao meio soldo de seu marido, apesar da prescrição em que incorreu, pagando-se-lhe o tempo decorrido desde a morte de seu marido.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário”.

O Sr. Corrêa – Sr. presidente, com os esclarecimentos que fornece a comissão de marinha e guerra, não posso dar meu voto ao projeto.

Trata-se de dispensar D. Amelia Augusta dos Santos da prescirção em que incorreu para gozar o meio soldo que lhe competia por morte de seu marido. Para uma medida assim especial deve haver uma razão igualmente especial. Entretanto, os fundamentos em que se estriba a comissão vêm a ser: 1º, os precedentes; 2º a ignorância da lei por parte da peticionária.

Sabe V. Ex., Sr. Presidente, que nem o 1 nem o 2 fundamento tem procedência. Os precedentes podem ser invocados por todos que se acharem compreendidos na disposição da lei que estabeleceu a prescrição. (...) A ignorância da lei, sabe V. Ex., que pode igualmente ser alegada por todos os peticionários, e não aproveita. O projeto derogando uma lei sob fundamentos que podem ser invocados por todos que estejam em idêntica circunstâncias, tem o alcance de uma verdadeira revogação.

Mas podendo acontecer que razão especial se dê a favor da peticionária, assim como a favor daquela de quem trata o projeto oferecido como emenda, vou requerer que sobre um e poutro se ouça o governo [...] (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873b, p. 76).

Diante do requerimento do deputado Manoel Francisco Corrêa que é lido e posto imediatamente em discussão, Taunay tomou a palavra:

O Sr. Escragnolle Taunay - Sr. Presidente, como relator do projeto que se acha em discussão, corre-me o dever de responder ao nobre deputado pela província do Paraná.

⁴⁰ Eleito para a comissão permanente por 45 votos de 62 cédulas e 9 votos em branco, juntamente com Cardoso Junior e Mello Rego (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1872, p. 148).

Até certo ponto acho procedentes as suas razões. Visto que estabeleceram-se as determinações de lei, convém dar-lhes toda a terça! É necessário que não caiam em desuso por efeito de concessões parciais, e por outras leis apresentadas em relação a determinados indivíduos [...]

[...] a peticionária, que apresenta a recua do tesouro a pagar o meio soldo a que tinha direito como viúva de oficial, por haver ela incorrido em prescrição.

Junto aos seus acham-se todos os documentos que, como é exigido, devem instruir pretensão desta ordem.

A requerente alega haver deixado de apresentar a sua reclamação no prazo legal por ser completamente ignorante dos estilos, de maneira que após o falecimento de seu marido deixou passar anos antes de atender para aquela exigência da lei. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873b, p. 76).

Percebendo que a defesa de seu argumento poderia restringir a adesão do parecer da Comissão, Taunay habilmente aumentou o alcance da medida em comparando o requerimento da viúva a possíveis casos similares, procurando sublinhar que, na verdade, a condição de exceção tornava-a igual a tantos outros casos e, além disso, Taunay deu vez a uma das poucas ocasiões em que sublinhou talento de escritor usando-o para colorir as imagens do orador:

[a viúva D. Amelia Augusta dos Santos] Apela ainda mais para o grande número de casos idênticos e pede que a ela se estenda em favor que se há concedido a tantas outras.

[...] À vista, Sr. presidente, desta circunstâncias foi que a comissão de marinha e guerra julgou poder fazer esse favor à peticionária...

O Sr. Mello Rego dá um aparte.

O Sr. Escragnolle Taunay: - [...] como também acha-se com disposição para fazer idêntico a quem apresentar essas mesmas razões; porque a viúva, depois de certo tempo de reclamar, de pedir muito humildemente cansa-se [...]

O Sr. Cardoso Junior: – E perde a esperança.

O Sr. Escragnolle Taunay: - Acha, e com razão, que muitas vezes sua dignidade é pisada, de modo que pouco a pouco vai adquirindo o desânimo e deixa correr à revelia seu inconcusso direito.

O Sr. Cardoso Junior: - Desacoroçôa⁴¹.

O Sr. Escragnolle Taunay:- Justamente, desacoroçôa, e precisando para viver de empregar todos os seus esforços e todas as horas do dia a sua máquina de costura e aos meios penosos e particulares de trabalho, deixa de exigir do governo o que lhe é justamente devido [...] (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873b, p. 76)

Os argumentos de Taunay convenceram. A emenda ao projeto foi arquivada e o direito concedido. Em outras sessões, além do problema do recebimento de meio soldo a viúvas, outras questões apareceram.

A comissão se pronunciou ainda quanto a pedidos de equiparação de carreira e salários (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873a, p. 326-327), direito à aposentadoria e, por fim, do reconhecimento tardio de oficiais que participaram da guerra, mas não tiveram seus direitos reconhecidos.

⁴¹ Sinônimo de desanima.

Na sessão de 19 de março de 1873, por exemplo, tomando a palavra, Taunay chama atenção para a necessidade de “fazer jus ao esforço” e patriotismo dos oficiais que estando no sul do Mato Grosso, “no [rio] Apa e no extremo limites do Império”, lutaram contra os paraguaios e que, mantiveram a “dignidade do país ileso” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873d, p. 95-96). Apesar da defesa da fronteira, estes militares não foram contemplados pela lei [nº 1843] de 6 de outubro de 1870. Por essa lei, os militares diretamente envolvidos no conflito “foram considerados graduados, nos postos de comissão em que se achavam”, sendo estes oficiais de “diferentes corpos e armas”, apresentados em relação anexa ao próprio decreto⁴². A coluna a que pertenciam esses militares não contemplados fizera a retirada que foi, aos olhos do deputado Escragnolle Taunay, um dos maiores feitos da história militar sul-americana, e dera matéria para a composição de seu livro *a Retirada de Laguna*⁴³. Reconhecendo a importância desses militares na defesa da fronteira, Taunay apoiou o deputado pelo Paraná que quis estender os direitos a esses militares (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1887d, p. 95-97).

Em certo sentido, o primeiro mandato de Taunay girou em torno das questões militares e, sobretudo, da necessidade de modernização do exército. Cuidando de assuntos administrativos e de direitos, Taunay integraria mais tarde no Senado comissão similar devido à experiência adquirida na Câmara de deputados.

Esse processo de reestruturação era percebido como urgente após a guerra, e Taunay advogaria em três pontos: a urgência de estabelecer uma política equilibrada de recrutamento, a melhoria da qualificação dos militares e à necessidade de modernização do armamento do exército⁴⁴.

3.2.1 O recrutamento

⁴² Sobre a questão da extensão de direitos e reconhecimento de militares que participaram da guerra, o assunto ainda voltaria à plenária em 1875. Sobre a lei de 1870 e o decreto de 1875, ver “Decreto nº 2.616, de 13 de agosto de 1875” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2616-13-agosto-1875-549645-publicacaooriginal-65136-pl.html>. Acesso em: 29 out. 2017.

⁴³ “**O Sr. Corrêa:** - Felizmente teve um brilhante historiador (*apoiados*.)

O Sr. Escragnolle Taunay: - Essa retirada já mereceu elogios de escritores da Europa; e a sua história, havendo sido narrada, bem que imperfeitamente, pelo humilde orador que tem a honra de ocupar a atenção desta câmara (*não apoiados*), é motivo de meditação para os que se ocupam de questões militares” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873d, p. 95).

⁴⁴ Na sessão em 03 de abril de 1873, Taunay tratou da metralhadora como um armamento bom mas que no combate deixava a desejar, fácil de ser capturado como o fora no exército belga. Diz que a arma Spencer “prestou ótimo serviço” na Guerra do Paraguai, terminando por felicitar ao exército e o parlamento por discutir questões militares de maneira tão interessada (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873e, p. 26-28).

Para Taunay o sistema de recrutamento de 1870 acabava por onerar as municipalidades e por pesar mais sobre as províncias menos populosas, gerando distorções como o grande número de soldados provenientes de Alagoas, Rio Grande do Norte e mesmo Rio Grande do Sul que sofriam com o “os rigores do recrutamento”, enquanto a província de Minas Gerais, a mais populosa do Império, contribuíra com menos de uma vintena de soldados.

Enquanto a província “despovoada e parcamente favorecida” província de Goiás contribuíra com 14 recrutas, Minas apresentara “tão somente” 18 homens. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873c, p. 162). Em 1877, Taunay voltaria ao tema contando que províncias pequenas como o Rio Grande do Norte davam de 400 a 500 recrutas enquanto Minas com “dous milhões e muitos mil habitantes, concorria apenas, e por muito favor, com três” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877c, p. 290).

Atento ao modelo prussiano de militarização da sociedade, Taunay considera que o sistema de alistamento compulsória seria algo conveniente para o desenvolvimento da classe militar a que pertence, no entanto, deveriam ser levadas em consideração as condições reais do país, como esclareceu:

O exército brasileiro não pode nutrir em seu seio aspirações que são só possíveis e realizáveis no velho continente. A sua conservação e os seus melhoramentos tendem a um único fim: a guarda fiel da integridade nacional e a consideração a que respeito que das potencias estrangeiras deve merecer a nossa pátria (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873c, p. 162).

O modelo proposto por Taunay deveria ser um exército enxuto, pequeno e de rápida mobilização. Do contrário, um exército que estivesse permanentemente preparado a guerra, que fosse grande, mesmo que fosse um exército que cobrisse o território nacional de soldados “arrancaria de braços a agricultura” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873c, p. 162). Ainda que lastimasse a persistência dos castigos corporais, a sua sobrevivência decorria do modelo vigente de alistamento. Considerava que para que fosse extinto, seria necessário mudar o modelo, e quando fosse possível; com a implementação do ideal do voluntariado.⁴⁵ A seu ver, o exército não precisava de mudanças radicais, mas de contínuos melhoramentos (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873c, p. 164). De mesmo modo, a escolha das armas deveria feita de acordo com os testes feitos pelo exército que,

⁴⁵ O modelo de alistamento só baniria os castigos corporais com a reforma de 1874 que acabaria também com o *recrutamento forçado*. (MENDES, 1999).

pouco a pouco, poderia recobrar seu espírito (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873c, p. 28).

De certo modo, Taunay cuidava também de propor caminhos para a modernização, observando as restrições orçamentárias impostas pela crise porque atrevesava o Império, herança da guerra, mas também os liberais imputavam aos conservadores gastos desmedidos nos anos anteriores a 1872. Significativo é o discurso do Visconde do Rio Branco, na Câmara na sessão de 26 de dezembro de 1872, no qual explica a situação do partido Conservador, e os gastos orçamentários impostos pela Guerra do Paraguai, que obrigaram a recorrer a emissão de papel moeda, visto que o tesouro estava vazio, e fizeram os pagamentos dos saques a que a administração anterior recorrera. A solução não era ideal, mas evitaria a “bancarota do Estado” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1872, p. 155).

À parte as questões envolvendo o exército, Taunay apresentou o projeto de subvenção ao compositor Carlos Gomes (por pequena quantia) que já vinha sofrendo no Brasil de dificuldades pecuniárias. Taunay apresenta-o como exceção às nulidades que gastavam tanto, e no “desmonte e olvido dos impérios” permaneceriam os poetas, o músico e o escultor. Taunay propôs a bolsa de cinco anos, que foi aprovada (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1873f, p. 43).

Quanto à questão religiosa no Brasil, o deputado Taunay acreditava que a questão refletisse apenas a recente criação em 1874 da infalibilidade papal. Atribuir a sua emergência a um efeito imprevisto das reformas propostas pelo gabinete de 7 de Março lhe parecia injusto, visto que o gabinete encaminhava a marcha da modernização com prudência e, além do mais, conflitos envolvendo religiosos também apareceram em outros países:

A Prússia, a Suíça, a França e a Espanha estão lutando com grandes colisões religiosas; há como que elementos de conflagração na atmosfera.

Na Prússia tudo se resolve, porque Bismarck sabe manejar a espada de Alexandre, cortando todos os obstáculos a sua política dominadora. Na Suíça, os governos cantonais não sabem que solução dar aos conflitos repetidos que se formam.

Na minha opinião todo esse abalo provém de uma única fonte. Nasceu no dia, na hora em que se promulgou o dogma da infalibilidade do Papa (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1874, p. 177).

O recente impulso teocrático do Papa alimentou os bispos de Olinda e do Pará que se sentiram tocados pelas novas tendências de “alargamento de poder”, o que explicavam o recente choque entre Estado e Igreja.

3.3 O segundo mandato (1875-1878)

No segundo mandato, o deputado Escragnolle Taunay voltou atenção principalmente para a sociedade, especialmente no que se referia à imigração e à instituição do código civil, alargando o escopo de sua ação na Câmara, até então direcionada para as questões militares⁴⁶.

O centro de sua ação se voltaria cada vez mais para a necessidade de fomentar a imigração europeia. Considerava ser imprescindível que houvesse um mínimo de empenho e planejamento, o que não parecia o caso. Para Taunay, o não planejamento explicava em parte a carência de braços a que se assistia nas lavouras, especialmente a partir do Bill Aberdeen que estabelecera a contagem regressiva para o vigor do tráfico negreiro no país.

A imigração parecia solucionar diversos problemas, como a fragilidade de fronteiras, como mostrara a Guerra do Paraguai, com a facilidade de invasão das tropas paraguais e o despovoamento do Rio Grande do Sul, na divisa com o Uruguai. Além disso, a queda do número de escravos e a iminente falta de trabalhadores no campo levavam a crer que a chegada de imigrantes europeus parecia uma solução que deveria ser adotada como política de Estado. Taunay percebia que a imigração poderia ser ocasião também para atrair intelectuais e cientistas europeus, ameaçados com o ambiente belicoso europeu e volátil da “paz armada” de então:

Hoje, Sr. presidente, que na Europa o sistema de paz armada tomou tamanha amplidão, que estão ameaçados o respeito e a tranquilidade que requerem as ciências, as letras e as artes, nenhum homem ilustre, nenhum Agassiz⁴⁷, nenhum Erickson⁴⁸, nenhum Malte-Brun⁴⁹, poderá pensar em adotar o Brasil como pátria (*apoiados*); porque, se encontra aqui todos os requisitos do sossego, se se vê rodeado das magníficas da natureza (*apoiados*), em compensação achar-se-á no seio da nossa sociedade civil e política num pé de dolorosa inferioridade (*apoiados*), assinalada ao nosso código fundamental (*repetidos apoiados, muito bem.*) (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 224).

Pelas leis brasileiras de então, estes homens teriam uma participação política limitada. Anos mais tarde, em 1886, o então senador Taunay proporia que ao se naturalizarem (ou se

⁴⁶ Taunay se desligaria da Comissão de Marinha e Guerra apenas em 1878.

⁴⁷ Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873) nascido suíço, emigrou adulto para os Estados Unidos. Geólogo, escrevera sobre estadia no Brasil em 1865, na qual passara pela capital Imperial, Juiz de Fora, Manaus e Ceará. Posteriormente desenvolveria as ideias do racismo científico (AGASSIZ, 1865).

⁴⁸ John [originalmente Johan] Ericsson (1803-1889). Sueco, emigrou para os EUA, tendo se destacado no ramo das locomotivas tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. (CHURCH, 1906).

⁴⁹ Conrad Malte-Brun [originalmente Malthe Conrad Bruun] (1775-1826) foi um jornalista dinamarquês de nascimento e naturalizado francês. Publicou diversos livros especialmente de viagem, geografia universal e até mesmo matemática. (MALTE-BRUN, 1856).

nacionalizarem, como preferia dizer), pudessem eleger e serem eleitos nas eleições municipais, seguindo a tendência de outros países da América do Sul, especialmente o Uruguai (TAUNAY, 1886a).

Nesse momento na Câmara, contudo, Taunay considerava que o processo de nacionalização brasileira estava “atrasado”, diante do esforço de naturalização de imigrantes nos Estados Unidos⁵⁰ e nos Estados platinos, onde Taunay contou ter ficado particularmente impressionado como os indivíduos de diversas nacionalidades se organizavam em colônias, passavam a estudar logo a língua castelhana, discutindo as vantagens dos governos de Sarmiento, Mitre e Avellaneda, esquecendo-se rapidamente de “Thiers, MacMahon, Bismarck, Gortschakov e outras entidades europeias” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 224).

A entrada de imigrantes poderia povoar áreas inteiras, e dar novo vigor à atividade agrícola, e por extensão minar aos poucos o poder dos grandes proprietários que se assentavam no poder municipal. A dispersão populacional se confirmava com a existência de poucos núcleos urbanos do interior mais densos, sendo predominante antes os vilarejos, os lugares de pouso e as aldeias.

O campo – o Sertão [de Minas e Mato Grosso] - era habitado por população sertaneja e indígena, sem centros catalizadores para o surgimento de grandes cidades. Isso permitiu a fácil invasão do Mato Grosso, o que foi uma “grande lição” da invasão paraguaia (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1874, p. 169). Era preciso dar nascimento a “vilas, cidades e povoados”. Para o deputado Escragolle Taunay, urgia mudar a cultura dessas populações:

Quem viaja pelo interior das províncias vê idêntico exemplos sob um ligeiro verniz de civilização. Durante as horas quentes do dia os homens estão deitados à sombra de árvores, ou em suas casas, metidos nas redes. Durante tão prejudicial sesta, que prolongam a gosto quase a dia inteiro, quando muito tocam viola. [...] um único meio de arrancar essa população, numerosa, Sr. presidente, muito mais que geralmente se supõe, dessa moleza habitual – é a instrução, a educação (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 225).

⁵⁰ No esforço de reconstrução nacional após a Guerra de secessão, em 1870 é promulgada a lei de naturalização que estende a cidadania a nascidos de ascendência africana e estrangeiros africanos, continuariam alijados do direito à participação política mulheres e os imigrantes chineses. Apesar do reconhecimento dos direitos dos negros e dos libertos, a tendência à expansão de sua representação política não seria significativa nos anos subsequentes, por divisões internas do Partido Republicano, que dificultava uma ação em conjunta de seus representantes. No período conta-se ainda a ação dos grupos radicais como a Klu Klux Klan. A extensão do voto feminino seria alcançada cinquenta anos depois e a luta pela representação política das minorias negras eclodiria na luta pelos direitos civis em meados do século XX (XI, 1997).

Para Taunay o problema era eminentemente cultural ainda que pese para tanto uma leitura imperialista sobre diferença.

3.3.1 Relações raciais

O privilégio do homem europeu que alimentava o ideal imperialista em voga, na cultura levou à descrição depreciativa dos modos de vida e sociedades não europeias. A literatura de um Conrad ou Kipling são exemplos desse momento em que os europeus de então entendiam sua ação imperialista, como uma ação civilizacional em meio à exploração de impérios na África e Ásia (SAID, 1994). Para os intelectuais e cientistas da época soava natural crer que o centro da “marcha da civilização” partia da Europa.

Contudo, Taunay parecia não crer que esse lugar consolidado da herança europeia na formação do ocidente significasse necessariamente que houvesse uma superioridade genética das populações brancas europeias, como advogava o racismo, tomado a partir de Gobineau, cientista que visitaria o Brasil, e acabou associado à ideia dos efeitos deletérios da mestiçagem (GAHYVA, 2011).

A convivência com os índios no Mato Grosso, quando da marcha para o Paraguai logo despertaria no Engenheiro Taunay o interesse sobre a língua do povo guaná. Ele escreveria a primeira notação conhecida de vocabulário, e dos costumes dos povos indígenas da região⁵¹. Interesse que se manteria na publicação de artigos seus na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (TAUNAY, 1875, citado por MARETTI, 2006; TAUNAY, 1888). No Parlamento, Taunay defenderia os resultados das ações de catequese, ação elogiada pelos Estados Unidos que viram o Brasil como “o único país da Terra que procede com humanidade em relação aos índios” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877c, p. 291).

O contato com os índios chanés ou guanás, o amor que desenvolvera pela jovem Antônia e as descrições dos indígenas ao lado das tropas dos soldados brasileiros quando da ação no Paraguai não isentariam o jovem Taunay, nem mais tarde o memorialista Taunay, do fim da vida, de assumir uma postura ambivalente diante desses elementos de população originária. Preguiça, moleza são termos que aparecem na descrição desses povos ao lado do tempo em que passou junto aos guanás, “nossos queridos índios”, e da confissão de que a

⁵¹ “Os índios do Distrito de Miranda” (TAUNAY, 1868) e Vocabulário anexo.

jovem Antônia, de olhos grandes, rasgados, negros cintilantes, teria sido a mulher a quem mais amou (TAUNAY, 2005).

Taunay descreve a sua relação com a jovem transfigurada literariamente na índia também guaná, Ierecê no conto “Ierecê a guaná” que publicado em 1874, e só voltaria a ser publicado em 2000 (TAUNAY, 2000). O encontro entre a jovem e Alberto, o turista dândi, viajante a querer espantar seu fastio representa uma suspensão entre as narrativas previsíveis de suas vidas. Em suspenso é até mesmo o tempo, que Alberto a custo acredita terem se passado dois meses, e se faz necessário voltar para a vida cidadina. Ainda que pague o tributo da escola romântica, a narrativa vívida, direta, em certo sentido “realista”, parece fazer ver a Taunay os limites entre esses mundos que conheceu. Trazê-la à Corte era impossível, permanecer com ela não era viável.

Se Taunay tinha algum plano de discursivamente “englobar” o outro dessa fronteira cultural em um discurso mais “civilizador” cêntrico, seu contato e afeto à jovem índia talvez representasse o fim dessas ilusões. Alberto como Taunay voltaria, confessando que chorara por “largo tempo” (TAUNAY, 2000) sabendo que, na pletora de afetos possíveis, existe também o amor que não pode continuar e esse era um deles.

Taunay pouco se referiu diretamente da convivência com escravos no conjunto de sua obra, ainda que tratasse da relação entre proprietários e escravos, na região cafeeicultora de Campinas no romance de estreia a *Mocidade de Trajano*, analisado no capítulo anterior.

Anos mais tarde, refletindo sobre a infância no livro de memórias escrito a partir de 1890, Taunay relembriaria dos escravos de sua família, o cocheiro Bruno, sua irmã Narcisa, e seus pais Diogo e Joaquina, infelizes cativos, “infelizes por mais bem tratados que fossem” (TAUNAY, 2005, p. 31); episódios rememorados que ao homem maduro pareciam tão singulares.

Quando de passagem das tropas brasileiras pelas “ruínas dos sertões de Camapuã”, hoje Mato Grosso do Sul, ouviu histórias de administradores de uma fazenda do Estado que fora criada na região (que parece ter sido o núcleo povoador, provavelmente no século XVIII), histórias de festas e orgias. Um desses administradores, Arruda Botelho, segundo Taunay, teria se notabilizado por deixar “filhos de todas as cores e raças”. Refletindo sobre a condição escrava, escreveria em suas memórias Taunay:

Pobres escravos, desconhecidos mártires! Quantas centenas de milhares, se não milhões, foram engolidos pelo sertão, sacrificados à ambição, à ganância, ao desregramentode bárbaros senhores naqueles tempos da opressão e do obscurantismo colonial? Se eu mesmo cheguei a presenciar cenas inacreditáveis,

hoje, e entretanto bem perto de nós, pois findaram há pouco mais de anos, em 1888! (TAUNAY, 2005, p. 357).

Sem lembrar onde lera ou se ouvira, Taunay revela que soube da introdução por portugueses e brasileiros no Brasil, graças ao “negro e hediondo tráfico”, nada menos “de dez milhões de filhos da África!” e que quando se deu a lei de 13 de maio havia setecentos e cinquenta mil escravos, e a 28 de setembro de 1871 contavam mais de um milhão (TAUNAY, 2005, p. 357).

Escragnolle Taunay como todo indivíduo era um ser histórico, um homem de seu tempo; e como tal, sujeito a maior ou menor adesão aos valores e ideias que circulavam quanto a escravos e indígenas. Suas opiniões são reveladoras da posição ambígua de ser branco no Brasil no século XIX (RAMOS, 1995). Ainda que reconhecesse o desenvolvimento das sociedades e a necessidade do progresso social, o lugar de negros e indígenas nas suas narrativas permaneceria secundário; no entanto, Taunay não poderia ser equiparado necessariamente ao evolucionismo racial ou racialismo que derivava de Gobineau.

Em certo episódio do livro de memórias, Taunay relembra de um momento em janeiro de 1866, em que estava em Coxim, às margens do rio Taquari, observava solitário os peixes (dos quais fazia diversos desenhos reunidos em seu Álbum - Viagem pitoresca a Mato Grosso⁵²) e o trabalho curioso do inseto *formica leo*.⁵³ Observando como apresavam outros insetos e o arrastavam para funil que construía no solo.

De pensamento em pensamento, Taunay pensa na luta pela vida que a natureza lhe mostrara até chegar, por associação de ideias, ao “genial Darwin”. Considerando o que via, a geometria do funil feito pelo inseto, a possibilidade da passagem do formato geométrico a cada vez mais complexos, perguntando-se se o entrecruzamento de diversos tipos e a seleção formariam (no futuro), de algum modo, algum *formica leo* superior... “seria isso possível?” (TAUNAY, 2005, p. 205). Do cachorrinho-do-mato ao ser humano... Taunay divagava, mas esclareceu sua concepção sobre o ser humano:

⁵² Está disponível *online* o material, hoje pertencente à Biblioteca Nacional. Descrição por Affonso D'E. Taunay: "Viagem pitoresca a Mato Grosso - Álbum de desenhos por Alfredo d'Escragnolle Taunay Contém 47 desenhos, quase todos a lápis, feitos de Abril de 1865 a Julho de 1867, durante a marcha da expedição enviada de S. Paulo, Minas Gerais e Goiás ao Sul da Província de Mato Grosso, servindo o autor, então 2º tenente de artilharia, de membro e secretario da comissão anexa de engenheiros, cujo relatório se acha impresso na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXXVII, 3º e 4º trimestres de 1874. Os desenhos trazem todos a data em que foram tirados, e alguns são acompanhados de breves explicações. Coleção “Álbum Taunay” – Disponível em: http://search.ihf19.org.br:8080/xmlui/handle/123456789/43/discover?filtertype=author&filter_relational_operator=equals&filter=TAUNAY%2C+Alfredo+Maria+Adriano+d%27Escragnolle+%28Visconde+de+Taunay%29. Acesso em: 2 nov. 2017.

⁵³ Também conhecido como formiga-leão ou cachorrinho-do-mato.

Na raça humana, nesse microcosmo percebido pela admirável perspicácia dos antigos, não se verifica, a cotejar a historia universal, contínua oscilação [...] Onde [estão] os filhos dos homens de ordem e categoria superiminentes? Quais [são] os descendentes condignos dos grandes estadistas, literatos, poetas, músicos, pintores, guerreiros, com raríssimas exceções? Que decorreu da aristocracia e da separação das castas senão diferenças fisiológicas quase insignificantes? Diz-se no Brasil que, em geral, os homens mais distintos pela relevância de serviços não deixaram descendentes que pudessem substituí-los na operosa e patriótica missão [...] (TAUNAY, 2005, p. 205).

As sociedades modificavam-se pela vontade política de seus homens visionários e, pelo melhoramento progressivo de seu influxo de cultura. Costumava-se acreditar que grandes homens empurravam a sociedade para frente e soía de não deixarem filhos.⁵⁴

Tais homens públicos quando tinham herdeiros; o esforço, o gênio já não era o mesmo. Decorrendo dessa ideia que não seria o mais importante a dinastia, no sentido de transmissão direta de pai para filho, seja nas artes, na administração pública, etc. Importava mais a capacidade de ligar os indivíduos, de gerações diferentes, que contribuiriam para o avanço da coletividade; ou seja a linhagem era na verdade a continuação possível entre uma geração a outra, e seus desafios políticos.

Nesse sentido, ganha importância a reflexão entre a distância que parece sugerir o memorialista Taunay entre a grandeza de imagem de D. Pedro II, que em cinquenta anos “tanto se esforçara pelo Brasil” (TAUNAY, 2005, p. 209), de seu pai D. Pedro I, que aparece na narrativa autobiográfica de Taunay unicamente a correr na Quinta da Boa Vista atrás da Marquesa de Santos (TAUNAY, 2005)⁵⁵ ou por ter fustigado de modo gratuito, um dia na rua, o escravo da família Diogo.

Se o temperamento e o gênio separavam os dois monarcas, o mesmo não acontecia entre o Conselheiro Paranhos e o escritor carioca. A concordância de humores, de análise e o caráter propositivo ligavam Taunay ao Visconde do Rio Branco e formavam a linha conservadora ou *saquarema* na passagem da segunda para sua terceira geração.

Os dois conceitos que constituíam o horizonte político brasileiro no século XIX eram a autoridade e a liberdade. Com a organização da autoridade, centralização política, constituição do Império, e delimitação das fronteiras e resguardo de inimigos externos; cabia agora fortalecer de maneira ponderada e gradual a liberdade, pavimentando o caminho para a passagem do século XIX para o século XX.

⁵⁴ Curiosamente, como sucederia a dois de seus grandes amigos, o engenheiro abolicionista André Rebouças e o escritor Machado de Assis, ainda que não fossem necessariamente homens públicos ou políticos.

⁵⁵ Episódio contado pelo pai de Alfredo Taunay, o pintor francês Félix Emílio Taunay (TAUNAY, 2005).

Para tanto, em 1877, o deputado Escragnolle Taunay apresentou seu programa político: o casamento civil, a grande naturalização, o incremento do influxo de imigrantes europeus⁵⁶, e o processo de abolição, iniciado pelo gabinete de 7 de Março pelo Visconde do Rio Branco⁵⁷, deveria ser completado.

Significativo é o fato de que Taunay na imprensa procurou defender aquele gabinete utilizando o pseudônimo de “Tory” (AZEVEDO, 1964; DEL PRIORE, 2011); inspirado do partido conservador inglês⁵⁸. Esse programa seria o núcleo das ações e principais temas apresentados pelo futuro Senador Taunay em 1886, função que exerceria até a deposição da monarquia três anos depois.

Entretanto, em 1877, essas palavras reformistas ecoavam a fala do Trono de 1870 na qual D. Pedro II recenseava todas as reformas necessárias a serem feitas para se construir a “nova era de paz” e “prosperidade”:

O desenvolvimento moral e material do império depende essencialmente de difundir-se a instrução por todas as classes da sociedade, da facilidade das comunicações, do auxílio de braços livres à lavoura, principal fonte de nossa riqueza.

Confio que prestareis desvelada atenção a estes assuntos, e bem assim à reforma eleitoral, ao melhoramento da administração da justiça, à organização municipal e da guarda nacional, à decretação de meios para levar-se a efeito o recenseamento de toda a população do Império, à lei de recrutamento e ao código penal e de processo militar (BRASIL, 1977, p. 393).

A fala do Imperador era um sumário de todos os tópicos pelos quais os deputados se batiam na década de 1870, sugerindo assim que havia uma coordenação entre o núcleo das reformas defendidas por Taunay e o monarca.

3.3.2 A reforma eleitoral

⁵⁶ “**Sr. Escragnolle Taunay**: - O governo tem feito alguma cousa no sentido de facilitar as naturalizações, mas ainda não caiu a ingente barreira que tem impedido a identificação do Brasil com filhos de outros países, que aqui vem buscar uma nova pátria. (*Apoiados; muito bem*) Esta barreira só há de se aluir aos golpes de uma cruzada que se levante no seio desta generosa nação (*apoiados; muito bem*), hasteando, como sagradas bandeiras, as ideias de grande naturalização (*apoiados*), casamento civil (*apoiados*), liberdade cultos e todas essas medidas largas e adiantadas, aceitas pelos povos mais cultos do mundo [...]” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 223).

⁵⁷ “A lei de 28 de setembro raiou como a aurora de novos dias, lei que constitui o padrão de glória do gabinete 7 de março, entre tantos serviços que prestou à nação e que hoje pertencem à apreciação da história, sem que haja possibilidade de riscá-los de nossa legislação. (*Apoiados*) Essa lei quer queiram, quer não, gravou com caracteres indelévels no livro da posteridade o nome do benemérito Sr. Visconde do Rio-Branco [...]” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 225).

⁵⁸ Sobre Robert Peel e o reformismo entre os conservadores ingleses reunidos no partido Tory. Ver: Ramsay (1928).

A necessidade de reformas eleitorais era, desde 1855, o exemplo de que aos poucos o sistema político representativo ia passando do sistema de circunscrição provincial - que permitiria com mais facilidade a representação de bancadas governistas fabricadas pelo governo central - à representação através do sistema por circunscrição distrital, que permitiria o fortalecimento das elites de fazendeiros uma vez que entregava as eleições “nas mãos dos grandes proprietários de terras” (LYNCH, 2014, p.66). Assim, os conservadores como Taunay tendiam ao primeiro modelo, enquanto os liberais tendiam a defesa do segundo.

As diversas leis e decretos de reforma eleitoral no Segundo Reinado⁵⁹ refletiam o choque entre a luta da Monarquia em manter o poder centralizado e a tendência oligarquizante do sistema político. O custo do exercício do poder Moderador tinha como contraponto a necessidade de ceder poder às demandas por representação dos donos de terra. Para estes, interessava vincular o deputado aos interesses da aristocracia rural, fazendo com que agisse conforme o interesse daquele pequeno gupo eleitor, e não de acordo com os interesses disciplinadores da administração na capital. A exclusão da maioria analfabeta confortavelmente fazia os deputados *luzias* defenderem o voto direto censitário, repetindo constantemente a necessidade de reformas diante do quadro de corrupção, desmoralização e anarquia (BANDEIRA, 1862).

Para Taunay, é claro que aconteciam problemas nas eleições no período do reinado de D. Pedro II, mas isso não ultrapassava quase sempre o tom de “incidentes de opereta” (TAUNAY, 2005, p. 141). Considerava ainda que os liberais carregavam nas tintas do seu discurso, mas pouco faziam quando podiam. Por isso, àquela altura, continuaria defendendo as eleições em dois graus:

Nesta questão, Sr. presidente, eu ponderarei ao partido liberal que, devendo ser o seu programa a ampliação dos direitos do cidadãos, tornando-os ao maior número possível de indivíduos, com essa constante propaganda de elição direta, ele trabalha contudo para uma reforma de caráter eminentemente *aristocrático (apoiados e não apoiados)*, caso não queira se atirar nos perigos do sufrágio universal, isto é, proporcionar ao despotismo de quem quer que seja, governo ou povo, uma arma muito fácil de ser manejada (*apartes*) como o provou o domínio último napoleônico. (*Apoiados*) (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 221).

Recorrendo a Tocqueville, considerando as circunstâncias das nações americanas, constituídas nações jovens, recém-saídas de seu passado colonial, e por tanto, ainda por estabelecer a ocupação de seus territórios bem como uma representação política da

⁵⁹ “Lei dos círculos” Decreto n. 842 de 19 de setembro 1855, a Lei n. 1082 de 18 de agosto de 1860; “a Lei do terço” Lei 2.675 de 20 de outubro de 1875 e a *Lei Saraiva* Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (LYNCH, 2014). Ver também a “introdução” *In*: Bandeira (1862).

coletividade, Taunay estimava que a eleição em dois graus era o único meio de permitir a representação de todos os elementos da população habilitada a votar:

Diz Tocqueville:

“É fácil perceber no futuro o momento em que as repúblicas americanas serão obrigadas a multiplicar os *dous graus no seu sistema eleitoral* sob pena de se perderem desgraçadamente nos escolhos da democracia. Não ponho dúvida em confessar: vejo no *duplo grau eleitoral o único* meio de pôr o uso da liberdade política ao alcance de todas as classes do povo. [...] Não se pode ser mais positivo, e a opinião pesa duplamente, partida de quem é, do admirador entusiasta de democracia em todas as suas manifestações” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877d, p. 156-157).

Por esse tempo, a reforma não sairia ao gosto dos liberais com a *lei do terço*⁶⁰ (1875) contra qual forçavam o voto direto censitário.

3.3.3 A reforma ao modo do partido Conservador

O programa de reformas de Taunay era no conteúdo modernizador, dentro do espectro do liberalismo, ainda que achasse que no contexto dos países não cênicos, presos em “sua meninice”, como os países americanos, a condução do melhoramento geral da sociedade não dispensaria a ação vigorosa do poder central, epitomizado pela figura do monarca.

Nesse sentido, como fora dito no capítulo anterior, conservadores e liberais seriam classificações políticas que não tinham o mesmo significado que na Europa. Assim, escrevendo seu livro de memórias mais tarde, na década de 1890, revelou o escritor que os eleitores ao tempo do Império não estranhavam os conservadores serem modernizadores, pregando “ideias adiantadas” e os liberais apresentassem ideias “atrasadas” (TAUNAY, 2005, p. 538). O problema residia se aquiescessem no terreno político e administrativo com a ação do adversário. Discursivamente, a seu ver, os liberais tendiam a serem mais exaltados, compromissados – por princípio – ao melhoramento dos direitos do cidadão e avanço da sociedade. Desse modo, os liberais ao ouvirem Taunay defendendo o programa de reformas, e

⁶⁰ “[...] em 1875 o processo eleitoral brasileiro passou a se organizar conforme as determinações da Lei do Terço. A principal mudança advinda dessa lei foi a alteração do número de eleitores que cada paróquia devia dar com base no recenseamento da população realizado no ano de 1872. A proporcionalidade adotada dava-se na razão de um eleitor por quatrocentos habitantes, e uma vez fixado o número de eleitores de cada paróquia, este só poderia ser alterado por nova lei. Por meio desta lei ainda foram criados os títulos de qualificação de votantes e essa exigência legal ampliou as informações contidas nas listas preparatórias durante o processo de alistamento eleitoral” (FARIA, 2013, p. 4).

em especial o programa de imigração, acusavam-no de roubar a bandeira liberal de melhoramento progressivo da sociedade. O fato o obrigou a defender-se na tribuna. O argumento já aparecera anteriormente, em 1874, quando o deputado liberal Sr. Brusque considerava que o governo conservador de então fizera “boas coisas como apropriar-se da bandeira liberal de pôr fim ao elemento servil”, mas não tirou o país da sua condição “perdida”. Faltava-lhe diretriz para o comércio e indústria (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1874, p. 164-165). Em 1877, ao defender a imigração na tribuna, a acusação de roubo das ideias liberais foi novamente direcionada a Taunay pelo deputado liberal, maranhense, Filipe Franco de Sá a propósito da regulamentação do casamento civil:

O Sr. Franco de Sá: - Nestas questões penso que V. Ex. não é conservador.

O Sr. Escragnolle Taunay: - Nestas questões antes de tudo quero ser Brasileiro (*apoiados*). Não são ideias deste ou aquele partido; pertencem a todos que aspiram ver o Brasil prosseguir com passo firme em sua marcha ascensional; julgo que todos devemos procurar na pira do patriotismo o fogo sagrado para defender com valor essas ideias, e buscar na experiência de outros países a razão do nosso procedimento.

O Sr. Franco de Sá: - Está falando muito bem, porém defendendo uma ideia liberal.

O Sr. Escragnolle Taunay: - Protesto contra a asserção que amesquinha a aspiração. Porventura, continuando eu, o casamento civil modificou a qualidade de catolíssicima que tem a Áustria e de cristianíssima que pertence à França? E não existem nas leis daqueles países, com aplauso de todos e para facilitar as relações entre todas as religiões, os preceitos do casamento civil?

O nobre deputado que me precedeu na tribuna quis obrigar o distinto Sr. ministro do Império a declarar como considerava uns casamentos intitulados civis e de que hoje fala o *Jornal do Commercio*, uns casamentos arranjados de momento e à vista de embaraço levantados pelo clero...

O Sr. Andrade Figueira: - Uma mascarada.

O Sr. Escragnolle Taunay: - Para mim, partindo do casamento civil, considero contudo estas ligações como verdadeiros concubinatos, e penso assim enquanto não houver no país lei que as autorize (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877b, p. 225).

A universalização do direito do casamento dependia do seu reconhecimento legal e, portanto, civil, para além do controle da Igreja, o que possibilitaria a laicização da instituição. No caso francês, a laicização do casamento se dera com a lei de 20 de setembro de 1792, que admitia em casos limitados a possibilidade de divórcio, e a Concordata de 1801, que reconhecia a preponderância da Igreja Católica no país, mas assegurava o reconhecimento das religiões minoritárias, especialmente o protestantismo, e de seus casamentos e práticas (BARRUÉ, 1861).

Taunay sugeria, com um olhar mais sociológico, de que o monopólio da instituição do casamento pela Igreja Católica não acompanhava as transformações pelas quais as sociedades cêntricas que lhe eram contemporâneas então apontavam. Taunay tinha um olhar atento à

condição da mulher e sua ficção refletiria também a percepção da mudança do lugar social feminino que se tornava incompatível com os quadros tradicionais da sociedade. Por isso, o casamento – e por extensão o amor romântico ao gosto da época - passou a ser o centro das atenções em dois de seus mais representativos romances de então: *Lgrimas do coração, manuscripto de uma mulher* (1872b) e *Ouro sobre Azul* (1875). Com eles, Taunay sob pluma de Sylvio Dinarte inaugura seu ciclo de romances urbanos (MARETTI, 2008), ainda que continuasse produzido ficção a partir do material que reunira da Guerra do Paraguai e de suas memórias, como o livro *Histórias Brasileiras* (1874) e *Narrativas Militares – scenas e typos* (1878), curiosamente neste livro sob o pseudônimo, aparecem em parênteses as iniciais do nome do autor: A. d'E. T., assumindo discretamente - em uma sociedade pequena como a vida citadina da Capital imperial - que era o escritor.

3.3.4 A ficção e a sociedade

No livro *Lgrimas do coração, manuscripto de uma mulher* publicado em dezembro de 1872, Taunay sob o pseudônimo de Sylvio Dinarte retrataria a vida da protagonista Carolina cuja decepção com seu casamento era o mote inicial do romance:

Hoje que estou casada e irremediavelmente infeliz, escrevo estas páginas. Cerro meus olhos ao futuro e encaro o passado para me esquecer do presente. Para mim não pôde haver mais alegrias, sonhos nem esperanças. Uma só palavra resume a minha imensa desgraça — casada —, casada com um ente que por acaso encontrei e com quem a sina ligou-me, casada e não com o homem para quem Deus me havia destinado. Verdadeiro juguete da sorte, fui victima de combinações superiores ás minhas forças (TAUNAY, 1872b, p. 1).

Criada por uma tia no Rio de Janeiro, a narradora remonta ao tempo do internato inglês para recontar sua história. Envolta com afetos por essa parenta, desde cedo, contudo, a narradora lamentava que não se sentia amada⁶¹, sobretudo pela distância dos pais na Bahia que lhe fazia sofrer. A jovem seria apresentada à sociedade fluminense na casa do Comendador Telles Fonseca, quando este promove um baile com “Numerosas luzes [que] iluminavam por fora a suntuosa vivenda” e para onde acorrera “grande quantidade de gente,

⁶¹ Como reflete a narradora sobre a condição das meninas: “Quantos males não decorrem de estarem, em época tão melindrosa, trancadas n'um colégio milhares e milhares de meninas que um dia hão de sofrer conseqüências que houvera sido possível conjurar?!” (TAUNAY, 1872b, p. 25).

parada à porta, cercava pressurosa os carros, à medida que se encostavam ao alpendre” (TAUNAY, 1872b, p. 39), ao baile rumaram os jovens, lá Carolina conheceria vários possíveis pretendentes, dentre eles, Amilar: Um jovem da “*high life*” da Corte, estivera na Europa e parecia ser suficientemente abastado.

A morte da tia catalisaria a reunião de Carolina com os pais. No bairro de Laranjeiras, moraria com os progenitores e os problemas entre ambos ficariam patentes enquanto a jovem despertava pretendentes. O pai, Ricardo, advogado, organizava suntuosas festas, e dilapidava o patrimônio familiar com as rodas de jogo, que, além disso, passaram a ser sinônimo da crescente má fama da casa, contudo, no círculo social fluminense acreditava-se que “apesar de ter a sua reputação muito abalada, conservava ainda uma certa aura de riqueza” (TAUNAY, 1872b, p. 206). Miloca, a mãe, sofria impotente aos desmandos e vícios do marido como uma doente imaginária, sempre próxima da morte (TAUNAY, 1872b).

Amilar passou a ser mais incisivo quanto suas pretensões e presença na casa de Carolina Telles. Entrementes, Dr. Octavio de Assis Jurema, do interior de São Paulo, pianista e bacharel em Direito pareceu ser o mais novo rival e, ao mesmo tempo, permitia à Carolina jogar com Amilar e sua certeza de ser correspondido. Rapaz inteligente, Octavio chamou a atenção da jovem que percebeu nele um culto maior de seu amor próprio do que uma correspondência de sentimentos. A deterioração da situação financeira com gastos crescentes feitos pelo pai (TAUNAY, 1872b) forçavam a jovem a ter que casar-se. Entre hesitações, Carolina casou-se com um jovem, Silva Loureiro, filho de um fazendeiro, cujas propriedades eram nos limites com São Paulo. Apesar do bom marido, o casamento selaria sua infelicidade.

O choque entre os interesses da mulher e as contingências familiares acabavam criando por vezes um impasse entre os envolvidos, mas também demonstravam a força do casamento que longe de ser apenas uma prática, uma instituição legal, era um sacramento que reafirmava o predomínio da Igreja Católica. Com um olhar sociológico, Taunay parecia querer apontar não apenas para uma narrativa de desventura amorosa, mas principalmente para o lugar dos costumes a que deve ser posto a instituição do casamento, retirando assim, simbolicamente o poder do clero sobre a instituição. Nesse ponto, Taunay seguia a tendência das sociedades europeias ocidentais em tentar demonstrar a necessidade de separação entre a religião e o Estado e compreendia que o reconhecimento civil asseguraria aos futuros imigrantes (muitos deles protestantes, especialmente alemães) igualdade jurídica e validação de seus matrimônios.

A pressão social do casamento seria o tema central do romance *Ouro Sobre Azul* (1875); nele, Taunay fez um painel de tipos da elite urbana do Segundo Reinado, seus

divertimentos, o ambiente da capital, as viagens de trem para o interior de São Paulo⁶² onde são promovidos bailes aos quais comparecem autoridades municipais, descritos quase como tipos: o delegado, juiz e proprietários locais. O livro ilustra como vínculos nos estratos superiores são estabelecidos entre pessoas por comércio, alianças políticas e casamento. Originalmente publicado como folhetim no jornal O Globo, seria reunido em volume em 1875 pela editora Garnier.

Na trama, logo é dito que Álvaro Siqueira assumira a responsabilidade dos negócios herdados do pai, aos trinta e dois anos, “a barba era alourada, meio ondeada”, irrepreensivelmente feita “à inglesa”; de porte distinto, “mostrava nos menores gestos a esmerada educação de perfeito cavalheiro”. Os protagonistas aloirados dos romances de Taunay, deixam entrever um autorretrato discreto do escritor. Com habilidade, o personagem liquidara as dívidas herdadas e conseguira acumular certa fortuna que lhe permitia viver confortavelmente. Desde o início do romance, é revelado que o coração de Álvaro pertence a sua prima Laura, jovem órfã criada por um parente distante, um tutor solteirão. Tendo crescidos juntos, Álvaro nada revelara de seu íntimo, pois não tinha certeza do amor da jovem. Contudo, o tutor de Laura, por ser idoso, Faria Alves temia falecer e deixar a jovem desamparada. Sua má gerência financeira lhe obrigava a tomar empréstimos, o que revelava um pouco da condição social declinante da família de Laura, sem que ela soubesse.

A narrativa avança com a entrada em cena de muitos personagens, como Adolfo, o amigo de infância de Álvaro, com quem estudara no colégio Pedro II, e rodara o mundo atrás de aventura, amor e exotismo; e desembarca bem ao início do texto no Cais Pharoux, em meio a disputa dos homens para conduzir os passageiros do navio até o cais por navios menores, denominados paquetes. Um verdadeiro *bon vivant*, galanteador, Adolfo é o que tem mais franca palavra e pode enunciar dentro do romance, ideias avançadas, sem sofrer sanções sociais. Dessa forma, é ele quem revela que o casamento se apoia no predomínio do poder do homem, em conversa à Viscondessa de Oriano, viúva, e que, por isso, administrava sua própria vida e bens aos vinte e seis anos. Adolfo lhe confia que a sociedade se organizava de tal forma que “o sexo fraco durante largos anos traz atormentada uma boa falange de homens que organizam a sociedade com milhares de convenções todas em proveito só deles e esquecidos de que à mulher também pertencem direitos comuns” (TAUNAY, 1921, p. 109).

⁶² “A menos de duas léguas de uma das estações da Estrada de Ferro D. Pedro II, em sua quarta secção, e, portanto, do lado da província de S. Paulo, ficava a vasta e luxuosa casa de morada da fazenda do Castello Grande, pertencente, como já sabemos, ao comendador Faria Alves” (TAUNAY, 1921, p. 176).

O intuito de fazer parecer ser um homem avançado não seduz a viúva. A jovem duvidava “das intenções de partilha de poder” de Álvaro. Para ela, o discurso poderia soar interessante, mas a boa intenção não sobreviveria ao casamento. Vendo-se discretamente rejeitado, Adolfo revela que não desejava ver-se casado.

A percepção da necessidade do reconhecimento dos direitos das mulheres é nítida na escrita de Taunay tanto em *Lgrimas do coração, manuscripto de uma mulher* (1872b) quanto em *Ouro sobre Azul* (1875). Essa reflexão sobre a mulher talvez explique o êxito editorial quando publicado em volume, edição rapidamente esgotada, com reedição em 1895 e o interesse do livro ainda na década de 1920⁶³.

Assim, tornar o casamento um rito civil, retirando-o do controle estrito da Igreja Católica, acompanhava a crescente modificação que se verificava dentro da própria sociedade. É assim que, na trama, antes que seja possível a aproximação entre Laura e Álvaro, seu tutor quase lhe impõe o matrimônio com certo comendador Dr. Arthur Pessoa de Lima. Este descobrira que aquele tutor era na verdade o pai natural da jovem Laura. Reconhecendo sua condição de mulher, Laura diz: “tenho de me sujeitar a ele, mas como moça, buscarei, antes de tudo, divertir-me e fazer o que bem entender” (TAUNAY, 1921, p. 162).

Ainda que caminhe para o final feliz do casal, um tanto quanto convencional no Romantismo, o romance acaba revelando que o casamento, principalmente sua validação civil e o papel destinado a homens e mulheres nessa relação estava no rol das reflexões políticas e literárias de Alfredo E. Taunay.

3.3.5 A representação diplomática brasileira

Ainda no segundo mandato como deputado, Taunay procurou compreender como Estados Unidos e os países platinos conseguiam atrair imigrantes que em pouco tempo pareciam alavancar as economias desses países. Durante toda sua vida pública, há uma preocupação comparativa importante no pensamento internacional de Taunay.

Considerava que um dos grandes entraves era a representação diplomática brasileira. Estava claro para o político Escagnolle Taunay que o corpo de funcionários lotados no exterior não atendia às necessidades atuais do país em responder às acusações da imprensa

⁶³ Ver o prefácio “Duas palavras” por Affonso de Taunay (1921) para edição de *Ouro sobre Azul* do mesmo ano.

européia que duvidava da capacidade brasileira de acolher a mão de obra, e mesmo as vinculações de surtos de doença. Estes representantes lotados no exterior nem mesmo eram capazes de agirem como propagadores e defensores do país uma vez que se mantinham afastados da realidade nacional, e pouco pareciam interessar-lhes o que aqui se passava.

O problema começava na formação do diplomata que em geral atraía aqueles que eram poucos estudiosos e poucos patriotas:

O Sr. ESCRAGNOLLE TAUNAY: - Senhores, não falo inconsideradamente: não viajei à Europa, não saí ainda do continente, mas de todos os lados tenho ouvido amargas queixas de pessoas que já atravessaram o Atlântico e que voltam envergonhadas do papel que nos fazem representar (*apoiados*), e aqui mesmo, no seio do parlamento, por muitas vezes levantaram-se sérias acusações contra a decida, a despreocupação, a falta de zelo de nosso corpo diplomático em relação a todos os assuntos que interessam o Brasil, principalmente na grave questão da imigração (*Apoiados da oposição e apartes.*)

A mocidade que se destina a esta carreira é em geral pouco estudiosa, e sobretudo pouco patriótica. (*Apoiados.*)

O SR. GUSMÃO LOBO: - Como pouco patriótica?!

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: - Pouco patriótica, sim porque contínuos e por vezes de extrema virulência e injustiça são os artigos que aparecem nos jornais na Europa, e principalmente nos da Alemanha, contra nós, contra nossos costumes e até instituições, e entretanto nem uma só linha, uma brochura, um protesto veemente escreve nossa diplomacia, nenhuma defesa promove, desmentindo aquelas falsidades e calúnias (*Apoiados.*)

O SR. GUSMÃO LOBO: - O nobre deputado supõe isso, porque os governos não publicam todas as correspondências diplomáticas dos nossos agentes.

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: - Se os governo não as publica, faz mal, muito mal.

Senhores, não há de negar, são moços afeitos aos prazeres ruidosos das grandes capitais, moços que, em contato com a sociedade europeia, como que sentem constrangimento e até vexame em declararem ostensivamente sua qualidade de Brasileiros. (*Apoiados e apartes*) O que querem; o objetivo que acima de tudo almejam é fixarem residência em Paris [...] (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877e, p. 42).

A fraqueza da representação diplomática decorria em grande medida da conjunção de despreparo e desinteresse dos jovens, mas também, da prática de apadrinhamentos que impedia uma ação mais profissional do corpo diplomático. O simulacro de exames a que eram submetidos os aspirantes a diplomatas, na verdade, escondia a ação do padrinho.

Taunay ao sublinhar o quanto a representação diplomática brasileira estava descolada da realidade nacional, por ser mais desejosa de viver em Paris do que representar o país, acabava revelando o quanto para as elites brasileiras as realidades dos países europeus, como França e Inglaterra eram almeçadas. Essa dinâmica claramente representava o modo como no ambiente periférico se construía a imagem dos países cêntricos para as elites, ou ao menos para esses elementos burocráticos.

Contudo, Taunay sutilmente discordava da assimilação dos indivíduos à condição cêntrica em que se olvidasse sua condição de brasileiro; ao contrário, para ele, importava criar condições de desenvolvimento tal qual esses países cêtricos haviam criado para si. Por isso, ao dizer reconhecer maior esforço de construção da nacionalidade brasileira em um Carlos Gomes ou Pedro Américo não era apenas um efeito retórico:

Sr. Presidente em lugar desta gente que segue timidamente na cauda da diplomacia europeia, prefiro considerar como representantes dignos e nobres do nome brasileiro Carlos Gomes, Pedro Américo e Zeferino. Esses ao menos engrandecem a pátria com seus trabalhos, suas inspirações, seus talentos, e aos estrangeiros dão dela outra ideia que não a que lhes incutem a vida, o aspecto e as ocupações dos nossos diplomatas e cônsules. (*Apoiados; há muitos apartes.*) (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877e, p. 42)

Ou seja, se a circunstância do país era excepcionalmente nova de um país “em sua meninice”, importava mostrar a esses países europeus que forneciam imigrantes (em grande número aos Estados Unidos e, no caso da América do Sul, para a Argentina) que o Império brasileiro já se constituía em uma nova civilização.

À exceção de um Cândido Baptista na Rússia, Marquês de Abrantes em Berlim, Saraiva, Octaviano, Rio Branco e Cotegipe no Rio da Prata capazes de fazer elevar o conceitos daquelas nações sobre nossa “civilização” e “nosso patriotismo”, e Silva Paranhos, de grande “inteligência” e “perseverante trabalho” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877e, p. 42), a maior parte dos enviados brasileiros e ministros plenipotenciários no exterior carregavam “pomposos títulos honoríficos e nobilárquicos”, mas desconheciam o estado do Império brasileiro por viverem há dezenas (e dezenas) de anos na Europa (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1877e, p. 42-43).

Para atrair imigrantes era preciso ter condições de recepção, e criar uma estrutura capaz de fazê-lo. Tanto no Câmara baixa quanto no Senado, Taunay acentuaria a necessidade de direcionar esforços não apenas de defesa da política imigratória, mas a necessidade de aprender de países como Estados Unidos e os Estados platinos como constituir condições para a fixação dos imigrantes.

Em 1878, ao término desse segundo mandato, com a queda do partido Conservador e sua não reeleição, sentiu um desânimo político. Tal como seu personagem Trajano Casimiro Sobral, de seu primeiro romance *A mocidade de Trajano* (1871), Taunay partiu para Europa.

3.4 O Interregno

Esse tempo seria descrito no livro *Recordações de Guerra e de Viagem*, reunião de notas do que vira na França, Itália e Alemanha e enviava aos jornais. Nas notas predominam suas avaliações estéticas das obras que via, contava das visitas a museus, como ao Museu do Louvre ou à Galeria Borghese e dos tipos curiosos que encontrava. Como não poderia deixar de ser... a verve ao encontrar um brasileiro e seu guia turístico:

Em Florença, no palácio Pitti, encontrei, já vindo da galeria dos Ofícios, um brasileiro que às carreiras percorria aquelas salas, dirigido por um guia. “Está contente com o seu cicerone?”, indaguei. “Muito. Conhece tudo! É um artista.” Nem de propósito; parávamos diante da Vênus de Canova. – “Esta estátua, proclamou enfaticamente o tal artista, é a obra prima da escultura! Já viajou.” – “Deveras?” – “Sim; foi levada até à sala da Tribuna. Ali depois de colocada ao lado da Vênus de Médicis, uma comissão de entendidos firmou a sua imensa superioridade.”

Por honra da firma, julguei dever contrariá-lo: – “Não há dúvida, concordou ele com benevolência, para os tempos antigos, aquela obra é na verdade interessante. Hoje, porém, se fazem coisas muito melhores!...”

E lá se foram os dois, um a ganhar a sua diária, outro a ver desfilar diante dos olhos quadros e quadros que eram indiferentemente e a esmo batizados Rafael, Ticiano, Tintoreto, Guido Reni, Rubens, Van-Dyck, etc., etc. E com esta criemos o[s] parênteses e voltemos a Paris, de onde não havemos mais de sair senão para regressar à pátria. E já me tarda esse dia! (TAUNAY, 2008a, p. 165).

Além dessas notas levemente humorísticas, Taunay não poderia deixar de tecer comentários sobre: 1) a situação social da Europa, ainda à sombra da recente Comuna de Paris (1871); 2) as relações internacionais entre os países europeus e os acordos que estabelecem; e 3) a comparação entre a realidade brasileira e suas potencialidades, dentro da condição periférica; e o lugar cêntrico dos países europeus, cujo símbolo maior era a cidade de Paris:

Eis-me, enfim, de volta a esta grandiosa capital que de todas as partes do mundo e da Europa atrai irresistivelmente o viajante, como centro mais possante, senão quase único, da civilização e das luzes. Ande-se, com efeito, por todas as cidades deste Velho Mundo, esquadrinhem-se vilas e lugarejos, percorram-se todos os países, em nenhum ponto, por mais opulento, mais afastado, exclusivo ou antagonista que seja, deixará de manifestar-se logo a influência e incontestável supremacia de Paris, quer queiram, quer não.

Na Alemanha, Inglaterra, Suíça e Itália só vi, de todos os lados, mais ou menos, o arremedo do que se passa na admirada, invejada ou odiada França. Modas, opulentas lojas, iluminação, sistema de calçamento, irrigação, melhoramentos materiais, progresso intelectual, livros de ciência, romances, tudo traz o cunho irrecusável da iniciativa francesa. (TAUNAY, 2008b, p. 162).

Uma vez em Paris, o jovem brasileiro tem ocasião de ver as repercussões da Conferência de Berlim (1878) nos salões. A cidade francesa ele definiria como “a capital

artística do universo”. Taunay como que participava “da necessidade de aspiração incessante ao belo, de posse completa e gozo no puro sentido estético” em museus, jardins, galerias (TAUNAY, 2008b, p. 108); a capital francesa era o centro das belas artes, no qual “fervem rivalidades, competência, incitamento, lutas, paixões e partidos”. O artista podia sentir-se sob “as vistas de um público ardente e entusiástico” (TAUNAY, 2008b, p. 164). Taunay tomava nota minuciosamente das salas e obra que via. Ele descreveria as obras clássicas, mas também as novas, presentes nas Exposições Universal de 1878 e no Palácio da Indústria. É assim que descreveu o quadro que lhe chamou muita a atenção, *Apotheose de Thiers*, do pintor J. G. Vilbert:

Embora nesse sentimento vá de envolta uma instigação política; a obra por si é credora dos maiores encômios, O grande estadista está deitado num leito simbólico e ornado de emblemas com os olhos cerrados pela morte, a fisionomia serena, mas sem vida, pálida, esclarecida só pelos raios da glória. Envolvido num manto vermelho, sobre seu peito descansam as grã-cruzes que recebera em sua agitada existência. Entre elas com satisfação patriótica reconheci a fita e a venera da Rosa. Em frente, no primeiro plano, estão atiradas grandes coroas mortuárias, feitas com admirável cuidado e exatidão. À direita estorce-se no chão e sanguinolenta a Comuna, cuja tocha incendiária está caída sobre o escudo da cidade de Paris. De um lado e de outro de Thiers alteiam-se duas figuras alegóricas, cuja execução levanta ainda viva polêmica, mas me pareceram excelentes. Uma, a *Glória*, desce dos céus trazendo palmas de louros nas mãos e pára nos ares com verdadeira leveza; outra, a França, sentada junto ao leito, mergulhada na mais profunda dor, estende parte da bandeira tricolor sobre o augusto cadáver. No fundo e um tanto vagamente vêem-se o enterro de Thiers e os fortes de Paris a darem salvas; no alto, entre nuvens, no tom mais suave e vaporoso como se fora um sonho, aquelas cenas de batalhas do tempo de Napoleão que o exímio historiador soubera tão bem descrever (TAUNAY, 2008b, p. 110-111).

A cena alegoricamente demonstrava a recondução da vida política francesa para os meios mais habituais de representação, assim Thiers aparece como o termo do impulso revolucionário oriundo em fins do século anterior.

Em suas notas enviadas da estadia europeia, é possível ver que Taunay foi aos poucos descobrindo a capital francesa, plena de teatros, museus e festas cuja opulência e divertimento encobriam as contradições que ainda andejavam pelas ruas da cidade. As condições de miserabilidade que possibilitaram “a sanguinolenta Comuna” lá estavam vivas. Taunay não se deteve sobre o conteúdo das ideias que alimentara a Comuna, antes; sua interpretação recaiu apenas no aspecto moral, percebendo também certa degradação da vida coletiva. Quiçá por isso, censurasse a frivolidade no teatro:

No meio desta opulência imensa e aparente grandeza, como não ver a humilhação do povo francês, como desconhecer o domínio absoluto da corrupção, o estado de decadência moral em que lentamente se vai, para desgraça do mundo inteiro,

afundando esta nação tão generosa em seus instintos, tão nobre, e a quem tanto deve a humanidade?

Mais do que nunca, os teatros são o púlpito aplaudido dos maiores vícios e mais estupendas infâmias. A poder de sutilezas e ditos de espírito, na verdade imenso, extraordinário, e de situações cômicas que fazem a gente estourar de gargalhadas, não há teoria que não se torne aceitável, cena escabrosa que não se veja, doutrina perversa que não se pregue, tocando-se sem estranheza até aos domínios da crápula.

A tal nível se tem descido, que os jornais um tanto sérios, discutem já a necessidade da censura para tentar pôr um paradeiro a tão perniciosos desmandos. De entre os vinte e tantos teatros de Paris, só três, e isso pela sua natureza especial, podem abrir as portas às famílias que zelam os bons costumes; a Grande Ópera, a Ópera Cômica e Teatro Francês. Em todos os outros, o vício fala de cadeira e de modo tão amável, gracioso e risonho, que ninguém resiste às suas encantadoras lições.

Divertir-se, gozar, é a corrente que a todos arrasta aqui em vertiginoso redemoinho. Rir, folgar, passar o tempo sem sentir a vida, saciar a curiosidade por todos os meios, correr ao encontro de sensações novas, esquecer o lado grave da existência, é a preocupação real do legítimo parisiense (TAUNAY, 2008b, p. 166).

O afastamento das elites, protegidas em seu luxo e mesmo a grandiosidade da contribuição francesa para “a humanidade” contrastavam com a miserabilidade da população parisiense:

E quantas contraposições dolorosas, principalmente nesta estação agora que o rigoroso inverno torna mais cruel a falta de meios e mais insolente a ostentação da riqueza e do luxo?! Que tumultuar de cólera, ódio e desespero no coração da pobreza, quando ela contempla todas as tardes o estulto desfilar de pomposas carruagens para o bosque de Bolonha.

Ali, em fofos coxins e abrigados por custosas peles, rodam os poderosos e elegantes que vão, ao sopro gélido da brisa, colher apetite para os delicados manjares de suas lautas mesas, ao passo que os miseráveis têm de voltar ao albergue em que, seminus, tiritam com frio, e choram de fome os desgraçados filhos! [...] (TAUNAY, 2008b, p. 167).

A Paris imaginada diferia da Paris vista. A diferença entre imaginar o ambiente cêntrico e estar nele fez Alfredo Taunay pensar em sua identidade de brasileiro, e mesmo, por em perspectiva o Brasil; como confidenciaria: “Não sei se com todos acontece o mesmo, mas na minha opinião, o Brasil, assim mesmo como ele é, ganha aos olhos do brasileiro que viaja esta Europa”. Comparando o que vira principalmente nesta capital europeia com a realidade brasileira, é assim que em meio à “opulência imensa e aparente grandeza”, saltou aos olhos “a humilhação” do povo francês. Como ponderou o escritor: “Se há atraso em muitos pontos, e sobretudo mazelas, por cá, por todas estas pomposas capitais, ostentam-se elas ainda maiores, algumas até insanáveis. Quem as tem mais do que Paris?” (TAUNAY, 2008b, p. 166).

Para Taunay, o novo poderia nascer deste país sul-americano. Como diria na mesma crônica: “em mim se robustecesse a crença de que o Brasil, com a organização e os elementos que têm, pode vir a ser uma nação importante e feliz, sem os seus [da Europa] grandes infortúnios morais e materiais”; desta forma, em sua breve temporada de oito meses na

Europa, pôde considerar Paris esplêndida, “mas já estou farto de tudo isso” (TAUNAY, 2008b, p. 167).

Diferentemente dos jovens diplomatas, desejosos de serem culturalmente absorvidos pelos países cêntricos, e em pouco se distinguindo dos locais, esquecendo-se dos problemas distantes do Império; mais urgente era voltar e construir caminhos para o país do outro lado do Atlântico.

3.5 O terceiro mandato (1882-1884)

Eleito por Santa Catarina, é nessa legislatura que Alfredo Taunay torna-se um deputado, mais eloquente, mais senhor das suas palavras e questionador das ações do governo. O predomínio da situação liberal jogara o partido Conservador na oposição, o que tornou Taunay quase seu porta-voz. Nota-se que o estilo desabusado de Alfredo Taunay na tribuna se apurou com o tempo. Ele mesmo reconheceria a maturação de sua oratória, com o uso das frases enérgicas que causavam por vezes suscetibilidades, e que soavam às vezes de modo “quase violento” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882e, p. 489). Ele o fazia pela urgência da pauta transformadora, que corria o risco de ficar em segundo plano, pela dificuldade financeira a que atravessava o Império, e a percepção da morosidade e má vontade reformista do governo liberal.

3.5.1 Um olhar sobre o internacional

Quanto às questões internacionais, Taunay voltara-se quando tratou da proposição da construção de uma ferrovia ligando a província de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Taunay defenderia que esta ligação que deveria permitir o escoamento da produção agrícola gaúcha pelo próprio Brasil e não por Montevideú. Taunay via como uma fragilização clara da economia nacional na medida em que passava a depender do porto uruguaio. A integração entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul fortaleceria as finanças, facilitaria as transações comerciais e, além disso, também asseguraria para o futuro a integridade das fronteiras:

As leis econômicas nos ensinam que os interesses comerciais não se prendem pelo menos por muito tempo às simples considerações de patriotismo, nem a eles se podem prender. O produto destinado à permuta procura irresistivelmente um mercado qualquer. Ora o nobre deputado, a quem respondo agora [*Sr. Diana, deputado liberal pela província do Rio Grande do Sul*], não pode negar este fato; o comércio da província tem tendência natural de abastecer o porto de Montevideu e ser por ele abastecido.

Ora, senhores, não será de grave consequência para todo o Império e até para a futura integridade do nosso território o estabelecimento e o avigoramento dessas relações, que cada vez mais irão se apertando e se consolidando? Não será essa simples consideração de muito peso? Poderão refutá-la vantajosamente? (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882b, p. 12).

Por essa época, Taunay pareceu voltar ao ambiente de guerra, pensando sobre a instabilidade latente que envolvia ainda a bacia do Prata como no trecho destacado acima; e, também, por procurar retornar ao tema das fronteiras. Dois indícios importantes foram as discussões nas quais se envolveu sobre a capacidade e as formas de mobilização militar, apresentadas então no Parlamento; e pela publicação no ano anterior de seu estudo crítico sobre a Guerra do Pacífico (TAUNAY, 1881), no qual Taunay abordaria aquela que foi uma das maiores crises internacionais dentro do continente sul-americano, junto com a Guerra do Paraguai.

Taunay parece ter se impressionado com a obra homônima do historiador chileno Diego Barros Araña (ARAÑA, 1881), lido de “uma assentada”, e que abordava as causas do conflito e seus diversos episódios, envolvendo as forças armadas de Chile, Peru e Bolívia. Embora o texto de Taunay seja um grande resumo do trabalho do historiador chileno com comentários, o livro desperta interesse na medida em que procura estabelecer comparações com a ação do exército brasileiro quando da Guerra do Paraguai. Além de comparar as tensões e situações de fronteira do Império brasileiro. É o próprio escritor brasileiro quem assinala a importância do livro de Araña dada às similitudes de situações e potencial de lições a serem apreendidas:

Para o pensador brasileiro resultam sem dúvida da leitura d'esse livro muitos motivos de reflexão e não poucos ensinamentos, enxergando entre o Brasil e o Chile vários pontos de similitude e de contato, que vão sendo devidamente apreciados e se apresentam ao seu espírito, à medida que se explanam os acontecimentos d'essa contenda, provocada pela arrogância e inconsideração de vizinhos invejosos e turbulentos (TAUNAY, 1881, p. 4).

Não é difícil perceber o paralelismo entre Brasil e Chile⁶⁴ por terem sido vitoriosos e maiores potências nos conflitos em que se envolveram respectivamente, quanto no grande

⁶⁴ Joaquim Nabuco também analisaria as similitudes entre as dinâmicas políticas entre Chile e Brasil (NABUCO, 1949).

motor da guerra a que atribui a “inveja de países vizinhos”, materializada nos problemas de fronteira e na exploração de recursos naturais.

Foi com a tentativa de estabelecer os limites reais do que eram os antigos vice-reinados e suas províncias, após o desmembramento do império espanhol, e o estabelecimento do critério de *uti possidetis* de 1810 que os conflitos passaram a emergir pondo em lados opostos os novos países sul-americanos. Nas palavras do escritor brasileiro: “A guerra do Pacífico foi, pois, uma herança do *uti possidetis*” (TAUNAY, 1881, p. 6).

Se com o Brasil “algumas dessas dúvidas com o Brasil foram felizmente terminadas por acordo recíproco e amigável” e o próprio império procurou respeitar aquele princípio, nos países hispânicos o choque de fronteiras foi mais sério, especialmente envolvendo a Argentina.

A ascensão de uma elite chilena saindo de uma ordem colonial atrasada e modesta para um modelo político estável só foi possível pelos “admiráveis instintos de ordem e de trabalho, firmados solidamente no mais absoluto respeito às leis”, fugindo assim do que Taunay observa como uma herança sociocultural espanhola, presente nos demais países sul-americanos de língua castelhana: a tendência à pompa, “a jactância natural d'aquele povo afidalgado, a confiança em si, o menosprezo dos outros, sua inclinação pela pompa, ostentação, ênfase e ouropéis” (TAUNAY, 1881, p. 8). Essa força catalizadora, virulenta, tenderia a fortalecer a figura do caudilho, o líder militarizado, eloquente, ágil, mas do ponto de vista da estratégia militar limitado. Considerava ainda que a reserva ou discrição maior do Chile⁶⁵ decorrente da sua estabilidade política não criou ambiente para o aparecimento desse tipo de liderança:

Não conheceu, pois, o Chile a praga do *gauchismo* que tanto mal tem feito aos seus vizinhos da mesma origem, praga que arvora qualquer caudilho mais ousado e feliz em general e lhe dá logo foros de militar abalizado, quando para isso lhe faltam as grandes qualidades guerreiras, que intimamente se prendem às de ordem cívica, intelectual e moral (TAUNAY, 1881, p. 7-8).

A estabilidade política chilena tornou naturais as sucessões presidenciais tranquilas, sem “menor abalo e no meio da concórdia geral” (TAUNAY, 1881, p. 7), desde o Presidente D. Joaquín Prieto (1831-1841) a D. Aníbal Pinto (1876-1881), o que temporalmente

⁶⁵ Significativa é a comparação que Taunay faz entre o *tom* dos documentos oficiais chilenos, bolivianos e peruanos: “Uma prova de que o Chile não permaneceu debaixo da imediata influência da raça que o descobriu e conquistou, está na frase comedida e decente de que sempre usou nas suas notas, manifestos e correspondências, ao passo que a Bolívia e o Peru derramavam no papel toda a bília que podiam ter, ameaçavam céus e mundo, elevavam os seus exércitos aos cornos da lua, prometiam n'uma bocada dar conta de todos os inimigos por mar e por terra e não lhes barateavam esses impropérios, remoques e insultuosos gracejos, de que nós também temos sido vítimas dos povos platinos, embora ainda, e por enquanto, em plena paz conosco.” (TAUNAY, 1881, p. 9).

correspondia aproximadamente ao período do Segundo Reinado brasileiro. Claramente o escritor brasileiro considerava o mau funcionamento das instituições, sua instabilidade, as demonstrações revolucionárias e o predomínio da figura do militar como características do que denomina “caudilhagem ou militarismo” ou ainda gauchismo [de *gaucho*, em espanhol] (TAUNAY, 1881, p. 15). Assim, o Chile após sua independência ao passar em investir em instrução pública, e conseqüentemente, em condições de garantir a melhoria geral da vida coletiva, ao respeitar os acordos internacionais bilaterais (no tocante aos limites e fronteiras), e ao explorar as potencialidades de seus recursos naturais, e humanos, seguia o sentido geral do desenvolvimento posto para um país em ambiente periférico. Essas etapas – internas e externas – seriam capazes de levar o Chile (ou o Brasil) ao “espírito de civilização da nossa época” (TAUNAY, 1881, p. 15).

Se havia o predomínio do líder e do interesse particular na figura do caudilho, no Peru e Bolívia, as tendências subsistiam no Império também, sem serem predominantes. Ao atender os interesses particulares, e favorecer os vínculos políticos e familiares dos indivíduos proeminentes o estado geral das contas públicas peruanas era frágil:

Há muito tempo sabe o mundo financeiro por dolorosa experiência, que o tesouro peruano, apesar dos inúmeros recursos que lhe haviam proporcionado e proporcionam as riquezas naturais do solo, não tem em conta alguma os mais sagrados compromissos e anda sempre em apertadíssimos apuros.

A causa, segundo um viajante que estudou de perto as condições anormais d'aquelas desgraçadas finanças, está — *nas contínuas ascensões de governos que levam ao poder uma multidão de favoritos, todos eles famintos. Convertidos estes em funcionários públicos, aposentam-se logo e retiram-se à vida privada, com boas rendas para o restante dos dias, rendas que, ainda mais, passam para as suas viúvas e filhos.*

Entre parêntesis, cá pelo Brasil, se não houvesse de vez em quando insistente e séria resistência a iguais inclinações, pouco a pouco teríamos um símile, embora mais limitado, d'esse Peru [...] (TAUNAY, 1881, p. 16).

No caso brasileiro, Taunay veria o contrapeso dessa tendência no modelo monarquiano⁶⁶ de poder com o predomínio da Coroa, a impor “virtude e estabilidade” ao sistema político.

Iniciada com a disputa entre o direito de cada nação de exploração das minas de salitre, a Guerra envolveu Chile, Peru e Bolívia com capacidades materiais bélicas bem distintas. O Peru possuía a melhor armada e um exército com cerca de 8 mil homens, muito maior do que o chileno, de pouco menos de dois mil e quinhentos militares. Os constantes

⁶⁶ Entende-se por modelo monarquiano o projeto de administração com o predomínio da Coroa, com o gradual processo de desenvolvimento da sociedade, alternando-se os Gabinetes entre conservadores e liberais, usando quando necessário o recurso do poder Moderador, restrito ao Imperador (LYNCH, 2007; NEEDELL, 2006).

cortes e contenção de gastos determinado pelo Congresso chileno levava a gastos repentinos e enormes, quando da necessidade da mobilização, similarmente ao Brasil. País que também pagaria o preço da imprevidência, quando do início da Guerra do Paraguai (TAUNAY, 1881, p. 24-25). Apesar da superioridade aparente de peruanos e bolivianos, Taunay considera que o domínio da ciência militar, o estudo de onde aplicar recursos, o rearmamento das tropas chilenas foram contrapesos a essa superioridade inicial dos adversários dos chilenos, permitindo ao país voltado para o Pacífico conseguir reverter a fragilidade inicial. Além do mais, como suporte para o êxito chileno, foram utilizadas as modernas técnicas de topografia e hidrografia para conhecimento das zonas de guerra que serviu de guia para o deslocamento das tropas chilenas (TAUNAY, 1881, p. 37).

Ao mesmo tempo, a guerra em nada impactara o regime constitucional chileno, diferentemente da Bolívia. Segundo Taunay apoiando-se nas conclusões de Araña, a eclosão do conflito fortaleceu os poderes do presidente Daza, sempre cercados de “seus generais e coronéis” (TAUNAY, 1881, p. 40) em seu pequeno país andino. A dificuldade em obter recursos e a exigência de mais poderes, na verdade, pouco tinham que ver com a mais moderna ciência da guerra. Taunay sublinha que apesar de formado por excelentes militares, o exército boliviano era acompanhado de profusão de mulheres e crianças, o que retardava a marcha, e foi acompanhado do deslocamento para a zona de Guerra do seu presidente Hilarión Daza, “rodeado sempre do pomposo e dispendiosíssimo estado-maior, cujos enormes penachos tremulavam às brisas dos Andes” (TAUNAY, 1881, p. 41). Por seu lado, o Peru pareceu entrar numa política de emissão de papel-moeda que permitiu a aquisição de armas, contudo, abriu caminho para a crise econômica.

Ainda que não se tenha por objetivo averiguar a veracidade das afirmações de Taunay ou a extensão delas sobre cada uma das características dos exércitos das nações hispano-americanas, o importante é demonstrar que através de sua análise da Guerra do Pacífico, discursivamente, ele observava o equilíbrio de poder entre as nações sul-americanas, na forma que se estabeleceu a partir de 1865 e, no texto, no contexto andino em 1881, e procurava refletir sobre os meios de mantê-lo com o predomínio regional do Império. Efetivamente o contexto era muito menos tenso do que em 1865, quando da Guerra do Paraguai, no entanto, a crescente militarização europeia e a necessidade de reestruturar o exército brasileiro eram temas presentes nas discussões no Parlamento brasileiro.

3.5.2 A reestruturação militar

Denunciando o estado de “maior desorganização possível” do exército, Taunay consideraria que a má estruturação provinha do predomínio liberal desde 1878, com a ascensão do gabinete liberal do Visconde de Sinimbu, ao qual o General Osório fizera parte como ministro de Guerra. Se o deputado Taunay reconhece seu conhecimento da “arte da guerra”, e sua capacidade tática em ambiente de batalha; isso não o impede de ver que desde então, com o general Osório tinha se instaurado um modelo ultrapassado de conflito, em que se “recebendo as impressões do momento”, deveriam ser tomadas as decisões repentinas. Esse modelo em voga até a derrota francesa em 1870 (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 35) favorecia a ação “conforme o tempo, as disposições do terreno e as circunstâncias”, contudo, estava superado pela contemporânea ciência de guerra, que privilegiava a tática, a ciência, o planejamento e o raciocínio, temas que mencionara ao atribuir a superioridade chilena aos exércitos bolivianos e peruanos, quando da Guerra do Pacífico, e que retomava no plenário: “Nada de inspirações repentinas; nada de falhas em nossas combinações. Procura-se calcular tudo; haja sempre previdência, haja sobretudo ciência de guerra” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 36).

Paralelamente, os cortes que Osório implementou ao ministério viriam a criar o que Taunay definiria como uma “anarquia militar”. A tendência de contingenciamento de recursos também servia ao jogo retórico dos liberais de atribuir aos conservadores o gasto desmedido de recursos, que quase levava o país à bancarrota. Para Taunay, a orientação de controle dos gastos implementada por Osório apresentara poucos resultados reais, e a tendência continuaria nos gabinetes subsequentes. Por isso, o mesmo se poderia ver das proposições do então ministro da guerra Franklin Dória, que integrara desde de março de 1881 o Gabinete liberal do Conselheiro Saraiva (1880-1882). Dória escreveria seu Relatório de administração da pasta (DORIA, 1882), e de sua proposição para a reforma do exército que submetia à apreciação do parlamento, e que viria a ser debatido pelos deputados. O conselheiro Dória proporia uma reorganização do exército, que pudesse dar maior “relação e nexos” às partes que compunham a força armada, dividida em companhias, batalhões e companhias isoladas (DORIA, 1882). Taunay veria no documento a importação de ideias inspiradas na militarização dos países europeus sem, entretanto, observar as condições reais do país. Nesse descompasso entre o ambiente cêntrico que produziu aquelas práticas de militarização e o contexto periférico que Dória pretendia implementar, a possibilidade de êxito lhe parecia pequena. A simples

transposição de ideias podiam satisfazer o Conselheiro Dória, mas eram inviáveis aos olhos de Taunay:

S. Ex. o Sr. Ex-ministro nada nos disse a este respeito; pelo contrário, pareceu ficar satisfeito do estado que encontrou e deixou a sua pasta, e insistiu pela ideia de uma pomposa reorganização, como se tivéssemos elementos preparados para aceitarmos ideias europeias, próprias de países militarizados.

S. Ex. não foi nada feliz [...]. Uma reorganização do exército compreende reformas em todas as instituições militares (apoiados), que, segundo pondera o general [Charles Antoine] Morand, se dividem em duas grandes classes: instituições orgânicas, instituições administrativas. [...]

As instituições orgânicas têm que atender a circunstâncias derivadas da população, do espírito dessa população, da extensão do país, das fronteiras, da vizinhança. Pergunto a S. Ex: por acaso pensou em tudo isso?

Por ventura S. Ex. teve em atenção a imensa extensão do nosso território, quando propôs 15 000 homens fossem mantidos em circunscrições militares?

Se tivéssemos de formar circunscrições [...], se aceitássemos essas ideias de cunho perfeitamente europeu, precisaríamos, pela vastidão do nosso território de um exército de, pelo menos, 100 a 200 000 homens.

Chega-se a ter receios de que S. Ex nutrisse desejos de ver militarizado este país. [...]

Ora, senhores, **querer transportar tudo quanto se faz na Europa, cuja militarização é obrigatória, para este país** [...] (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 39, grifo nosso).

Observar as circunstâncias, ser prudente no processo de modernização; reorganizar as finanças públicas, antigas lições dos conservadores brasileiros, deveriam ser medidas acompanhadas de seriedade com a qual se deveria cuidar “das cousas da guerra” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 52). Afinal, um conflito pode surgir inesperadamente ainda que o ambiente sul-americano naquele momento não fosse belicoso.

Taunay avançaria na crítica ao Conselheiro Dória, e por extensão dos liberais no momento que predominam politicamente, e sua tentativa de cortar gastos de modo impensado e que, por fim, essas ações tinham consequências dispendiosas.

Tratando das ações de Dória, um bom exemplo foi a compra na corte fornecimento de medicamentos, seguidos pela aquisição de novos medicamentos de Londres e Paris, no momento em que o câmbio não estava favorável. “Porque é que se foi ensaiar esse sistema de compras econômicas, quando o laboratório estava abarrotado de medicamentos?” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 394) pergunta Taunay a Dória, demonstrando que a compra no laboratório parisiense de Émile Rousseau⁶⁷ (químico e professor de química orgânica da faculdade de Medicina daquele país) fora desnecessariamente custosa, pois não havia “abatimentos” e ficaram mais caros do que quando se comprava com os contratos e antigos fornecedores (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 394).

⁶⁷ Rousseau foi um importante químico em seu tempo (ROUSSEAU, 1845).

Taunay tornara-se o principal crítico do governo, especialmente de Dória à frente dos assuntos militares. Sua verve não deixaria escapar nem a criação da biblioteca do exército que Taunay faz arrancar gargalhadas do Parlamento:

Vê V. Ex, Sr. Presidente, o luxo com que se prepararam as cousas para a tal biblioteca: mandou-se fazer, a bem dos cômodos do bibliotecário, uma enorme banheira, de proporções tais, que chamou logo a atenção do Sr. Ministro de guerra. Assim pois, aquele empregado, quando tomar o seu belo banho à farta, mergulhado naquela espécie de oceanozinho (*hilaridade*), poderá com toda unção exclamar – *Doria nobis haec otia fecit!* – (*Hilaridade prolongada.*)

O Sr. Presidente: - Atenção!

O Sr. Escragnolle Taunay: - E, Sr. Presidente, com toda a razão! Não pode haver melhor vida do que aquela! (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 395).

Taunay transformara o verso, de Virgílio *Deus nobis haec otia fecit*, literalmente: “Deus nos concedeu esse descanso” com o qual o poeta nas *Éclogas*⁶⁸ agradecia ao Imperador Augusto, transmutado em um satírico reconhecimento de privilégio concedido por Dória.

Taunay se tornara eloquente, divertido e foi aplaudido, ao final. Pondo-se como um conservador vigilante dos gastos públicos feito pelos liberais, neste mandato, o deputado Taunay procurava a multiplicidade de “canículos subterrâneos” por onde escoava “o dinheiro do tesouro”, advogando uma reforma mais sensata da força armada (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882c, p. 397).

3.5.3 A naturalização

Como nos mandatos anteriores, neste último mandato como deputado, Taunay defende o incremento da imigração europeia para o país, e uma das suas bandeiras então foi a supressão do imposto de naturalização cobrado ao imigrante (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882a). Tirar o ônus de tomar a naturalidade brasileira era agilizar o processo de identificação daquele indivíduo com o novo país. A existência da taxa desestimulava mesmo aos estrangeiros residentes em tomar a nacionalidade brasileira. Percebe-se claramente que o projeto de imigração de Taunay amadurecera; nesse sentido é necessário todo o concurso de recursos e boas vontades para que entrem no país todos os dispostos a trazerem braços e inteligências. Para ele, era preciso construir um novo sentido para a atividade laboral

⁶⁸ GARDNER, T. Vergil, Eclogue 1.6-36: o meliboe, deus nobis haec otia fecit. *Liber Latinus*, Sidney, 17 Feb. 2014. Disponível em: <https://liberlatinus.wordpress.com/2014/02/17/vergil-eclogue-1-6-36-o-meliboe-deus-nobis-haec-otia-fecit/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

na cultura brasileira, marcada por uma verdadeira “aristocracia da indolência” (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882d, p. 108). Esse *ethos* gerava o desestímulo ao trabalho livre e delegava à população escrava o trabalho braçal. Contudo, isto poderia ser superado e, assim, permitir ao Brasil seguir o rápido desenvolvimento que se observava nas repúblicas do Prata, mas principalmente nos Estados Unidos (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1882d, p. 108)⁶⁹.

Nesse sentido, Taunay acompanhava os dilemas das nações americanas, constituídas recentemente, e entender a lógica com a qual se poderia superar o atraso nacional.

3.6 O auge no Senado (1886-1889)

Após o longo período de predomínio de gabinetes de liberais (entre 1878 a 1884), o ano de 1885 inaugurara o retorno dos conservadores, com o gabinete liderado pelo Barão de Cotegipe (LYNCH, 2014). Entretanto, os impactos do projeto reformista do Gabinete Rio Branco (1871), ainda faziam-se sentir. O partido Conservador se dividiria, e os elementos ruralistas do partido paulatinamente se aproximariam dos liberais oligárquicos, passando, assim, a defender a instauração de um regime republicano (LYNCH, 2014).

Contra a “modernização pelo alto” que caracterizara o projeto monarquiano, vai se observar a partir da década de 1860 que esses elementos se aglutinavam e, por contraposição, permitiriam a maior aproximação entre os elementos modernizantes liberais e conservadores, especialmente entre 1880 e 1890. Assim, faz sentido a aproximação das proposições políticas e econômicas que a historiografia consagrou para a geração de 1870; apesar das diferenças partidárias, especialmente entre intelectuais como o liberal Joaquim Nabuco, o engenheiro André Rebouças e o conservador Alfredo de Taunay (CARVALHO, 1998; LYNCH, 2014)⁷⁰. A cisão entre elementos aristocráticos ruralistas e urbanos modernizantes atingiria ambos partidos nessa década de 1880.

Para o ano de 1886, Taunay que começara a administrar a província do Paraná, pensara em se apresentar à Câmara dos Deputados, como representante de Santa Catarina (TAUNAY, 2005). Contudo, seu amigo, o senador Barão de Laguna que se encontrava

⁶⁹ Taunay acreditava que o recurso à imigração tornaria os EUA “a primeira nação do mundo”.

⁷⁰ Anos mais tarde, já no regime republicano, Taunay forneceria pistas dessa aproximação com os liberais, e sua recusa em deixar os conservadores quando da ascensão do Gabinete liberal de Ouro Preto (1889) e o convite para que fosse Ministro da Guerra. Ver Taunay. “Meu Liberalismo” (TAUNAY, Afonso, 1923, p. 153-167).

enfermo, e pressentindo a morte, escreveu-lhe que o indicaria à sucessão iminente. Falecido aquele senador, abria-se a possibilidade da escolha de Taunay por eleição para o Senado, que deveria acontecer em meio de junho. O pleito para a Câmara dos Deputados tinha feito de Taunay deputado por Santa Catarina, e como tal, decidiu visitar o Imperador no Paço de São Cristóvão que o recebe perguntando: “Então, como vai a sua eleição senatorial?” (TAUNAY, 2005, p.570). Era a senha de que seria Taunay o escolhido de D. Pedro II para renovar o Senado. Surpreso e atônito, passa o dia ruminando as ideias e alusões do Imperador; e ouve de seu amigo Visconde do Bom Retiro, tão próximo ao monarca quanto o próprio Taunay, de que tratasse de ganhar as eleições e dormir “a sono solto”. Taunay relembra a conversa com o Imperador e as alusões deste de momentos afetuosos que ligavam o Paço de S. Cristóvão a família Taunay, como quando seu pai Felix Taunay anunciara o recém-nascido ao Imperador.

Ainda que soubesse que as indicações eram boas, Taunay temia que pudesse ser preterido por algum ministro, no que fora dissuadido por Bom Retiro. Escolhido por Santa Catarina, seu nome seguiu em lista tríplice e, prontamente, fora o escolhido - “sem a menor hesitação” - pelo Imperador em despacho de 28 de agosto, como saberia mais tarde por terceiros⁷¹.

Taunay então encontrou-se com o Imperador na escola da Glória, em um concerto no Largo do Machado, prometendo fazer visita oficial de agradecimento à distinção, no que o Monarca o dispensou de ir a São Cristóvão dizendo que, no Senado, posto que vitalício e sem as pressões eleitorais, poderia “o Sr. desenvolver todo seu programa de ideias, que é muito útil ao país. Trabalhe mais do que tem feito” (TAUNAY, 2005).

O elogio do Imperador edulcorou as composições de Beethoven, Mozart, Haydn e Bach que o jovem senador ouvia do quarteto de cordas, enchendo o agora senador Escragnolle Taunay de enorme satisfação. Sem dúvida alguma, tal pedido elogioso podia ser entendido como uma confirmação da condição áulica de Taunay, herdeiro político principal do processo modernizador do Visconde de Rio Branco (CARVALHO, 2012; LYNCH, 2007), mas também da concordância de ambos quanto ao projeto político que a entrada de Alfredo Taunay na Câmara Alta representava.

3.6.1 A escrita programática

⁷¹ Conselheiro Belisário e Barão de Marmoré (TAUNAY, 2005, p. 577).

Não é sem sentido que sua prosa abandona o romance e passa à política diretamente. Nesse período, publicaria seus mais importantes escritos políticos: *A Nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tacita* (1886a), *Casamento Civil* (1886b), *Cartas Políticas* (1889) e *Questões de Imigração* (1889)⁷².

A *Nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tacita* é um bom exemplo de como as interpretações sobre a obra e vida de Taunay têm negligenciado a dimensão internacional de seu pensamento e arte. Para tratar da naturalização de estrangeiros e as questões legais que envolveram, o senador passa a analisar como a questão fora tratada desde o século XVIII nos países cêntricos como Inglaterra e França, em seguida compara com as legislações dos países americanos como Estados Unidos, Equador, Venezuela, Peru, Paraguai, Uruguai e Argentina e, por fim, Brasil. Taunay história o estatuto dos estrangeiros desde a Regência, procurando demonstrar que os estrangeiros naturalizados permaneciam com seu direito incompleto na medida em que eram inelegíveis para as duas Câmaras ou ministério. A insatisfação com essa condição Taunay soubera de seu pai que por discordar restrições ao direito dos naturalizados, preferiu manter-se estrangeiro desde que chegara ao Brasil com a Missão Artística. O mesmo faria seu irmão Carlos, que lutara nas fileiras do exército napoleônico (TAUNAY, 1886a).

Por isso, aproveitava a expressão que ouvira de seu pai desde a infância *a grande naturalização*, que conjugaria o fim das restrições ao direito político dos naturalizados e nacionalização dos imigrantes europeus ao cabo de dois anos (TAUNAY, 1886a). A ideia ultrapassou os limites das discussões parlamentares, como o provam a divergência entre Machado de Assis e Alfredo de Taunay quanto o assunto (JOBIM, 2005). Machado de Assis era particularmente contrário a estas ideias, por achar que o sentimento da nacionalidade não poderia se constituir simplesmente com a posse de um certificado⁷³. Apesar de toda boa intenção do “amigo Taunay”, revelar a um italiano ou alemão que ele perderia sua nacionalidade depois de dois anos corria o risco de ter efeito contrário e diminuir a imigração⁷⁴. Taunay não respondeu publicamente a Machado, mas classificava as resistências como *nativismo*. Apesar das contribuições dos estrangeiros⁷⁵ à constituição da nacionalidade, os políticos brasileiros desconfiavam da política imigratória. Era a desconfiança dos nativistas

⁷² Ver: Taunay (1886a, 1889a, 1889b). Este último é a impressão de um discurso de Taunay no Senado a 31 de maio de 1889.

⁷³ A divergência é no geral pouco conhecida, limitando-se a referências ocasionais quando se trata da pesquisa sobre Machado de Assis enquanto cronista. Ver: (JOBIM, 2005; OLIVA, 2008).

⁷⁴ É o tema principal do texto “Bons dias! 28 de outubro de 1888” (ASSIS, 1994c).

⁷⁵ Alfredo Taunay atribuiu ao nativismo o motor da tentativa dos brasileiros em ver seu pai, o pintor Felix Taunay, naturalizado e o forçariam a abandonar a seu cargo na Academia Imperial de Belas Artes do Brasil. Desse impulso originava a incompreensão das ideias que defendia no Senado e na Câmara (TAUNAY, 1886a).

“enragés e emperrados” (TAUNAY, 1889a, p. 17). Nas fileiras dos conservadores, o grupo era liderado por Paulino de Sousa, que condicionaria a abolição dos escravos à indenização dos antigos senhores (LYNCH, 2018). Em meio à desorganização dos partidos, para Taunay, a grande maioria de políticos parecia não compreender a importância de sua política imigratória. O mesmo argumento seria o principal motor do opúsculo *Cartas Políticas* (1889), apesar de tudo, era possível unir os melhores elementos dos conservadores e liberais em favor da concessão de direitos plenos aos estrangeiros residentes, para que uma vez naturalizados tivessem os mesmos direitos e deveres dos brasileiros natos.

O texto reflete bem o ambiente de 1889 com a ascensão dos liberais e a divisão dos conservadores:

Foi o grave erro da situação conservadora, ultimamente apeada do poder, encetar essas reformas com a maior energia pela formosa e urgente lei da abolição, suscitar em todos os ânimos patrióticos e progressistas a esperança de uma era nova de transformações e indeclináveis empreendimentos, e depois hesitar, perder tempo, parar e querer até retrogradar, encerrando afinal as aspirações e os votos da nação e do partido numa difusa fala do trono, positivamente medieval em seu empenho de criação de universidades e bispados e que causou dolorosa estranheza aos melhores e mais dedicados amigos e sustentadores do gabinete 10 de Março. Reformas sociais — eis o momentoso lema [...] (TAUNAY, 1889a, p. 6).

Cartas Políticas (1889) deixam ver que a escrita do Taunay nesse período pareceu condensar argumentos e assuntos que desde a Câmara Baixa defendia: a imigração europeia, seu fomento e nacionalização quase automática de estrangeiros e o reconhecimento do casamento enquanto instituição civil.

No livro *Casamento Civil* (1886b) para tratar desse assunto, Taunay usa da mesma estratégia retórica que usara em *A Nacionalização*: a apresentação de um tema partindo de seu aspecto geral, analisa a formulação no contexto dos países europeus, países americanos e por fim o caso brasileiro. É assim que ele se pôs a historiar a relação entre católicos e não-católicos pela regulamentação das leis em países cêntricos, na Europa de modo geral (incluindo Suíça, países escandinavos e Rússia, depois nas Américas e por fim no Brasil (TAUNAY, 1886b). Tratando das legislações dos outros países observa que havia urgência da modernização legislativa para que o país possa “ombrear desde logo com outras nacionalidades americanas”, mas também acompanhar “a evolução regular das sociedades” (TAUNAY, 1886b, p. 18).

É assim que Taunay tenta mostrar que, ao menos desde 1860, o legislativo brasileiro se defrontava com a questão da secularização do casamento, sem levá-la adiante, por conta da “inércia da opinião” (TAUNAY, 1886b, p. 41).

Para Taunay, o pouco avanço da questão regulando o assunto se devia ao desinteresse, que perdurava desde 1860. Se havia uma tendência progressiva, de maior homogeneidade dos códigos civis após a criação do código napoleônico⁷⁶, os representantes políticos deixavam de lado as grandes questões que atravessavam o país em favor de discussões intermináveis sobre eleições e alianças políticas (TAUNAY, 1886b, p. 75). Além destes, a ação de uma minoria, que considerava fanática, ultramontana, de feição mais tridentina que o Concílio de Trento, insistia na forte oposição (TAUNAY, 1886b).

O breve escrito *Casamento Civil* (1886b) foi patrocinado pela Sociedade Central de Imigração e os dados estatísticos sobre a entrada de imigrantes no Brasil, Canadá, Canadá, Estados Unidos e Australásia anexados ao volume *Cartas Políticas* (1889) reproduzem dados publicados por aquela Sociedade em seus boletins.

3.6.2 A Sociedade Central de Imigração

Fundada em 1883, na rua dos Inválidos n. 71, a Sociedade tinha por objetivo difundir a ideia da imigração europeia, esclarecer ao público leitor do que se tratava, dar informações a imigrantes, trabalhar politicamente por reformas necessárias e, demonstrar o êxito da imigração para o Brasil para o público e governos europeus. Decorrendo para tanto, desde sua fundação a Sociedade fez publicar o boletim *A Imigração* que continha seções inteiras vertidas em francês, inglês e italiano e por vezes, reproduziam seções relativas à imigração europeia para o país de jornais europeus. Além disso, costumavam trazer os boletins tabelas comparativas de quantidade de imigrantes para os países americanos – especialmente Argentina, Canadá, Estados Unidos e Brasil. A Sociedade reunia intelectuais, comerciantes e militares, enfim, elementos dos estratos médios (HALL, 1976). No primeiro boletim, vê-se que entre seus fundadores lá estavam Taunay, André Rebouças, Barão de Tautphoeus, Henrique Beaurepaire Rohan entre outros⁷⁷.

O boletim seria um importante meio de difusão também das medidas propostas por Taunay, vice-presidente da Sociedade Central, na Câmara e no Senado, bem como de seus discursos. A publicação além de acompanhar o quadro de recepção no Brasil dos europeus,

⁷⁶ Taunay fala em unidade, no sentido de uma concepção em comum. Ver: (TAUNAY, 1886b, p. 42-43).

⁷⁷ *A Imigração* n.1, novembro de 1883, a coleção encontra-se disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

procurava: estar vigilante quanto às potenciais áreas de terras devolutas⁷⁸ que poderiam subsidiar colônias de estrangeiros; demonstrar o êxito dos novos assentamentos⁷⁹, e corrigir percepções de que o colono europeu poderia dar novo influxo à escravidão. Na verdade, como explicaria a Sociedade Central, retrucando o periódico voltado para a comunidade francesa “*Brésil ou Courier de l’Amérique du Sud*”, o escravo não poderia ser substituído pelo colono estrangeiro. Uma vez tornados livres os escravos, as práticas escravocratas também deveriam desaparecer.⁸⁰ No sentido mais amplo, depreende-se do Boletim um programa reformista que aproximava a formulação de André Rebouças, Taunay e discretamente D. Pedro II⁸¹. O Imperador seria um dos patrocinadores da agremiação, ainda que ocultamente (CARVALHO, 2007).

Por sua natureza, a Sociedade Central de Imigração parece ter tido bastante difusão mesmo no exterior, e com isso chamou atenção negativamente dos “emperrados”:

O que tem feito a Sociedade Central? O nobre Presidente do Conselho ignora, de certo, porque é pouco amigo destas questões. Há quatro anos, que a Sociedade se corresponde com os centros intelectuais da Europa, recebendo contínuas reclamações, pregando a necessidade do casamento civil e de outras reformas, sustentando sempre o seu programa, a sua bandeira, o seu estandarte, tudo isto, sempre desinteressadamente e sem dever favores pessoais ao governo (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887d, p. 33).

Dom Pedro II apostava na modernização que Taunay apresentava no Senado. Ela fazia parte da reforma social a que aspirava o Imperador como releva sua última Fala do Trono (1889)⁸²: Criação de duas universidades no norte e no sul do país, criação do ensino técnico pelo país, favorecimento da imigração estrangeira, desapropriação de terras. O plano apresentado por Dom Pedro II mostrava sua convergência com a Sociedade Central de Imigração e o programa político de Alfredo Taunay, como se, no fundo, representassem um mesmo conjunto de ideias apresentado com pequenas variações em diferentes ambientes⁸³.

⁷⁸ Dom Pedro II proporia a divisão de terras devolutas, ligadas pela abertura dos caminhos férreos, e entrega para assentamentos de colonos estrangeiros em sua última fala do trono a 3 de maio de 1889. Ver: Javari (1977, p. 509-513).

⁷⁹ *A Imigração* n. 6, outubro de 1884.

⁸⁰ *A Imigração* n. 6, outubro de 1884.

⁸¹ Sobre o reformismo de André Rebouças e a pequena propriedade como meio de democratização e enfraquecimento do poder do grupo da lavoura ver: Carvalho (1998).

⁸² As Falas do Trono, lidas pelo Imperador na abertura e no encerramento da sessão legislativa, não deveriam ser interpretadas como manifestação de sua vontade pessoal, tratava-se mais de uma proposição, uma peça do ministério, através da qual ele expunha ao Parlamento suas necessidades legislativas e solicitava a confiança dos parlamentares para governar (LYNCH, 2007).

⁸³ Encontrando-o casualmente na estação de bonde, Taunay criticaria D. Pedro II dizendo que não gostara da Fala, porque faltara trazer informes sobre casamento civil, e dizer sobre a liberdade de cultos. O Imperador disse que “era preciso ir devagar” e observava a ocasião adequada, “sou oportunista” (TAUNAY, 1933a, p. 66-67).

3.7 As querelas de Taunay

3.7.1 Cotegipe

O Barão de Cotegipe representava a partir de 1860 politicamente a ala da lavoura dentro do Partido Conservador (LYNCH, 2007), que se contrapunha às propostas mais modernizadoras dos elementos médios e mais jovens como Taunay, e também pretendia restringir o poder da monarquia, evocando junto com os liberais o problema do *poder pessoal* de D. Pedro II. Como ministro de estrangeiros e, posteriormente, Presidente do Conselho, Cotegipe tivera grande atuação durante a Guerra do Paraguai, correspondendo-se com o Imperador com frequência (PINHO, 1933). O Barão participara de diversos ministérios, no gabinete da Liga Progressista em 1865-1866, no Gabinete Itaboraí em 1868-70, como ministro de marinha e de assuntos estrangeiros; como ministro da fazenda no Gabinete Caxias em 1875-1876.

Embora considerado um estadista por Taunay (TAUNAY, 2005), a relação entre ambos degenerou até o rompimento. Taunay pretendia contar o episódio em suas memórias que permaneceram incompletas, mas atribuiria à precipitação de “ambas as partes”. Contudo, reconhecia que sua entrada no Senado fora acolhida por aquele “eminente brasileiro” de maneira “digna e correta”, e por isso, prestava a sua memória senão “sinceras homenagens de respeito e gratidão” (TAUNAY, 2005, p. 571). Em jantar oferecido à nomeação de Taunay, Cotegipe saudara o novo senador, ressaltando sua pouca idade, esperando que seus “entusiasmos juvenis” não o aborrecessem. “Farei o possível para que tal não suceda”, retrucara Taunay. Mas o passo saiu diferente do que se esperava:

Infelizmente era ele quem tinha razão. Aborreci-o depois bastante; mas pretendeu levar-me à valentona, mais como um rapazote que fizera jus a severa reprimenda por exaltadas teses e perigosas utopias, do que como colega do Senado vitalício e com iguais regalias de tribuna (TAUNAY, 2005, p. 578).

Em “Meu Liberalismo”, o diálogo aparece mais áspero, talvez em versão menos burilada e quiçá mais próximo da conversa real. Nessa versão, Cotegipe disse-lhe: “Você, Taunay, há de dar-me desgostos no Senado”. Ao que concluiu que de fato, os deu, mas “nunca me arrependi” (TAUNAY, Alfredo, 1923, p. 155). Cotegipe considerava que a

Sociedade Central da Imigração criava dificuldades políticas e orçamentárias obrigando o governo a socorrer as colônias:

[O SR. BARÃO DE COTEGIPE (presidente do conselho)] pareceria, a quem ouvisse o discurso do nobre senador [Escragnolle Taunay mas que está ausente da sessão], que este serviço [cuidado para recepção de colonos estrangeiros] entre nós tem sido absolutamente descurado. E' o contrário. Temos cometido grandes erros, mas nenhum ministério tem deixado de curar da imigração, e eu podia dizer que S. Ex. [Silveira Martins] ainda não era nascido e já os ministérios tratavam da imigração. Recordarei que, em 1856...

O SR. SILVEIRA MARTINS: – Aí já ele era nascido; desde 1824 temos colônias no Brasil.

O SR. BARÃO DE COTEGIPE (presidente do conselho): – ...não falando nas colônias tentadas pelo governo português, o ministério pediu às Câmaras um crédito na importância de seis mil contos para o estabelecimento de colonos e para adjutório da imigração. Veja V. Ex. de que data vem os nossos cuidados para esta matéria. Daí por diante, pode o nobre senador abrir todos os relatórios e verá que, si temos lançado ao mar somas muito avultadas, não nos temos descuidado do assumpto.

O que eu desejo também saber, e o nobre senador me poderia esclarecer, é o proveito que ele [Senador Escragnolle Taunay] tem colhido da Sociedade Central de Imigração, quais os recursos de que dispõe, para sua propaganda. Não me consta que ela tenha produzido algumas das vantagens que o nobre senador apregoou, e direi mesmo que tem antes trazido alguns embaraços ao governo, porque constituiu-se de alguma forma advogada de quanta reclamação ha de

colonos, seja ela boa ou má. Além dos cônsules, dos ministros, etc., que sempre estão ocupando o governo com queixas, na maior parte dos casos, sem fundamento, temos mais esta Sociedade.

E por isso, em vez de vantagens, que devemos colher desta discussão, colhemos descredito. Não tratemos a matéria com paixão, nem como objeto de propaganda; não precisamos dela nesse terreno; os propagandistas sempre se excedem, exageram; e o assunto merece ser tratado com muito cuidado, porque influi sobre nossas finanças e o progresso nacional (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887a, p. 3).

Na ausência de Taunay, o Senador liberal Silveira Martins é quem defende a política de recepção imigratória diante do conservador Barão de Cotegipe. Este aprofunda o argumento dizendo que é preciso cuidado ao reunir elementos de uma mesma nacionalidade em um mesmo lugar do país, pois isso poderia subverter os elementos de ligação local com a nacionalidade, ainda mais que colônias europeias estavam sendo fundadas em diversas partes do globo.

A imigração na América do Sul, especialmente nos países latinos, poderia “causar grande alteração no caráter e na segurança dessas nacionalidades” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887a, p. 4). Era através do argumento da cultura e a continuidade da tradição luso-brasileira que “os emperrados” discursivamente disputavam a condução do partido e desacreditavam da imigração estrangeira.

No ano anterior, em 1886, o estreante Senador já defendera que a colonização se punha de modo distinto considerando o contexto europeu e o ambiente americano. Enquanto,

no ambiente cêntrico, colonizar significava a organização de colônias administrativas imperialistas, no contexto periférico, de nações livres, significava a oportunidade para o desenvolvimento agrícola, e por extensão, do enfraquecimento do poder dos proprietários de terra. Como afirmou em plenário:

Neste assunto temos Le Roy Beaulieu⁸⁴, que é notável porque trata com muita individuação e desenvolvimento destas questões que devem ser a preocupação de todo o bom brasileiro; mas Le Roy Beaulieu considera o assunto debaixo do ponto de vista mais europeu – prega principalmente a colonização, a organização de estabelecimentos franceses em vários pontos do globo, mas conservando sempre estes todas as ligações políticas. A imigração, senhores, mantém e robustece as ligações comerciais, mas corta e aniquila as políticas. Eis o seu primeiro resultado. O problema é um para o pensador europeu; outro para o americano (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1886, p. 102).

Taunay teria que regularmente defender seus pontos de vista, diante do líder de seu partido. O auge da crise se deu nas sessões de 4 e 5 de junho de 1887, Taunay passou a defender a Sociedade Central de Imigração dizendo:

[A Sociedade Central de Imigração] tem lutado com muitas dificuldades, suscitado muita malquerença, mas está firme em seu posto e decidida a perseverar. Mas é contra semelhante Associação que o nobre Presidente do Conselho [Barão de Cotegipe] se pronuncia com tamanha acrimônia, verdade é que ligando-a por laços estreitos aos ministérios e cônsules estrangeiros das nações amigas e aliadas?! Só na questão de contratos de locação de serviços, os resultados de propaganda da Sociedade Central de Imigração têm sido admiráveis. E o que é mais admirável do que proteger o pobre contra o rico, o fraco contra o forte? Mereceu ela sempre e sempre os maiores elogios do nosso bom e velho Monarca, cuja ausência tanto deploro. Não havia ocasião em que Sua Majestade, encontrando-se comigo, não me dissesse: – «Sua associação vai prestando muito bons serviços. Continuem, o Sr. e seus companheiros.» Isto porque Sua Majestade lia tudo; talvez fosse o único estadista que lesse neste país. Sua Majestade, dando-nos assinalada prova de sua consideração, foi assistira uma de nossas sessões, e pronunciou palavras, que só elas nos serviram e servem de recompensa. Estou bem certo, que não pouco concorreu para minha escolha para este distinto lugar a consideração que teve aquele ânimo elevado, justiceiro e de inexcedível patriotismo, do quanto tenho feito ou procurado fazer em favor da grande causa da imigração europeia, na qual está contida toda a prosperidade do Império do Brasil. (*Apoiados.*) (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887d, p.33).

Taunay considerava que a posição de Cotegipe não se coaduna com a direção geral que os conservadores querem tomar, além de jogá-lo contra a Coroa. Esse isolamento de Cotegipe, controlando o partido e desautorizando publicamente a Taunay culminaria no “passaporte” para que “deixasse o partido”:

⁸⁴ Na verdade, Paul Leroy-Beaulieu.

Eu recebera passaportes do chefe do partido conservador, ou proclamado como tal em um dos solenes banquetes de 28 de setembro, e esse chefe me indicava a necessidade de quanto antes sair do partido o que tenho honra de pertencer. Mas, senhores, o que pode haver de mais doloroso para um político, do que receber tão formal intimação e ver-se chegado ao momento e contingência de ser repellido pelo homem mais considerado, ou pelo menos tido como tal, da fracção política, a qual ele tem procurado prestar alguns serviços na medida de suas fracas forças? (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887e, p. 43).

Cotegipe e Taunay divergiam quanto ao casamento civil, a imigração e a laicização dos cemitérios, ou seja, todo seu programa era condenado como utópico e infantil (TAUNAY, Alfredo, 1923). Em sua defesa, o jovem senador procurou relembrar que entrara no Senado com programa definido, e sua permanência atendia às vontades dos seus eleitores de Santa Catarina. Além disso, o Senador fazia parte de uma linha conservadora reformista, apoiada pelo monarca, enquanto Cotegipe não defendia o “conservatorismo”; mas sim “o imobilismo” ao excluir de sua atenção qualquer questão que pudesse trazer dissabor (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887b, p. 32).

Oficialmente Taunay rompia com este Cotegipe, que parecia esquecer da proposição reformista da Fala do Trono de 1886 e de seus pontos que, naquele momento, eram “a aspiração nacional” e as reformas sociais já não poderiam “ser adiadas” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887c, p. 48).

A defesa de seu lugar entre os conservadores foi considerada rápida e enérgica pelos outros senadores. Segundo o Almirante De Lamare, a fala de Taunay o salvara da mais completa desmoralização (TAUNAY, 2005). Isolado de Cotegipe em seu partido, Escragnoille Taunay permaneceria conservador, mas resignado a lutar com seu correligionário célebre. Ele continuaria propondo reformas e, por isso, em viagem na barca de Petrópolis seria convidado pelo próprio Ouro Preto a integrar o novo Gabinete que organizava. Por fidelidade partidária, Taunay recusaria. Permaneceria conservador, como sempre fora desde a mocidade (TAUNAY, Alfredo, 1923).

3.7.2 O apóstolo

Desde 1883, quando começavam os trabalhos da Sociedade Central da Imigração que o periódico ultramontano passou a fazer oposição a Taunay, primeiro porque a imigração poderia acabar com “a fé do povo e a tradição de união nacional”⁸⁵. Como representante dos

⁸⁵ O apóstolo, n. 137, edição de 2 de dezembro de 1883, p. 2. Coleção disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

ultramontanos, o periódico chegava a admitir a entrada de chineses, desde que católicos. Segundo o jornal, a fundação de colônias por monges trapistas próximos a Pequim tinha mostrado bons resultados com a população local, “indígena”⁸⁶. O problema era que o programa de Taunay tinha como fundamento a secularização, com a qual não podiam concordar. “Haja a nacionalização (como quer o Sr. Taunay) de tudo que é ruim” e vem da Europa, exclamava o periódico⁸⁷:

Na falta da imigração não estão as causas do nosso descalabro, ou decadência moral em que jazemos; busque noutros pontos o Sr. Taunay as causas dessa decadência, na ausência de caráter enérgico dos nossos homens políticos, no desprezo da educação popular e na falta da instrução prática [...] porque homens sem convicções e desconhecedores das nossas circunstâncias, necessidades e costumes pretendem com teorias remediar tudo, e como macacos imitar o que fazem as nações maçonizadas [...]

Os colonos vêm para o Brasil não para casar-se civilmente, mas para ganhar dinheiro. Ignorará isso o Sr. Taunay?⁸⁸ (O APÓSTOLO, 1885, p. 2)

O casamento civil era a grande batalha do periódico.⁸⁹ Através do combate à instituição o periódico fazia crer que conhecia o grande plano do parlamentar que se resumia a destruir a religião católica⁹⁰.

No Senado, Taunay respondeu às críticas. De 1883 a 1889, o periódico continuaria seu campo de batalha. Em uma das sessões de 1887, o senador defendeu-se, dizendo que sofria a oposição do jornal, mas granjeava apoio popular. De todas as províncias chegavam-lhe cartas, denunciando os abusos das autoridades eclesiásticas municipais, exigindo somas consideráveis para casamento de gente não abastada. “o Apóstolo que clame por esse lado” diz Taunay, “eu clamarei por outro. Eu bradarei – ele que berre – e afinal o país que julgue quem tem razão. Mas clamar em favor de quê? Da retrogradação deste país?” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887g, p. 13). Para o senador, o interesse da igreja reduzia-se somente ao interesse pecuniário (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887f, p. 341).

3.7.3 Os chineses

⁸⁶ O apóstolo, edição de 11 de setembro de 1889, p. 2.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ O apóstolo, n. 19, edição de 20 de fevereiro de 1885, p. 2.

⁸⁹ Ver as edições n. 21 e n. 25 de 8 de março de 1885, p. 3.

⁹⁰ O apóstolo, n. 27, 11 de março de 1885, p. 1.

É bem conhecida a reserva à imigração de chineses em fins do século XIX, quase sempre lido a partir de uma ótica do embranquecimento do país e rejeição a todo elemento não europeu (LIMA, 2013). A historiografia procura sublinhar principalmente o caráter racista da política imigratória de então (HALL, 1976), e que mesmo à época não era consensual, visto a discreta ironia de Machado de Assis criticando a política de nacionalização quase imediata dos estrangeiros residentes ao cabo de dois anos:

Mas o projeto traz outras coisas que bolem comigo, e até uma que bole com o próprio autor. Este faz propaganda contra os chins; mas, não havendo meio legal de impedir que eles entrem no Império, aqui temos nós os chins, em vez de instrumentos de trabalho, constituídos em milhares de cidadãos brasileiros, no fim de dois anos, ou até de um. Excluí-los da lei é impossível. Aí fica uma consequência desagradável para o meu ilustre amigo (ASSIS, 1994c, p. 80).

Em discurso em uma das primeiras reuniões da Sociedade Central de Imigração, Taunay descreveria a população de chineses (ou chins, como diziam) como uma raça cujo ódio à raça branca era inata. Uma vez aquela “população amesquinhada” entrasse em contato com o escravo brasileiro, de “uma docilidade enternecedora”, poderia surgir distúrbios, pois os escravos poderiam se contaminar com o espírito de vingança, típico do elemento chinês. Fisicamente, para Taunay, os chineses tinham a constituição “corrupta e débil” o que revertia pouco em termos produtivos, como se observava com os *coolies* na Califórnia⁹¹.

Ainda que os termos pareçam completamente superados⁹², a palestra de Taunay é reveladora por demonstrar que a distância cultural entre brasileiros e chineses que aportariam em grande contingente, era considerada como elemento de instabilidade e fonte de possíveis revoltas, em um ambiente no qual o trabalho livre começava a ganhar espaço.

O segundo ponto residia no risco de ler-se a experiência de introdução do trabalhador chinês no Império em fins do século XIX de maneira isolada das experiências de outros países. Assim, as políticas restritivas e discriminatórias eram também comuns em países como Peru, Cuba (NARVAEZ, 2010) e Estados Unidos (XIANG, 2004). Ainda que os termos sejam duros, eles não representavam alguma novidade para o que se observava nas restrições legais que aqueles países impunham. De modo geral, o tráfico de chineses (*coolies*) se consolidaria a partir das Guerras do ópio, especialmente depois da segunda, na década de 1860 (YUN, 2008). Nos EUA, em 1862, fora votada no Congresso a lei “anti-coolie act” e em 1882, chineses estavam proibidos de se naturalizarem. Havia líderes trabalhistas norte-

⁹¹ *A Imigração* n. 1, 2, 3 e 4 - reimpressos, dezembro de 1883 a agosto de 1884.

⁹² e até mesmo indefensáveis para gerações pós-Auschwitz.

americanos que se opunham à introdução do trabalho chinês, acreditando que fragilizava a situação dos salários (KEARNEY, 1878). Este argumento seria repetido para o caso brasileiro Taunay no Senado (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888d, p. 243). Os distúrbios a que se seguiram na Califórnia pareciam confirmar os argumentos discriminatórios difundidos pela cultura imperialista. Taunay exporia seu pensamento de que a introdução dos chineses representaria a um só tempo o enfraquecimento dos salários e a sobrevida do tráfico humano:

O SR. ESCRAGNOLLE TAUNAY: – Que imigrantes! Todos sabem que o trabalhador chinês não tem liberdade de dirigir-se para onde queira, nem sabe até se existem outros países. Na miséria aniquiladora, profunda, em que jazem milhões e milhões de criaturas, naquela aglomeração enorme de população em país em que não há quase mais lugar para se viver, estes entes entregam-se como carneiros aos especuladores, deixam-se encaminhar por aqueles que movidos pela ganância os arrebancam, afim de tirarem da mercadoria humana o maior proveito (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888c, p. 51-52).

Para Taunay, a introdução de chineses atendia a interesses escusos de capitalistas que criaram um Banco da Imigração, desvirtuando o sentido do projeto original⁹³, e fazendeiros que buscavam traficar asiáticos, sistematizados “na miséria” para fragilizar o trabalho nacional com “dificuldades invencíveis” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888d, p. 243).

3.7.4 Antonio Prado e Joaquim Nabuco

Em 1887, Taunay teria muitos embates com Antonio da Silva Prado, Senador pela Província de São Paulo⁹⁴. Tanto quanto o Senador carioca, Prado defendia a imigração, porém em perspectivas diferentes. Para Taunay as preocupações de Prado não ultrapassam os limites de São Paulo, sem preocupar-se com uma introdução mais geral da imigração que para ele, Taunay, era o meio “científico” de acabar com a escravidão:

Falo com muita serenidade nisto, porque, reconhecendo a necessidade urgente de acabarmos com a escravidão, nunca me deixei levar pelos arrastamentos do

⁹³ “Requeiro se peçam ao governo informações sobre o pensamento que preside a formação do banco chamado imprópriamente de *Imigração*, e si este termo compreende os trabalhadores chineses em relação aos favores que o governo deve dar aos europeus.» «S. R. – 30 de outubro de 1888. – *Escragnolle Taunay* (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888e, p. 388).

⁹⁴ Especialmente nota-se na Sessão de 11 de agosto de 1887. (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887h).

aboliconismo. São exageradíssimas e sem base as acusações que me fazem de que antes de tudo sou um homem avido de popularidade.

Si assim fosse, eu, há muitos anos, me teria lançado de corpo e alma no aboliconismo, que é assumpto incandescente, pois toca o sentimento. O que sempre proclamei foi que a abolição era cousa indispensável, mas que o modo científico de a fazermos, era pela imigração, Hoje, porém, que observo o emperramento dos nossos estadistas busco sacudi-los, dizendo bem alto: acabe-se quanto antes com isso, é uma imundície, está nos atrasando, está perturbando a nossa vitalidade intelectual e moral. Varra-se, pois, esse gravíssimo mal do nosso país, que contra nós previne tanto o espírito do europeu.

Mas pergunto, S. Paulo tinha e tem ou não muitos escravos? Mas tem sabido ou não fazer imigração? Eis porque encara com sobranceria e legitimo desprezo a solução do problema. Ceará há quantos anos está de todo livre daquela mancha? E soube iniciar, sequer, imigração? Hoje, porém, por honra do Brasil devemos levar; no mais curto prazo possível a abolição. Que seja no fim do decênio cadente.

O ilustre Sr. Conselheiro Antônio Prado felizmente já saiu da junta do recavém. Pelo exemplo proclamou que a emancipação geral deve fazer-se no dia 25 de dezembro de 1889. Perfeitamente. Também o clero mexe-se neste belo sentido. Depois digam que não elogio os padres. (*Riso.*) (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887h, p. 182).

Se Antonio Prado podia fazer a abolição em suas propriedades, e forçar a abolição na sua província, o que era certamente louvável, no entanto, a atração de população imigrante, sobretudo italiana, se dava às garantias e dinheiro que a província tinha. Ao lado disso, a imigração visava mais atender aos interesses dos cafeicultores locais. Como esclareceu Taunay, em imigração, suas posições eram opostas: “Infelizmente, lamentou Alfredo Taunay no plenário, “nas questões de imigração, eu me acho e tenho me achado em completo desacordo com meu nobre amigo Sr. Antonio Prado, que aliás manifesta em outros assumptos ideias tão largas e belas” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887h, p. 176). O dinheiro da cafeicultura atrairia mais imigrantes do que para qualquer outra província.

Por esse ano, percebe-se em Taunay o início do uso de um vocabulário mais spenceriano, cientificista, que não aparecera anteriormente. É assim que convoca Cotegipe a integrar a luta contra a Argentina através da disputa pela imigração que traria “o progresso” e acabaria com as tentativas de hegemonia regional do daquele país sul-americano: “[...] se ela [a República Argentina] já se julga com forças para enfrentar conosco, é porque anualmente recebe o grande influxo de robustíssimo auxílio moral e material que sabe ir logo assimilando ao seu organismo” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1887h, p. 175).

Do mesmo modo que se afastara de Antonio Prado, é possível sugerir que, apesar de pertencerem a mesma geração de 1870, Taunay discordava das proposições de seu amigo, deputado liberal Joaquim Nabuco, sobretudo quanto ao processo de federalização da unidade nacional. O diálogo se deu entre as duas Câmaras.

Nabuco propusera no parlamento de aumentar a autonomia provincial, defendendo um projeto de reforma federativa, sua ideia era descentralizar e criar como que “estados confederados” unidos pelo “laço nacional da monarquia” (NABUCO, 1983, p. 414). Contudo, a centralidade do poder monárquico deveria acabar.

No fundo, o debate não era novo; o projeto de autonomização das províncias existia desde os embates de José de Alencar que via no poder do monarca e a autonomia de seu poder moderador apenas expressão do exercício da coroa *contra* os interesses da sociedade civil, leia-se as elites agrárias⁹⁵. Era o famoso *poder pessoal* do Imperador, argumento combatido por Taunay ainda na década de 1880. Para ele, se de fato houvesse, há muito tempo teria deixado o país de ter a escravidão. O debate ressurgia tendo como pano de fundo o movimento republicano se avolumava, conseguindo atrair jovens militares e intelectuais e os proprietários de terra. Em Nabuco, a federalização concorreria com o republicanismo crescente dos grupos agrários que se assistia desde 1871 com as reformas do Gabinete Rio Branco. Para Taunay a descentralização podia até acontecer, mas correria o risco de derrubar a unidade do país:

Nestas circunstâncias, vejo também perigo e não pequeno, numa ideia que está grassando, tomando vulto, tornando-se capaz de se impor a todo o país, como preocupação política, dando lugar a intermináveis discussões e que parece querer introduzir-se no programa do partido liberal – a ideia da federação das províncias.

E’ outro perigo. Nós não podemos querer desse modo afrouxar os laços que prendem as diversas circunscrições territoriais, em que se divide o Brasil, tão irregulares em sua constituição, umas imensas e ricas, outras pequenas e paupérrimas.

Assim caminharemos para a destruição da unidade, o que constitui o mais belo legado que nos fez a nação portuguesa, e perturbaremos esse acordo de vistas e de sentimentos que predominam desde o Amazonas até aos confins do Rio Grande do Sul.

Si formos enfraquecendo o liame que prende nossas vinte províncias com o desenvolvimento que tomarão umas, com a estagnação de outras, e mesmo com a inevitável decadência de algumas, chegaremos ao ponto em que qualquer estremeção, qualquer sacudidela brusca e inesperada possa dar afinal em resultado o esfacelamento desta grande Nação.

Descentralizem, quanto quiserem, mas não ataquem de frente a ideia unitária, a vantagem, a necessidade de vivermos todos no Brasil uma mesma vida comum (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888b, p. 126).

A federalização levaria ao seccionismo, além de aprofundar as desigualdades regionais entre as províncias. Algumas se tornariam verdadeiramente miseráveis, enquanto São Paulo permaneceria com sua pujante economia. Tal situação só agravaria a assimetria na relação entre as partes constituintes do país caso se mantivessem unidas.

⁹⁵ Alencar argumentara através das *Cartas de Erasmo*, na década de 1860. Ver o debate em torno do poder moderador (LYNCH, 2007).

No Senado, naquele mesmo maio de 1888, Cotegipe lera um panfleto anônimo republicano⁹⁶ e Taunay refutaria o manifesto dos proprietários de Leopoldina (Minas Gerais) que após a emancipação do elemento servil, exigem “a emancipação do cidadão”, ou seja, a liberdade dos proprietários sem a Coroa. Taunay argumentaria que fora a escravidão quem travara o desenvolvimento nacional, em seus termos, ela quem criara “o entorpecimento de toda a nacionalidade”; o problema não era de regime – como fazia crer o movimento republicano recente - após a lei áurea. Era a adequação entre as necessidades do tempo e as “instituições práticas, democráticas”. Era o par entre instituições, ideias que propusessem “ordem e progresso” e a concorrência de imigrantes que permitiria o crescimento, tal qual explicavam o desenvolvimento norte-americano (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888b, p. 125).

3.7.5 Da Monarquia à República

Taunay não imaginava a passagem da Monarquia à República como se deu. A 21 de outubro de 1888, nove meses antes de ser feito Visconde pelo Imperador⁹⁷, em sessão comemorativa ao 50º aniversário do IHGB, Taunay discursaria, posto que orador oficial, passando em revista as grandes questões políticas que aquele ano de abolição da escravatura trouxera consigo. Foi um momento de enebriamento geral, sem derramamento de sangue, o país parecia dar – ao contrário da Guerra de Secessão norte-americana - um exemplo de “ordem, paz e dignidade” (TAUNAY, 1888, p. 07). Neste discurso, Taunay considerava que os avanços de seu tempo seguiam à ordem da Inteligência Universal, o Espírito imenso, ou como dizia com seu amigo André Rebouças o Cosmos moral, impulsionava o homem e a

⁹⁶ “[...] é um passado de volta ao abismo de onde caiu; é uma idade que acaba de uma era nova que começa; de todos os pontos de nossas fronteiras, do norte e do sul, os ventos nos trazem as ideias vivificadoras da nossa reabilitação; a liberdade religiosa; a regularização da legislação em todos os seus ramos; a difusão de ensino; a universidade do voto; a desenfusão da propriedade; a federação dos Estados-Unidos Brasileiros... (*Estrepitosos aplausos prolongados*). (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888b, p. 37).

«Tudo isto precisamos, e o faremos, apesar da Coroa e contra Coroa, se ela se opuser, porque já nos devemos convencer de que não é possível amalgamar a liberdade com o absolutismo: são duas cousas que se excluem. (*Aplausos prolongados*).» «Tudo isto era impossível antes da abolição, e hoje torna-se inevitável” (ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO, 1888a, p. 37).

⁹⁷ Pedro II, Imperador do Brasil. Carta imperial concedendo o título de visconde de Taunay com honras de grandeza, ao senador Alfredo Maria Adriano d' Escraganolle Taunay, [Visconde de Taunay]. Rio de Janeiro, 06/07/1889 (Acervo do Museu Imperial de Petrópolis).

sociedade para sua perfectibilidade (TAUNAY, 2005). Assim, no futuro ainda que longínquo, poderia nascer a República da Monarquia:

Talvez até um dia – permita a sorte bem longe dos tempos de agora – algum descendente de Pedro II, inspirado nos sentimentos de honestidade e alteraria da sua egrégia origem e estirpe, não se lhe dará de descer os graus do solo imperial para subir essa mulher simbólica, que tanto fanatiza os paladinos de um ideal, não raramente enganoso e mistificador!

Ainda aí, os republicanos do futuro não de sentir a obsessão da monarquia, como que ponta de remordimento a pungir-lhes o seio por a terem tanto combatido e tamanhas injustiças lhe irrogado. Nessa mulher fascinadora que exaltaram, verão, como que em graciosa aparição, a fisionomia meiga e bondosa daquela que redimiu os desgraçados escravos e ao seu lado se erguerá, sombra e gigante, o vulto solene e calmo do Senhor D. Pedro II, o grande patriota! (TAUNAY, 1888, p. 09-10).

Esta *Res publica* seria o coroamento dos esforços desse Rei Patriota, como imaginara Bolingbroke (LYNCH, 2007), livrando o país do faccionismo, aperfeiçoando seu desenvolvimento, enfim, cumprindo a Monarquia seu destino enquanto Regime: permitir a passagem de uma sociedade em um estágio mais acanhado de desenvolvimento para um momento de mais amplo de participação política e social.

Entrementes, o golpe aconteceria em 1889. Com André Rebouças, naquele dia de 15 de novembro mesmo, no palácio Isabel⁹⁸ pensa em organizar a reação (CARVALHO, 2007). Armado⁹⁹, o agora Visconde de Taunay ainda acorre ao Paço. Descendo de Petrópolis, chegando à tarde, D. Pedro II informara que não resistiria, preferia o exílio¹⁰⁰.

A 17 de novembro seria a última vez que D. Pedro II e Taunay se veriam, amargurado, o Senador encerraria sua carreira política e, a partir de então, o Visconde de Taunay tomaria a escrita como seu exílio político e seu consolo.

⁹⁸ Atual Palácio Guanabara, porém, bastante modificado.

⁹⁹ “Ja eu armado com revólver e umas 20 balas, também o Góes e éramos os únicos dos poucos que se reuniram no Paço da Cidade, donde saí com o Góes às 10 horas da noite, mais ou menos. O aspecto da Cidade era lúgubre [...]” (TAUNAY, 1933a, p. 110).

¹⁰⁰ O próprio Imperador era simpático a Regimes republicanos, considerando a Monarquia um instrumento de passagem ou “uma fase de preparação” (CARVALHO, 2007, p. 209).

4 UM VISCONDE NA REPÚBLICA (1889 - 1899) E DEPOIS

4.1 Ao correr da pena

Com o novo governo de Deodoro, Taunay retomava a escrita como plataforma de ação pública e participação política. Deodoro tentou por intermédio de seu irmão, o general João Severiano da Fonseca, oferecer o retorno do Visconde de Taunay ao Senado, o que lhe parecia um contrassenso, como revela seu filho, o historiador Affonso de Taunay (TAUNAY, Alfredo, 1923).

Pela imprensa, Visconde de Taunay ficou sabendo que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornaria Deodoro seu presidente honorário. Decidiu então se desligar da instituição, lamentando seu desejo de abandonar o papel de “retraimento e modéstia”. Para o Visconde, os trabalhos que lhe cabiam, enquanto lugar de pesquisa, seriam abandonados para abraçar “os triunfadores e poderosos do dia”. Resoluto, decidiu levar ao IHGB algumas obras que recebera, e que deveriam fazer parte do acervo do Instituto, e muito significativamente concluiu: “Nada mais tenho daquele Instituto a que pertenci de 1869 a 1891, isto é, 22 anos e ao qual prestei alguns serviços com toda a boa vontade [...] Quanto a mim, declaro: Desta data em diante não faço mais parte desse Instituto – 22 de abril de 1891” (TAUNAY, 1933a, p. 127-131).

Apesar disso, Taunay confiaria o depósito de seu livro de Memórias a ser aberto somente em 1943, em concordância e conveniência de seus herdeiros. Por não querer revelar a distância e o choque com o Conde D’Eu – que não compreendia a adesão de Taunay ao partido Conservador e não o Liberal, ao fazer a transposição direta dessa terminologia política europeia sem entender sua adequação ao contexto periférico brasileiro. O estranhamento entre ambos não diminuía aos olhos de Taunay a maestria do militar, consorte da herdeira do Trono.

Após o golpe de 1889, assinaria apenas como Visconde de Taunay, como uma insubmissão silenciosa¹⁰¹. De seu vocabulário sumiriam as referências a “ordem e progresso”, deixando de lado o aspecto que parecia sedutor daquele vocabulário que se consolidava com a República. Tornando sua escrita deliberadamente exclamativa e severa, passaria a defender a monarquia e o legado do Imperador pela imprensa de onde dardejavam seus artigos:

¹⁰¹ Ver **Anexo D**.

Um dos próceres da república deu já o grito de alarma: urge conter o sebastianismo! O povo não está contente, não se desfez em vivas, não aclama os grandes vultos da situação, não se expande feliz e alegre.

A mocidade das escolas mostra-se triste e desconsolada ante a ruína das suas ilusões, dos seus melhores ideais.

Todos se sentem presa de dolorosas apreensões e incertezas, muito embora as carruagens de luxo e os cavalos puro sangue dos poucos felizes, se é que assim se julguem ainda [...] tudo não passa de obra sebastianista, efeito de surda conspiração! A verdade é totalmente outra.

A verdade é que todos, desde o Sr. Marechal Deodoro, até o mais estouvado dos rapazes, exército, armada, republicanos sinceros, gente indiferente ou amiga das mudanças e novidades, todos passaram e estão passando pelas mais cruéis decepções. [...]

Pois, senhores, era isto a República? (TAUNAY, 1932, p. 50-53)

O ministro Henrique Pereira de Lucena (antigo Barão de Lucena) ameaçou-o com a deportação, Taunay não diminuiria a virulência de suas críticas; aliás, tentaria provar que o grande problema do país era recuperar a credibilidade internacional e, com isso, a estabilidade financeira e reunir o país politicamente naquela década de 1890:

Podereis (tudo podeis!) é certo, deportar, prender, fuzilar até e assassinar os raros que se mostram fiéis a monarquia e voltam saudosos olhos para esse longo período de segurança, honestidade, incessante labor e altivo melindre [...]

Aliás, bem sabeis, com esses crimes não levantaréis o câmbio de um penny [...]

A vossa luta não é com o sebastianismo; tem sido com a lógica. Tomai tento!

10 de agosto de 1891 (TAUNAY, 1932, p. 50-53).

A resposta mais incisiva do Visconde de Taunay foi a publicação do documento “Fé de ofício do Imperador do Brasil”, que o Imperador escrevera em abril de 1891 mostrando o que considerava ser “a declaração de meus sentimentos e do que fiz pelo Brasil”¹⁰². Remetido ao amigo no Brasil, o monarca saberia da sua publicação na imprensa e, em seguida, ainda no mesmo ano; recebera de Taunay a impressão em volume. No *Jornal do Commercio* de 28 de maio de 1891, Taunay apresentou ao público o texto como o testamento político do Imperador (CALMON, 1975, p.1840).

Taunay passou a refletir sobre os fatores para o aparecimento da República. Ele faz publicar o opúsculo “Algumas verdades” (1891), no qual tenta entender as convergências de fatores que permitiram a derrubada da monarquia, a partir das reflexões que lhe são sugeridas do Agradecimento aos pernambucanos de Joaquim Nabuco (NABUCO, 1891). Dedicado aos estudiosos do futuro, no opúsculo, Taunay sugeria sua interpretação expandindo o argumento de Nabuco, para quem a República no país nascera da convergência de interesses entre o

¹⁰² Taunay trabalhara sensivelmente no texto, ver: Calmon (1975, p. 1840-1845) e Pedro II, Imperador do Brasil. Diários. (no prelo)

escravismo e o pretorianismo, ou seja, os proprietários de terra e os militares. Para Taunay, havia um jogo de desejo e vingança contra a monarquia e o término da escravidão em 1888:

Os três elementos que concorreram para o resultado inesperado de 15 de novembro foram o *desgosto*, o *desejo de vingança* e a *habilidade*: *desgosto* da classe militar ou antes da força da terra, *desejo de vingança* do fazendeirismo e a *habilidade* de alguns republicanos históricos (TAUNAY, 1933b, p. 22).

Ao lado disso, ao contrário dos países hispano-americanos marcados por “lutas fratricidas”, Taunay considerara o caráter acovardado, bonachão e resignado (TAUNAY, 1933b, p. 18) do brasileiro como um fator que permitiu que todos se comportassem muito mal diante da instauração do novo Regime; todos, parlamento, Senado, clero... Nenhum brado ou manifesto, como revela: “Pior, porém, que ninguém, o Senado; e desde 15 de novembro, carrego, como bem pesada cruz, a parte de vergonha que me toca” (TAUNAY, 1933b, p. 35).

O novo regime era uma República e como tal, suscetível a instabilidades. Para Taunay, o caráter instável era condição das republicanas sul-americanas. Em geral, nascidas do crescente interesse particular, animadas discursivamente “pelos mais altos valores republicanos”, mas, na verdade, as divisões internas faziam com que os grupos e atores políticos lutassem até que se instaurasse a destruição. Era desse modo que entendia a instabilidade política que vira instalar à época de Balmaceda no Chile, encerrando a estabilidade que acreditava ter vivido aquele país por mais de quarenta anos, e fora um exemplo de organização administrativa (TAUNAY, 1933b, p. 17).

Com a República, o Brasil já não se distinguia das demais repúblicas sul-americanas:

somos simplesmente tão boa república sul-americana como qualquer outra; temos *pronunciamentos*, contínuas deposições, mortandades a valer, bombardeios de navios, lutas fratricidas, enfim todo o cortejo próprio das nações felicitadas pelas constituições organizadas e interpretadas pelos democratas de nosso continente.

Constituições magníficas, pactos fundamentais cheios de rutilantes promessas, mas daí à prática vai um mundo; tudo é letra morta... [...] Onde está já a mal-aventurada constituição de 24 de fevereiro de 1891? [...]

Ao povo pouco se lhe deu. Preferiu continuar bestializado conforme se mostrou na frase de Aristides Lobo, por ocasião do levante de 15 de novembro de 1889 [...] que derrubou as organizações monárquicas, interrompeu a marcha ascensional do Brasil e o fez retrogradar cem anos na senda do progresso e da ordem, apesar de todas as afirmações da bandeira pseudocientífica da faixa e bola, casando as disparatadas cores verde, amarela e azul.

O pavilhão imperial não era, de certo, harmonioso... se ao menos tivessem os republicanos aproveitado o ensejo para nos dar bandeira mais bem organizada? Qual! Agravaram o feio (TAUNAY, 2005, p.221-222).

A excepcionalidade do caso brasileiro, que para Taunay era exemplo no mundo, acabara. Uma monarquia estável cujo projeto era realizar reformas para alcançar o patamar

das mais adiantas nações de seu tempo, ou seja, superar os dilemas da periferia e aproximar-se dos países mais adiantados ou cêntricos estava perdido.

Por essa época, o Visconde correspondia-se ativamente com o monarca no exílio, que sempre agradecia a fiel correspondência e amizade¹⁰³ e com André Rebouças (TAUNAY, Alfredo, 1923, p. 141-152). Taunay enviou o texto ainda no *Jornal do Commercio*, e D. Pedro II gostou do opúsculo “Algumas verdades”. Nele, o retrato do monarca austero, controlando o choque dos oponentes políticos, sua enorme paciência com os insatisfeitos, dispensando confidentes, mantendo-se dentro de suas atribuições constitucionais, parecia-lhe fazer justiça¹⁰⁴. Contudo, o ano de 1891 ainda reservaria o falecimento do Imperador, que parecia o fim das esperanças para o Visconde de Taunay. Em seu diário, anotara seu estado de desânimo e tristeza:

Continuo no meu retraimento de Petrópolis nesta época de terror ainda que branco. Pode, porém, com pouco, tornar-se rubro e sanguinolento. Que fazer hoje? Que rumo tomar? Que direção seguir? Eis a grande dúvida. O meu entusiasmo pela restauração enterrou-se com o Imperador (TAUNAY, 1933a, p. 183-184).

O exílio forçado da tribuna e da vida pública fez com que ele passasse a dedicar-se a escrever por horas a fio seu livro de memórias e suas reminiscências políticas.¹⁰⁵ Com estas e através dos perfis biográficos, Taunay tentava a um só tempo combater o *ostracismo* que os republicanos impunham ao Segundo Reinado e fornecer direções à República. Era preciso organizar a república dos “decretos ditatoriais” (TAUNAY, Afonso, 1923, p. 165). Nessa época se dera a Primeira Conferência Pan-Americana (1889-1890), na qual se aventara a possibilidade de maior aproximação entre as Repúblicas americanas, incluindo os Estados Unidos. No entanto, os encontros em Washington não conseguiram avançar muito:

Apesar dos cinco meses de conversações, a conferência pôde reivindicar a seu favor poucas realizações palpáveis. Não consegui concluir um tratado de arbitramento obrigatório das disputas interamericanas e tampouco consegui estabelecer um banco interamericano e uma moeda de prata como moeda comum, ou ainda uma união alfandegária interamericana (uma Zollverein americana) [...] (BETHELL, 2015).

Nabuco pensara em uma Liga de homens liberais de fato para, quem sabe, tentar minorar a força do ciclo de instabilidade (NABUCO, 1949). Certamente, Taunay estava descrente quanto a essa possibilidade de aproximação seja de homens ou países. Unir países

¹⁰³ Pedro II, Imperador do Brasil. Diários. (no prelo)

¹⁰⁴ Pedro II, Imperador do Brasil. Diários. (no prelo)

¹⁰⁵ Em 1892, A Gazeta de Petrópolis passa a publicar o “folhetim” viagens d’outrora; viagens “que encerram o que há de grande e admirável na nossa pátria”. Gazeta de Petrópolis, n. 56, 8 de out. de 1892. Disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

instáveis não significaria que surgiria como dessa união meios para essas nações passarem a ter regimes estáveis.

Nesse ponto, o exemplo de D. Pedro II como força de organização do sistema político era modelo; e as virtudes dos homens públicos que conheceu e, inclusive, suas histórias pessoais poderiam ser tomadas como exemplares. Era uma espécie de *conservadorismo progressista ideológico*. Uma vez derrotada a Monarquia, o projeto de centralização política, promoção de reformas e estabilização do sistema político que no vocabulário de Taunay expresso pela *virtude* deveria sobreviver, pois ele poderia apontar para caminhos novos. Contudo, era necessário à República, superar seu ciclo de favorecimentos, enriquecimentos e pouca atenção aos problemas reais coletivos.

A industrialização carioca em fins do século XIX (LEVY, 1994) atraía gente de toda parte das províncias, tornadas estados, sem que o regime soubesse ou planejasse qualquer ação. Era preciso superar a “anarquia mental” que se abateu sobre o regime e oferecer direções. Taunay percebe que as convulsões sociais e as *grèves* (ou paredes como diziam) desconhecidas no Segundo Reinado passaram a fazer parte da vida da capital (TAUNAY, 1933b). Taunay parecia considerar as transformações econômicas que observa como desdobramentos do caráter político predominante que se instaurara. Tentando entender esse novo ambiente socioeconômico da Capital, Taunay passou a ler Jean Baptiste Proudhon e o economista Paul Leroy-Beaulieu (TAUNAY, 1933b). Inspirado em suas leituras, e apoiando-se na necessidade de *virtude* política, passou a condenar o choque entre o luxo ideal “dos opulentos” e o salário ínfimo imposto a esses trabalhadores:

Oh! O salário ínfimo!... Que importa a miséria daqueles que o não podem aceitar? Que importa a desgraça das famílias operárias, dos concidadãos, o pai sem trabalho, a mãe avassalada por tremendos transes, os filhinhos sem pão, sem roupa?... que importa o ódio dos chefes pobres, o desejo de reinvicta, o influxo das más paixões, superexcitadas pelo desespero? Que importam todos os maiores problemas sociais de higiene, de moralidade, de engrandecimento e bem-estar geral da nação [...] (TAUNAY, 1933b, p. 103).

Quando senador, Visconde de Taunay recebera muitos títulos de sócio honorário de agremiações diversas, dentre elas, em 1885 seria tornado sócio do Corpo Coletivo União Operária¹⁰⁶. Sua preocupação com as condições de vida dos grupos populares não era, pois, de todo nova.

¹⁰⁶ Título de membro honorário conferido a Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, [visconde de Taunay]. Rio de Janeiro, 07/09/1886. (Acervo do Museu Imperial de Petrópolis). Sobre a agremiação ver: Batalha (1999).

No entanto, parece que o tema da *ganância* seria o principal foco de sua atenção. Taunay estava atento às transformações em torno de seu círculo social, e as transporia para sua prosa literária. Como revelaria em suas memórias, com o fim do Império, dissipava-se “a límpida atmosfera de honestidade”; o “desinteresse de D. Pedro II” já não referenciava a sociedade. Seu sentido republicano de administração pública se perdera, por isso, “multiplicaram-se os exemplos de concussão e desbarato dos dinheiros públicos que em poucos meses enriqueceram uma nuvem de agiotas e especuladores, que, a todo o transe, queria pôr em leilão este pobre Brasil!” (TAUNAY, 2005, p. 89).

Os temas da ganância, corrupção e especulação foram mais extensivamente desenvolvidos no romance *O Encilhamento* (TAUNAY, 1894). Novamente o Visconde de Taunay recorrera a um pseudônimo, desta vez deixando de lado o Sylvio Dinarte, já completamente descoberto seu autor verdadeiro ainda na década de 1870. O escritor carioca adota então o nome de Heitor Malheiros. Saído primeiro no jornal “Gazeta de Notícias”, o romance procurava retratar o ambiente do Rio de Janeiro quando da política emissionista. Planejada por Rui Barbosa, o plano favoreceu o surgimento de companhias e empresas das mais variadas, mas sem gerar um processo de industrialização, como imaginara o célebre jurista (ABREU, 2014; ALMEIDA, 2016; FURTADO, 1972). Por alusão à corrida de cavalos, a política ganhou o nome de encilhamento, fazendo referência ao confinamento a que são submetidos os equinos até que o tiro vire a senha para a corrida em disparada.

Taunay procura desenvolver o romance em dois eixos: o primeiro são os eventos que demonstram a atmosfera reinante na capital; e de outro a trama propriamente dita na qual o narrador se concentra em torno de Luís de Menezes, um homem aos trinta anos, sem muito interesse pela política, mas que via com interesse as transformações e negociações que assistia nas ruas, na Bolsa, nos encontros de salão e festas. Ele sentia-se atraído por Laura, a esposa do rico Siqueira; uma mulher que procura ser independente e escapar do controle e ciúmes do marido e que, pelo seu caráter e independência, lembra a Virgília, a personagem machadiana (ASSIS, 1994b). Ao longo do romance, Menezes desenvolve um relacionamento com Laura, porém percebe que ama a Alice Dias, prima desta e filha de um importante negociante; e tenta aproximar-se da jovem, o que é rejeitado e censurado por Laura Siqueira. Menezes torna-se obsessivo, e passa a se equilibrar entre seu relacionamento com Laura e seus sentimentos para com Alice. Apesar da trama se concentrar nesse triângulo, em todos os capítulos, as cenas ou começam ou acabam tratando de negociações de ações e empresas.

De certo modo, *O Encilhamento* (1894) quanto à observação da sociedade, parece uma atualização de *Ouro sobre Azul* (1875), no qual Taunay fizera desfilar também os caracteres

mais diversos, em um grande painel pictórico onde o conjunto das relações apresentadas valem mais do que os núcleos (secundários) se vistos isoladamente. São os encontros em ruas e endereços de Laura e Luís que nunca sabe onde tais endereços ficam, o ciúme de Siqueira caracterizado como um homem gordo, sempre às voltas com o turfe e as apostas, metido nas carruagens de luxo; dr. Sodré escorregadio, amigo da situação, fora parlamentar e ministro, ia adaptando-se facilmente às circunstâncias políticas, até tinha críticas à monarquia, no Segundo Reinado, mas se lembrou delas e de “uns artiguinhos de estudante”, e entrou no rol dos republicanos históricos já no novo regime; não tocava no nome de D. Pedro II (TAUNAY, 1971), adequando-se bem à nova situação; ou o Sr. Tremeal, o secretário espanhol de Siqueira, sempre se expressando entre as duas línguas, jurando que era em português. Contudo, os traços da composição de Taunay são mais persuasivos quando, por frases quase frenéticas, tenta capturar *l'air du temps*:

Por sobre todos pairava uma ansiedade opressora, deliquescente, de esperanças e receios, como que fluidos indefinível, elétrico, febril, intenso, que, emergindo do seio da multidão, a envolvia em pesada atmosfera com prenúncios e flutuações de temporal certo, inevitável, mas ainda distante longe, bem longe – a fome do ouro, a sede da riqueza, a sofreguidão do luxo, da posse, do desperdício, da ostentação, do triunfo, tudo isso depressa, muito depressa, de um dia para outro! (TAUNAY, 1971, p. 18).

Era o Encilhamento, espécie de redemoinho que tragava a todos em um abismo insondável que transformava a cultura brasileira e suas práticas, temerárias, cautelosas para o Visconde de Taunay em uma espécie de vertigem para onde submergiam as “forças vivas do Brasil”. Era como um encontro mortífero:

Dir-se-ia um desses faróis imensos, deslumbrantes, de encontro a cujos vidros inquebráveis, convexos, se atiram, nas sombras da noite e nos vaivéns da tempestade, grandes e misteriosas aves do oceano, para logo caírem malferidas, moribundas, ou sem vida e fulminadas sobre as ásperas rochedos, na base das torres agigantadas! (TAUNAY, 1971, p. 19)

Taunay considerava que do governo emanava a ânsia de “tudo derrubar”, concessões sobre concessões, garantias de juros, subvenções, “favores sem-fim, sem conta, sem nexos, sem plano” (TAUNAY, 1971, p. 20) de onde faiscavam as ações na bolsa de valores. Era assim que fervilhava o vozerio, a compra e venda, os acertos do final da esquina da Rua da Alfândega, passando pela rua Primeiro de Março até a sede do Banco do Brasil (atual Centro Cultural). Surgiam empresas, empreendimentos e novos negócios e tudo era para já. A antiga procrastinação brasileira, o “amanhã de todo sempre” (TAUNAY, 1971, p. 21), era substituído pela confiança no futuro (TAUNAY, 1971), sem temer câmbio, desvalorização.

Mesmo a imigração europeia tornara-se mais um negócio a buscar “milhares e milhares de famílias europeias” em todos cantões da Europa a serem jogados em toda espécie de terra devoluta (TAUNAY, 1971, p. 20).

Embora haja nesse romance haja frases em francês, significativa é a tentativa de Visconde de Taunay de tentar capturar o uso do inglês naquele contexto linguístico novo de 1890. São empresas como *London and Brazilian bank* (TAUNAY, 1971), o *shake-hand* dos financistas de ocasião (TAUNAY, 1971), a vida da *high life* fluminense (TAUNAY, 1971) entre o *jockey clube* e o *Derby* (TAUNAY, 1971), quase um duplo dos palacetes de Botafogo. Do *Turfe* surgiriam novos empréstimos como *sportman*, *trainers*, *Racing-stable* (TAUNAY, 1971), é o tempo dos homens usando *smoking*, que se generalizava (TAUNAY, 1971), das *debêntures* e *reports* (TAUNAY, 1971), e os dos títulos *limited* de empresas nascidas do nada (TAUNAY, 1971). É fácil concluir que para o Visconde de Taunay essa mudança linguística refletia a profunda mudança de valores. Todos estavam fascinados pela Fortuna, hipnotizados pelas suas cambriolas e piruetas; caprichosa, ébria, a seduzir “palpavos e curiosos” que se lançavam como quem esperasse tirar a sorte na loteria (TAUNAY, 1971). A passagem da língua francesa para a inglesa apenas era efeito do ambiente americanista de então.

Todavia, a quimera não duraria, a retração do crédito ludibriaria investidores que se deixaram cair pela “armadilha de especuladores e agiotas” (TAUNAY, 1971, p. 193) esse ambiente econômico agravava a crise política: “Entre o generalíssimo e os poderes legislativos davam-se violentos atritos, choques contínuos, luta formal em que a teimosia e o capricho abafavam quaisquer outros sentimentos e se haviam constituído o móvel principal de todas as determinações” (TAUNAY, 1971, p. 228). Deodoro dissolveria o Congresso a 3 de novembro de 1891, o que pela cadeia de acontecimentos, abriria caminho para sua renúncia e a presidência de Floriano Peixoto.

Para o Visconde de Taunay o Encilhamento tivera consequências na sociedade brasileira com a formação de hábitos, tendências, objetivos contrários a leis econômicas. Seria preciso um dirigente de verdadeiro “patriotismo” capaz de enfrentar “a ignomínia e a inversão geral” (TAUNAY, 1971, p. 246), acompanhado de uma nova geração educada em outros sentimentos (TAUNAY, 1971). Em suma, a República era o oposto do republicanismo.

Pela matéria do livro, ao longo do tempo, além dos críticos literários (WASSERMAN, 2001) e historiadores, o texto parece ter despertado o interesse constante também entre os economistas (FRANCO; LAGO, 2011; TANNURI, 1981).

O enlace de Luís de Menezes e Alice Dias resolvera apenas a trama, mas não o problema assinalado pelo narrador. Em um aposto, no final do romance, parece Taunay clamar aos céus, tentando manter a esperança:

Venha, venha essa fúlgida aurora, toda regeneradora e fagueira, trazer-nos consolo e esperanças no meio de tanta ruínas negras e, por assim dizer, fumegantes – colossais escombros, que por muito tempo hão de testificar a desgraça e a baixaza a que desce o homem na ânsia das riquezas e do gozo e no tresvario das mais indignas e degradantes paixões (TAUNAY, 1971, p. 246).

O último romance de Taunay, chama-se *No Declínio* (1899) e foi publicado em seu último ano de vida. O tom outonal percorre todo romance a começar pelo início, onde o leitor é apresentado à Lucinda Mendes Soares, uma jovem senhora que vivera feliz com seu marido Ramos Soares. Passearam por Paris, e ainda que gostasse razoavelmente da Europa, pareciam gostar mais dos passeios regulares pelos arredores da antiga Corte, nos hotéis confortáveis da Tijuca, Petrópolis ou Nova Friburgo (TAUNAY, 1899). Uma febre recorrente e não tratada foi o prenúncio da doença que acabaria por ceifar a vida de Ramos Soares. Herdeira do marido cuja morte é precedida pelos falecimentos da mãe e sogra, Lucinda Soares tornar-se-ia sua herdeira universal. Ela passaria a administrar sozinha seu patrimônio, composto além de capital investido, de algumas propriedades que tinham pelos lados do Andaraí Pequeno (atual bairro da Tijuca) e Engenho Velho (denominado hoje a grande Tijuca).

Independente, Lucinda compra uma chácara na rua Voluntários da Pátria em Botafogo, onde vive cercada de plantas e flores. Bonita, Lucinda Soares passa a ser cortejada por diversos pretendentes: um filho do fazendeiro Junqueira Prates, do interior de São Paulo (TAUNAY, 1899); o ingênuo português Siqueira Arroxelas, o “Ruxelinhos”, que começava um empreendimento comercial no bairro do Catete, e avistara a bela Lucinda quando ele descia de um bonde da Gávea, e iniciava o ar de toda sua inclinação.

Para parecer simpático e próximo a Lucinda, Siqueira sugeriu que construísse alguns cortiços nos terrenos de Vila Isabel, “coisa de dar muito dinheiro, casinhas para a pobreza” (TAUNAY, 1899, p. 38), ao que Lucinda Soares por educação concordara para livrar-se do português:

Precisava casar-se [disse-lhe Siqueira Arroxelas] [...] e, com franqueza, desejava achar quem tivesse também alguma chelpa de seu. Entendia bem de tudo quanto fosse negócio... Por exemplo, aquelas terras de Vila Isabel, era para D. Lucinda já ter mandado construir uma cortiçada valente, coisa de dar muito dinheiro, casinhas para a pobreza... Com um procurador ladino, que apertasse em regra os inquilinos e não se deixasse levar por choradeiras e cantarolas, não havia melhor emprego de dinheiro... ficasse certa. Depois, aquele capinzal do Andaraí Grande estava

arrendado por uma ninharia... uma miséria! O seu compadre Travassos por ele oferecia, de olhos fechados, o dobro, se não mais (TAUNAY, 1899, p. 38-39).

A ideia da construção da “*cortiçada valente*” mostra claramente a expansão da cidade, quando fábricas começaram a instalar-se em diferentes partes da cidade, como o próprio Andaraí e Vila Isabel, e o início da proletarização e formação das camadas populares.

O primeiro pretendente real que o narrador apresenta é um sobrinho de sua amiga Helena Glerk, viúva como ela, filha de pai irlandês e mãe brasileira, próxima dos cinquenta anos. Diferentemente de Lucinda, Madame Glerk é próxima da Igreja e do clero:

Afeiçoara-se muito a Lucinda, de quem era vizinha uns cinco ou seis jardins intermédios, e, por isso, sobremaneira se atormentava por achá-la e vê-la, se não rebelde às coisas da religião, pelo menos bastante morna e esquiiva nos atos e na prática. Andava, em contraposição, tão absorvida neles, que não tinha tempo para mais nada. Chegava, depois de apegada à nova amiga, a acusar-se e lançar-lhe a culpa de esquecer-se dos seus mais rigorosos deveres. Donde penitências sobre penitências e duros jejuns de expiação. Parecia, já dissemos, morar no mundo da lua... Impusera-se Helena Glerck difícil tarefa, verdade é que bem gloriosa: quando não converter Lucinda Soares, chamá-la, pelo menos, mais atenta e assídua ao grêmio da Igreja. Para tanto não poupava esforços, alguns dos quais, pelo inocente e até comovedor empenho, faziam sorrir docemente a amiga e a enterneciam quase (TAUNAY, 1899, p. 15-16).

Com o caráter mais religioso e caritativo, Helena Glerk passa boa parte do seu tempo em torno da Igreja da Matriz da Glória, no Largo do Machado. Contudo, o retorno ao país de um sobrinho alteraria a vida de Lucinda. O oficial da marinha Eduardo Glerk, sintomaticamente instituição que se mantivera fiel à monarquia quando do golpe republicano; jovem pelos seus vinte e cinco anos, apesar da diferença de idade passa a ser um dos cortejadores de Lucinda Soares. O tema eminentemente moderno no romance do século XIX adiciona maior complexidade ao caráter dessa mulher madura que hesita em aceitar as investidas desse pretendente¹⁰⁷. O oficial passara muitos anos no exterior, e era um homem de grande cultura geral, atento às transformações pelas quais a sociedades europeias assistiam. Percebe-se que Taunay reelabora as lembranças de sua estadia na Europa quando do breve interregno de sua carreira política em 1878. Como Taunay, Glerk possuía ascendência estrangeira. É dele, no romance, a observação da diferença da carestia na Europa e no Brasil:

Mas, que país abençoado o Brasil! Nunca havia conhecido os indizíveis horrores do inverno. Também, as aflições do nosso povo não poderiam jamais atingir a agudeza, o insuportável das crises sociais da Europa. Ali, eram todas as desgraças e penúrias agravadas por um frio implacável, desses que enregelam os membros, desvairam a

¹⁰⁷ Sobre outras sugestões de modernidade e renovação artística no romance tardio de Visconde de Taunay, ver: Beraldo (2002, p. 59).

mente e afinal matam sem piedade. Bastante mais fáceis, por isso, as tais campanhas de caridade no Brasil. Aí, o empenho maior devia ser o da vigilância; examinar e perscrutar se o auxílio ministrado não iria favorecer e incrementar a malandragem e a vadição, a praga dos países quentes (TAUNAY, 1899, p. 19).

Outra pista dada pelo romance é que Glerk estivera no famoso baile oferecido por Patrice de Mac Mahon, em 1878, o mesmo ao qual comparecera também o próprio Taunay (TAUNAY, 1899). De qualquer modo, desde sua leitura de Beaulieu (TAUNAY, 1933b) e da escrita do romance *O Encilhamento* (1894), o Visconde de Taunay preocupava-se em entender o ambiente de conflitos sociais que acreditava que possivelmente se desenharia também no Brasil, ainda que de caráter mais brando, dada à diferença climática. Glerk é o autorretrato jovial de Taunay, um rapaz de “extrema correção de traços fisionômicos”, olhos grandes luminosos, louro, cabelos levemente ondulados, ligeiramente pálido, mas com saúde. Mesmo que procurasse não fazer efeito, esse efeito se produzia “em toda parte onde aparecesse” (TAUNAY, 1899, p. 101-102).

O opositor de Eduardo Glerk era Anselmo Guerra. Amigo de infância do falecido esposo de Lucinda Soares, regulava alguma idade indefinida acima de cinquenta, desengonçado, triste, displicente; trabalhara na secretaria de estrangeiros como amanuense (TAUNAY, 1899). Carregava em si a mágoa com o Barão de Cotegipe, a quem nunca pudera perdoar a descompostura que recebeu por um ofício que escrevera (TAUNAY, 1899). Guerra ou *Guégué*, como lhe chamavam no emprego, admirava os modos, a elegância de Rodrigo Silva, de maneiras tão diversas dos homens públicos republicanos:

[Anselmo Guerra] Não é que vira – vira, ninguém lhe contara! – o ministro da justiça, de farda bordada e grã cruz de uma ordem estrangeira atravessada ao peito, estar, ao *buffet*, a comer peixe com a faca! Que vergonha para o Brasil! E o homem lambuzara-se todo, barbas, bigodes e fitão com o molho! Que haviam de dizer de nós os diplomatas?! E não é que, dali a pouco, se pusera a conversar em péssimo francês com o plenipotenciário da Rússia, o Gortinkoff – um tipo a Metternich – e Santo Deus! A palitar-se freneticamente e com muitos puxados de dentes e contrações de queixos?! Depois, não queriam que, lá fora, nos metessem as botas, nos chamassem botocudos e macacos! Tudo, culpa da maldita politicagem que guindava um mandachuva lá das aldeias do Amazonas ou de Goiás às alturas de ministro e secretário de Estado... Modos era o que lhes faltava, a quase todos... Menos retórica e palanfrório... mais compostura... simples decência. Ah! o Rodrigo [...] (TAUNAY, 1899, p.76).

A cena simbolicamente era quase uma alegoria entre os dois momentos: o Império e a República. O equilíbrio e a elegância contrastando com a descompostura e desleixo. A passagem da Monarquia à República abria para novos grupos de elites. Despreparadas, sem conhecer o *ethos* e rituais diplomáticos, até então apoiavam-se apenas em seu poder local, mas que agora se nacionalizava, sem a Monarquia. As oligarquias tomavam a frente da

condução política, por isso, esse momento representava a oligarquização do sistema político brasileiro (LYNCH, 2014). Para o Visconde de Taunay na narrativa, as situações constrangedoras refletiam a ascensão dessas elites.

Mas o cerne da trama é a escolha de Lucinda entre Glerk, jovem, sedutor, militar, de opiniões, banhado no spleen baudelairiano e Anselmo, o homem “sem qualidades”, absolutamente banal, sem grandes opiniões. Um bom exemplo é quando em um jantar Lucinda pergunta sobre as disputas entre Estados Unidos e Espanha e, Anselmo mantém-se calado, enquanto Glerk vê o perigo:

E para o Brasil, como para todos os países americanos, via ele gravíssimo perigo na vitória dos Estados Unidos, que se afirmaria pelo pan-americanismo a alastrar por todo o novo continente, do México para baixo, isto é a subserviência da América inteira e a sua nulificação ante o colosso do norte (TAUNAY, 1899, p. 106).

Nenhuma outra referência aparece sobre o tema do pan-americanismo no romance, mas as referências ao conflito dão ideia do contexto e preocupações do Visconde de Taunay quanto às relações internacionais e sua dinâmica, por conta da ascensão dos Estados Unidos como ator novo. Em *No Declínio*, Glerk torce pela derrota da “arrogância yankee” (TAUNAY, 1899, p. 105)¹⁰⁸.

Ao fim do livro, Lucinda encontra-se dividida entre Glerk e Anselmo, e acaba optando pelo último. Glerk envolvera-se com outra mulher, Nadia, fazendo a viúva Lucinda Soares descrer de seus sentimentos. O jogo entre dois pretendentes e uma mulher em disputa, sob o pano de fundo da passagem da monarquia à república, trazem logo à mente a alegoria de dois regimes em choques e por extensão, de dois caracteres.

Tal caracterização aparece, de fato mais fechada, e de forma explícita, com ar de alegoria política em *Esau e Jacó* de Machado de Assis publicado cinco anos depois (ASSIS, 1994a). O choque entre os dois irmãos gêmeos que se apaixonam pela mesma mulher Flora, parece de maneira estilizada, sob o tecido fino das paixões românticas, o símbolo para a mudança do regime.

Taunay deixara de maneira mais solta, mas ainda sim, é possível ver o substrato político do livro.

Quando saiu o livro, os sintomas de diabetes avançaram. Em seu livro de memórias, revelara que desde da Guerra do Paraguai, percebera a sede que não o abandonava. Em quaisquer fontes de água que encontrasse pelo caminho, imaginava poder sorver “toda aquela

¹⁰⁸ Em *Algumas verdades* (1891), Taunay classifica a ideia de integralização da América como uma ideia oca. Taunay (1933b, p. 33).

massa líquida”. Quando da inauguração da estrada de ferro ligando Rio de Janeiro a São Paulo, em 1877, aquela insaciável sede fez-lhe perceber que estava doente. Era sinal de diabetes (TAUNAY, 2005). Ela progredia com o pouco tratamento disponível no século XIX, tempo em que se conheceu cientificamente a doença.

Por essa época, subia regularmente para Petrópolis lá residindo como “invernista”¹⁰⁹, indo também a Caxambu, buscando o tratamento das fontes termais. Internamente, pesando-lhe a injustiça a D. Pedro II, revelaria em carta que se sentia melancólico¹¹⁰.

Após violenta crise diabética entre 1893-1894, Visconde de Taunay adotara o tratamento de hidroterapêutico de Kneipp, o que levaria a escrever um pequeno livro, sob novo pseudônimo de Jorge Palmer, e revelaria a um amigo em carta que tivera um êxito editorial inesperado¹¹¹.

4.2 Réquiem

No fim da carreira política forçado, busca com outros intelectuais do Segundo Reinado se reunir em torno da Academia Brasileira de Letras (ABL). Fundada em 1897, a instituição reúne seus amigos de longa data Joaquim Nabuco e Machado de Assis e escritores jovens. Apesar de vê-los com regularidade, Taunay parecia mais distante; era visível o declínio de sua condição física e abatimento. Nabuco revelaria a Machado que Taunay parecia pressentir o fim.¹¹² Nabuco estava certo; a 12 de janeiro de 1899, poucos dias antes de sua morte, anotou no diário: “*Qui sait si je ne suis pas à la veille de ma mort?*” (TAUNAY, Afonso, 1923, p. I-XXIV).

Escrever se tornara penoso, a crise do Encilhamento consumira também sua condição abastada de que gozava ainda em 1889. Taunay encontrava-se doente, preocupado e correndo contra o tempo:

Vieram as preocupações de ordem material enxertar-se ao agravamento do estado de saúde, com a progressão do desgaste do organismo, provocado pela glicosúria, cada vez mais acentuada, e descambando para aguda nefrite.

¹⁰⁹ Gazeta de Petrópolis, n.1, 1892. Disponível *online* na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹¹⁰ Taunay, Carta a José Arthur Montenegro... 02/10/1896.

¹¹¹ Taunay, Carta a José Arthur Montenegro... 28/06/1895.

¹¹² “A última vez que o vi, depois de algum tempo de separação (já lhe disse que não posso ir agora à Revista, às tardes, como era costume) achei-o não somente abatido, mas triste, como quem sabia o fim próximo. Logo depois veio o antraz, e acabou”, (ASSIS, 2011, p. 364).

Perturbações visuais e, por último, cataratas diabéticas incipientes vieram restringir notavelmente a atividade do escritor que durante tantos anos jamais desamparara a pena, um único dia que fosse.

Procurou assim mesmo rever o que redigira. Ainda a 14 de janeiro de 1898 publicou na *Gazeta de Notícias* umas tantas páginas de como deveriam ser impressas as *Memórias* (TAUNAY; TAUNAY, 1960, p. 1-12)¹¹³.

Taunay procurou furtar da morte aquelas horas, e encerrar seus últimos compromissos com os seus, com as pessoas por quem se afeiçoara ao longo da vida, enfim; com os vivos. Encarando a morte com um estoicismo “absoluto, que nunca o abandonou” (TAUNAY, Afonso, 1923, p. I-XXIV), escreveu a todos os amigos. Meses antes, compusera a quadra a ser escrita como epitáfio em seu túmulo no Cemitério São João Batista:

Aqui jaz o autor de duas obras
Que alcançaram renome valioso;
De Inocência a história sertaneja
E da Laguna o feito glorioso (TAUNAY; TAUNAY, 1960, p.1-12).

Suas derradeiras linhas foram escritas ao médico Joaquim dos Remédios Monteiro, de ascendência indiana, e brâmane¹¹⁴, que residira em Santa Catarina; ocasião que Taunay pudera conhecer seu trabalho. Posteriormente, Monteiro fixaria residência na Bahia. Taunay escreveu ao “bom e velho amigo” contando do terrível antraz nas costas, despede-se então do médico: “adeus para sempre! Adeus! Seu amigo de tantos anos”, escrevera Taunay. No dia 23, escreveu à família. No dia 25 de janeiro de 1899, recebera extrema-unção e no mesmo dia, faleceria às 11h da noite. Era quarta-feira¹¹⁵.

No dia seguinte, a notícia correria na capital¹¹⁶ e em Petrópolis, os amigos iriam prestar-lhe as últimas homenagens, para lá rumam militares, escritores e familiares. Adentrando o prédio na rua Larga 148¹¹⁷, Taunay repousava em seu traje de senador do Império, o tom sóbrio e azul do casaco, a gola alta e o dourado dos detalhes e botões davam compostura à cena, quase furtando a atenção da alvura da calça e luvas.

¹¹³ Ver em: Taunay; Taunay (1960, p. 1-12). “À Guisa de Intróito”.

¹¹⁴ Ver em: LEITE, G. Joaquim dos Remédios Monteiro. *Médicos ilustres da Bahia e do Sergipe*. [Feira de Santana], 4 fev. 2011.

¹¹⁵ Provavelmente além de familiares, na sua casa estavam seus amigos próximos, como Nabuco, que fez esta anotação em seu diário (NABUCO, 2006, p. 400).

¹¹⁶ O jornal *Gazeta de notícias* (RJ) publicou em nanquim o que pode ser o último retrato de Taunay, a partir de alguma foto desconhecida ou seu féretro. Ver Anexo F.

¹¹⁷ Atual rua Marechal Floriano, no Centro da Cidade, número próximo à sede histórica do Itamaraty. No número 148, hoje há um sobrado construído, ou provavelmente remodelado três anos depois da morte de Taunay, em 1907. Três portas amplas no primeiro andar, com pequeno balcão para rua em cada uma delas; embaixo, há comércio no térreo. Ver Anexo E.

Reunidos monarquistas discretos, republicanos da mais variadas matizes, aderentes ao regime, seus críticos e os silenciados. Por instantes, diante de seus olhos, estava uma parte do Império. Foi seu último discurso.

Às 5h30 da tarde, o cortejo saiu da residência em direção ao cemitério S. João Batista, em Botafogo. O caixão recebera a bandeira da Sociedade União dos Cocheiros, Joaquim Nabuco foi um dos que segurou na alça do caixão para tirá-lo da casa e levar ao carro¹¹⁸.

Perto de 200 coroas de flores foram postas juntas ao caixão. O repórter da Gazeta de Petrópolis só conseguia divisar algumas, dentre elas: “Saudades de Afonso Celso”, “Ao visconde de Taunay, o barão de Javary”, “Ao meu padrinho, amigo e primo, saudade eterna de Amadeu de Beaupaire”.

As mais tocantes eram as despedidas sentidas dos familiares, a esposa que via desaparecer o companheiro; a orfandade súbita de seus filhos. E nessa inversão que só a morte consegue fazer, a mãe enterrava o filho.

Nas coroas se liam: “Ao querido Alfredo, sua esposa Cristina”; “Ao seu adorado Alfredo, sua mãe”; “Ao saudosíssimo Alfredo, Adelaide [irmã de Taunay] e Gofredo [irmão mais novo]” e “Ao nosso bom pai, seus filhos”¹¹⁹.

Trezentos carros seguiram o féretro no trajeto. Chegando ao cemitério, uma comissão da Companhia Ferro-Carril de S. Cristóvão carregaria o caixão, depois sucedida pelo Visconde de Javary, Rodrigo Otavio, Jorge Jobim, Machado de Assis e Inglez de Souza entre outros¹²⁰. Representando a família estavam o irmão Luís Gofredo Taunay e o filho Affonso Taunay.

Depositado no carneiro nº 1.464, quadra 39, ao descer do corpo à sepultura, discursaram Nabuco, Catão e José Veríssimo.

4.3 E depois

A primeira avaliação da vida e obra do Visconde de Taunay foram os jornais, dando notícia do enterro, passaram a contar de sua vida pública e literária, realçando as campanhas em favor do casamento civil, a naturalização de estrangeiros, a imigração europeia; suas

¹¹⁸ Francisco Catão e José Veríssimo seriam outros que acompanhariam Nabuco. Ver: Gazeta de Petrópolis, n. 12, 1899. Hemeroteca digitalizada da Biblioteca Nacional.

¹¹⁹ Francisco Catão e José Veríssimo seriam outros que acompanhariam Nabuco. Ver: Gazeta de Petrópolis, edição 12, 1899. Hemeroteca digitalizada da Biblioteca Nacional.

¹²⁰ Francisco Catão e José Veríssimo seriam outros que acompanhariam Nabuco. Ver: Gazeta de Petrópolis, edição 12, 1899. Hemeroteca digitalizada da Biblioteca Nacional.

passagens pela presidência de Santa Catarina e Paraná, sua vida no Parlamento, no antigo Senado e suas composições chopinianas publicadas pelo seu pseudônimo Flavio Elysis. Muitas das informações estavam disponíveis pelo dicionário bibliográfico de Sacramento Blake¹²¹. O elogio fúnebre feito por Joaquim Nabuco seria publicado em 1901. Nabuco principiara dizendo representar duas agremiações, o Instituto Histórico e a Academia de Letras, revela que está “sob a impressão de que tudo isto é um sonho”. Imaginando o amigo vivo, mal atina de ver Taunay morto. “É preciso sentirmos a sua ausência em nossas reuniões, perdermos um a um os hábitos que ele formou em nós” (NABUCO, 1901, p. 244); os dias serão tristes na jornada árida que se seguirá. Para Nabuco, certamente Taunay não os invejaria. Nos últimos tempos, ao menos desde o golpe republicano, Taunay se preocupava somente em “*acabar bem*, de acordo com seu passado, e, o que mais é, consigo mesmo, com seu temperamento, com seus instintos, com sua tonalidade própria” (NABUCO, 1901, p. 244). Ao menos, Taunay poderia reunir-se a Dom Pedro II, Rebouças e Carlos Gomes. Nabuco passou em revista a formação militar e a aproximação ainda jovem com Rio Branco, de quem seria herdeiro, suas bandeiras políticas e declara que Taunay era o “modelador do novo Brasil” surgido das “migrações europeias e dos últimos resíduos africanos”. Talvez sua aspiração nobre, de elemento ideal, fosse este seu verdadeiro romance (NABUCO, 1901). Dirigindo-se ao amigo, disse:

Tua vida parece um voto por três gerações, feito pelos teus antepassados que um dia ela acolheu: alguma coisa acima e além da tua própria vontade... Um dia esse amor supremo, que foi tua inspiração, te será retribuído [...] O Brasil inteiro terá orgulho de ti, já o tem [...] Adeus, meu querido Taunay, adeus! (NABUCO, 1901, p. 246)

Ainda que trate da *Retirada de Laguna e Inocência* a emoção das circunstâncias e o próprio teor do texto não objetivaram avaliar a obra e vida do Visconde de Taunay. José Veríssimo seria o primeiro a fazê-lo.

As críticas de Veríssimo tinham aparecido primeiro quando da quarta edição de *Inocência*, em 1899, e foram incluídas em seus estudos literários, reunidos em livro (VERÍSSIMO, 1901). Veríssimo lamenta que a prosa de Taunay não reflita tanto o homem espirituoso, otimista, jovial e alegre que foi o escritor. Para Veríssimo, o Visconde de Taunay era um dos elementos mais são em termos de “temperamento das nossas letras” (VERÍSSIMO, 1901, p. 268). Veríssimo, saúda o estilo simples e chão das expressões realçando a novidade de *Inocência* (1872a) que tanto diferia dos romances em voga à época, como os de Alencar, Bernardo de Guimarães e Macedo.

¹²¹ Ver Gazeta de Petrópolis, n.12, 1899; Gazeta de Notícias, n. 27, 1899 e Blake (1883).

Para Veríssimo, o romance refletia o *temperamento realista*; realista tanto quanto um quadro de um mestre pode sê-lo, o real visto por um homem capaz de “idealização e sentimento”. Feito a partir da matéria vista, das pessoas, é tal como elas espontâneo e é essa simplicidade a melhor defesa do romance quanto às variações do tempo, “os caprichos das escolas e estilos literários” (VERÍSSIMO, 1901, p. 277). Quinze anos depois, o juízo é quase o mesmo, dessa vez, em tom mais severo:

Foi um dos escritores mais versáteis e fecundos do seu tempo, mesmo o foi talvez com desleixada facilidade, acaso com menosprezo da sua situação literária. Aludo a livros como o *Encilhamento* ou *Como e porque me tornei kneipista* e que tais escritos seus. Esta falha, porém, revia a sua esquisita bonomia e o ingênuo ardor de propagandista que nele houve sempre e se manifestou nas suas campanhas de imprensa e de tribuna por questões públicas tomadas calorosamente a peito. Não é ocioso recordá-lo, pois mostra a feição prática do gênio de Taunay, feição que não foi estranha à sua fórmula literária.

À sua obra, considerada pela cópia e ainda pela qualidade, faltou coesão e intensidade que lhe dessem mais solidez e distinção. E como quer que seja dispersiva, feita com facilidade que roça pelo banal e inconsequente (VERÍSSIMO, 2003).

Apesar disso, Veríssimo diz que teve a ventura de conhecer o escritor. Dons de observação, qualidades de narração e também de composição, “apesar da fraqueza e ineficiência da aplicação psicológica e maior simplicidade de estilo”, o Visconde de Taunay contribuiu para a ficção nacional; Veríssimo vê *Inocência* como uma exceção no conjunto da obra do escritor de ficção mais irregular como considera *O Encilhamento*, por exemplo. Taunay era motivado pelo realismo, enquanto o idealismo movia Alencar. Com esta obra, Veríssimo criou o lugar literário para Taunay, classificação que perdura aos dias atuais: a prosa no romantismo tardio, situando seus livros como melhores do que os de Macedo e mais realistas do que os escritos por Alencar. Veríssimo organizaria o cânone literário, incluindo Nabuco e Taunay, os monarquistas, na medida em que concomitantemente esvaziava o conteúdo político de suas obras. Assim, o “ingênuo ardor de propagandista” do Visconde de Taunay, como classificara Veríssimo, na verdade mostrava a distância das opiniões políticas do antigo senador do Império e o crítico literário republicano, que não poderia ver com bons olhos o texto *O Encilhamento*, por exemplo¹²².

As primeiras décadas do século XX se iniciavam e a obra literária do Visconde de Taunay estava em primeiro plano. Affonso de Taunay passou então a organizar o espólio e as edições das obras do pai. A morte recente parece ter posto a obra do Visconde de Taunay em

¹²² Veríssimo fizera o mesmo com Joaquim Nabuco, incluindo-o no panteão literário brasileiro sem sua escrita política. Essa sugestão me foi feita pelo professor Christian Lynch, quando de um encontro de orientação, e que prepara texto sobre esse assunto.

voga. Esgotaram-se rapidamente as edições consecutivas de *No Declínio* (1899) e 1900, sendo novamente reeditado o livro em 1923. Em 1901, Affonso fizera publicar *Ao Entardecer* (1901), seguindo as provas corrigidas pelo pai em 1899. Os contos reunidos apareceram primeiro nos jornais. Affonso fez publicar os livros do pai entre a década de 1920 e 1930, aduzindo notas explicativas, prefácios e até mesmo escrevendo partes novas que facilitariam a compreensão do leitor, distante dos acontecimentos descritos em décadas anteriores¹²³. Além disso, o historiador passou a reunir em livro artigos dispersos em jornais, publicados na Revista do Instituto Histórico e notas pessoais, garantindo assim que o escritor Visconde de Taunay fosse publicado regularmente, em reedições e livros novos, ao menos um por ano, até pelo menos em fins da década de 1950¹²⁴. O que torna uma marca excepcional para um escritor terem sido publicadas suas obras regularmente, com uma nova obra ou uma reedição, todos os anos entre 1862 a 1958¹²⁵.

Na década de 1910, interessado em temas nativistas, o diretor italiano imigrante Vittorio Capellaro levou às telas *Inocência* (1915); o diretor fizera um filme mudo, um longa em que ele mesmo interpretaria Cirino, do romance de Taunay. Filmado no bairro de Tucuruvi em São Paulo, teve o material de divulgação elaborado pelo próprio diretor. Ao que parece, o filme só fora exibido naquele Estado e uma vez no Paraná¹²⁶. O filme pretendia retratar "Os nossos costumes sertanejos" e "Toda a poesia simples" do romance de Taunay.

No ano de 1920, aproximava-se o Centenário da Independência, o banimento da família imperial fora revogado, entretanto, a Princesa Isabel faleceria nesse ano, antes de poder retornar. Em 1921, já idoso, Conde d'Eu voltou ao país, o que causou comoção. O príncipe consorte viera tratar do repatriamento dos restos mortais da família imperial. No ano seguinte, faleceu quando revisitava o país. Simbolicamente em 1922, discutir-se-ia a identidade brasileira e os princípios da nacionalidade em novos princípios estéticos, agora modernistas. Alberto de Oliveira e Jorge Jobim, ambos diplomatas e escritores, elaboraram uma seleta de prosa do Visconde de Taunay. A seleção aliava o escritor militar e o observador de paisagens e pessoas. Seria Jobim quem explicaria o sentido de se formar aquele conjunto, transformado em cânone:

Quando o Brasil vê se fechar o seu primeiro século de vida independente e a lição da Grande Guerra veio sobrexaltar na consciência dos povos o sentimento de

¹²³ Especialmente a breve biografia de Rio Branco. Ver: Taunay (1988).

¹²⁴ Em reedições e livros novos, ao menos um por ano até pelo menos 1958, ano da morte de Affonso Taunay. Ver: Correio da Manhã (RJ), 21 de março de 1958.

¹²⁵ "Visconde de Taunay" - Biblioteca Digital de Literaturas de Língua Portuguesa.

¹²⁶ INOCÊNCIA. Direção: Vittorio Capellaro. São Paulo: [s .n.], 1915. 1 rolo de filme (88 min), mono.

nacionalidade, frisa bem prestar-se uma homenagem à memória do soldado e do escritor ilustre, cujo espirito, animado de um nobre liberalismo, na arte pesada da guerra, ou na arte elegante da palavra, esteve sempre ao serviço de sua terra natal [...] (OLIVEIRA; JOBIM, 1922, p. X).

É o nacionalismo que se tornara a justificativa para o retorno à obra de Taunay¹²⁷. Assim, Taunay passa a reunir, como aponta Jobim, o exemplo de escritor e militar. Por outro lado, houve o reconhecimento dos jovens tenentes na década de 1920 nas ações dos militares em Retirada de Laguna. Em palestra do professor General José Feliciano Lobo Viana no Clube Militar na presença do presidente Epitácio Pessoa, é decidida a construção de um monumento em homenagem aos mortos na Retirada de Laguna e Dourados (DALMOLIN, [2011?]). O plano se concretizaria somente no governo Vargas, mas diz muito do espírito da época, e de como era recebida e manipulada a literatura de Taunay. Apesar de ter sido contrário ao golpe de 1889, e ter-se distanciado das questões militares quando de seu auge na política, o antigo senador do Império tornou-se então o porta-voz de um sentimento nacionalista na força armada. A *Retirada de Laguna* ganharia uma edição de 2 mil exemplares distribuídos entre escolas, bibliotecas e quartéis. Taunay passou a ser editado pelo Exército, sendo a coleção Taunay publicada regularmente ainda hoje pela Bibliex¹²⁸. Na década de 1920, os antigos jovens de Retirada de Laguna tornaram-se generais e oficiais de alta patente. Partícipes da operação militar, dão entrevista aos jornais, rememorando os episódios e o próprio jovem Taunay¹²⁹. Os vinte e cinco anos da morte do escritor deram ocasião também para justificar a volta ao cenário do conflito e seus personagens¹³⁰. Por essa época, já se delinearía a memória do Visconde de Taunay claramente a partir da junção de um cronista militar e do autor de *Inocência* que continuava ganhando novas traduções no exterior¹³¹. Na década de 1930, a ascensão dos tenentes impulsionou o viés militar e nacionalista na cultura e nas artes. Por isso entre 1930 e 1940, o relato da *Retirada de Laguna* continuaria atraindo

¹²⁷ Em 1923, Afonso Taunay agradeceu a publicação de *Homens e Cousas do Império* que era a continuação de *Reminiscências*, ambos reunião dos artigos de imprensa fluminense e paulista, como uma demonstração deste “feitio nacionalista que tanto se imprime a sua diretriz”. Ver: “Duas palavras” In: Taunay, Alfredo (1923).

¹²⁸ Embora os livros de Taunay tenham caído em domínio público em 1969, eles continuam a serem publicados. Em 1960 a Bibliex publicou o livro de memórias, mas deixou de fazê-lo por provavelmente envolver o livro questões políticas e não só militares. Na atualidade, a coleção é composta por: Diário do Exército - Campanha do Paraguai 1869-1870 (2002), Retirada de Laguna (2017) e Dias de Guerra e de Sertão (2018).

¹²⁹ “O Marechal Luz fala ao Rio-Jornal” edição de 28 maio de 1919; “A Retirada de Laguna – No seu 53º aniversário o Coronel Lobo Vianna faz uma conferência no Clube Militar”. Jornal A Rua, 28 de maio de 1920. (Acervo da Academia Brasileira de Letras)

¹³⁰ “Heróis esquecidos – refazendo o itinerário da Retirada de Laguna à sepultura do Guia Lopes”. Jornal O Paiz. Quinta-feira 27 de maio de 1926; “A Retirada de Laguna e os padrões de Aquidauana e Nioac – Contribuição Valiosa do Dr. Afonso de E. Taunay”. Jornal O Globo, 9 de agosto de 1926. (Acervo da Academia Brasileira de Letras)

¹³¹ “Inocência ganha nova tradução” Jornal Rio-Jornal, 9 de janeiro de 1920. (Acervo da Academia Brasileira de Letras)

interesse. Habilmente, Affonso de Taunay, parecia perceber bem as circunstâncias e o material inédito que dispunha, publicando-o conforme as transformações políticas.

Com o predomínio de Getúlio Vargas no cenário, o historiador fez publicar dois novos livros do pai: *O Grande Imperador* (1932) e *Pedro II* (1933)¹³², não é difícil ver que o historiador Taunay abria nova frente na literatura do pai: a literatura de espelho de príncipe. O historiador e diretor do Museu de São Paulo reuniria, então, cartas trocadas entre o Imperador e o Visconde de Taunay, excertos do diário deste, artigos de jornais e a famosa composição “Fé de Ofício” do monarca. Esse conjunto daria origem aos dois livros. D. Pedro II tornava à cena como um governante, sábio, um arquétipo cujo exercício real de poder no presente cabia a Vargas. Significativo é o fato de as obras não terem ganhado reedições posteriores.

Entre 1938 e 1940, Taunay ainda era um personagem bem popular. O que dizia respeito a sua vida era considerado parte do patrimônio nacional. Eis porque os jornais noticiaram o falecimento de sua esposa, Cristina d’Escragnolle Taunay, Viscondessa de Taunay¹³³; a publicação de suas cartas de campanha¹³⁴, inéditas então; e a doação da espada e chapéu de senador do Visconde de Taunay ao Museu Histórico Nacional, acompanhadas também por doações feitas por Getúlio Vargas¹³⁵. Em 1943, uma palestra pelo capitão Riograndino da Costa e Silva celebraria o centenário de Visconde de Taunay. Nela, o militar procurou exaltar as qualidades de “grande homem” do Brasil que vestindo a farda dignificou e exaltou o exército. A conferência em Juiz de Fora, uma vez impressa, terminava com o mote brioso: “O Brasil espera que cada qual cumpra o seu dever” em letras garrafais (SILVA, 1943, p. 10).

Em dezembro de 1948, o cinema retornaria mais uma vez à história de *Inocência*¹³⁶ popularizando para mais uma outra geração o livro. Nesse mesmo ano, foram publicadas as memórias de Taunay. De qualquer forma, o aspecto político da obra do Visconde de Taunay começava a esmaecer.

Nos anos 1950 e 1960, as rápidas transformações sociais no Brasil, seu crescimento urbano, a transferência da capital, o surgimento das massas como ator político e as disputas ideológicas e políticas tiveram como consequência a tentativa de reorganizar o cânone literário brasileiro. Desta forma, passaram a ser reavaliados os autores nacionais; o que é natural na história das literaturas, e de acordo com as percepções do tempo. Paralelamente, a

¹³² Nesse mesmo ano de 1933 foi publicada ainda *Império e República*, reunião de artigos e perfis biográficos.

¹³³ Residia na rua Humaitá 264 (RJ), ver *Jornal do Commercio*, 28 de setembro de 1938. (Acervo da Academia Brasileira de Letras).

¹³⁴ Ver *Jornal do Commercio*, 1 de janeiro de 1939. (Acervo da Academia Brasileira de Letras).

¹³⁵ *Correio da Manhã*, edição n. 13913, 1940. Hemeroteca digitalizada da Biblioteca Nacional.

¹³⁶ Ver **Anexo G**.

musicologia pareceu abraçar melhor o Visconde Taunay historiador da música ao por em relevo novamente a história do José Maurício Nunes Garcia¹³⁷, suas composições passaram a estar disponíveis novamente e foram registradas.¹³⁸ Em 1952, uma pequena biografia do Visconde de Taunay foi publicada pela Academia Brasileira de Letras. Ela acabou premiada, mas sem trazer elementos novos (SERPA, 1952). Por esse período, a novidade viria a partir de dois críticos que foram balizares para a leitura do autor que se consolidaria na segunda metade do século XX: Antônio Candido e Afrânio Coutinho.

Em 1955, Afrânio Coutinho inscreveria Taunay na corrente individualista, boêmia, cujos epígonos foram Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu. Este caráter se consolidou nos heróis e heroínas da prosa de personagens sonhadores que Coutinho aponta no romance de Taunay. Coutinho certamente pensa em *Inocência*, sem abordar os demais livros e aspectos da obra do escritor Taunay (COUTINHO, 1976). A aproximação privilegiada é entre os perfis psicológicos dos personagens. Por isso, Taunay pôde estar ao lado de Macedo, Alencar e Bernardo Guimarães, apesar da diferença geracional. Dois anos depois, Antonio Candido publicaria sua *Formação da Literatura brasileira* (CANDIDO, 2000). Candido procurou aquilatar melhor o conjunto da obra de Taunay, ainda que sobressaia *Inocência* na análise. Candido sublinharia a individualidade da obra de Taunay apontando a impressão e lembrança como dois vetores de sua criação artística que infelizmente não alcançou profundidade. O crítico destacaria ainda a vaidade, quase pueril, que Taunay deixa ver em seus romances. Esta combinação entre modelos conscientes (daquilo que fixaria na lembrança) com modelos inconscientes (a inclinação pela índia guaná Antônia ou a jovem que serviria de modelo à *Inocência*) que deram à prosa de Taunay a mistura de realismo e sentimento que permitiu a permanência da obra na literatura. Por outro lado, Candido rerepresentaria o conjunto de romances, apresentando em breve termos o impacto da proclamação republicana na escrita de Taunay que fez com que se voltasse para uma literatura urbana de tom mais “ajanotado”.

Mais recentemente, em um pequeno texto introdutório da história do romantismo brasileiro, Candido resumiu a parte de Taunay a partir do seu livro de 1957, e dessa vez, lá está a identificação: *Inocência* e Visconde de Taunay (CANDIDO, 2002).

Com a morte de Affonso Taunay em 1958, os rearranjos, edições de textos, publicações de carta começaram a rarear, após a segunda edição de *memórias* pelo exército

¹³⁷ GARCIA, J. M. N. Post-mortem. *José Maurício Nunes Garcia*, [S. l.], [2011?]. Disponível em: http://www.josemauricio.com.br/JM_P_Pst.htm. Acesso em: 5 abr. 2019.

¹³⁸ No final da vida, Visconde de Taunay escrevera sobre as composições e vida do religioso, no esforço de que sua obra fosse conhecida. Apesar disso, muito se perdeu: “Ainda que o que chegou a nosso tempo represente uma parte pequena de sua produção, apesar dos esforços de Taunay para que não se perdesse”. Ver: Trilha Neto (2013).

em 1960, parece que as edições das obras entram em modo automático, à exceção do aparecimento inesperado de *O Encilhamento* em 1971. Antes, em 1964, apareceria a maior biografia sobre o Visconde de Taunay. Gentil de Azevedo publicou-a de forma independente, talvez isso explique sua pequena repercussão no ambiente intelectual e acadêmico de então, apesar do prefácio de apresentação ter sido escrito pelo historiador Affonso de Taunay (AZEVEDO, 1964). Em fins dos anos de 1960, com a entrada em domínio público das obras de Taunay e a instauração do regime militar, que levaria ao paulatino incremento da vida universitária, Taunay tornara-se leitura dos vestibulares. Em 1971, o compositor Guerra-Peixe visitaria musicalmente o ambiente da Retirada de Laguna (CÉSAR GUERRA-PEIXE..., 1971).

Em 1983, a terceira versão de *Inocência* chegaria ao cinema. Walter Lima Júnior transformou substancialmente o cenário do livro, passando-o ao ambiente da mata atlântica e retirando as cenas cômicas. O filme se concentra nas cenas românticas tal qual imagina o público em fins do século XX: um amor proibido, a beleza natural do ambiente e dois jovens de mundos distantes. O diretor privilegiou quadros longos, para criar o que chamou de “filme de atmosfera” (CAETANO, 2016). A obra é hoje considerada um dos cem melhores filmes brasileiros (DIB, 2015)¹³⁹. O cineasta como que através do romantismo imaginava um retorno à pureza, ao ingênuo, à inocência. Ele buscava representar pictoricamente uma abertura, uma possibilidade diante do fim dos governos militares¹⁴⁰.

Com o incremento das pesquisas e dos programas de pós-graduação, na década de 1990, uma nova geração de pesquisadores se consolida e expande o conhecimento sobre a sociedade e a política brasileira, além de buscarem novas chaves interpretativas. É assim que a pesquisa de Maria Alice R. Carvalho abriu novas perspectivas. Na tentativa de compreender o pensamento de Taunay, Rebouças e Nabuco, a pesquisadora contrastou a perspectiva de cada um desses intelectuais, considerando que Rebouças seria representante de um pensamento de modernização à americana, favorável ao ideal de *self-made man*, favorecendo o caráter empreendedor dos indivíduos e a pequena propriedade; Joaquim Nabuco seria representante de um liberalismo inglês, assimilado de Mme de Staël e Walter Bagehot enquanto Visconde de Taunay seria o defensor de um modelo de associação política e social

¹³⁹ Curiosamente por essa época também, é republicada uma obra psicografada denominada *Mansão Renoir*, atribuída a Taunay; cujos direitos foram cedidos a instituições caritativas. Importante notar que o filme pode ter consolidado uma nova onda de popularidade para o Visconde de Taunay que, ou com mais ou menos metafísica, voltava ao mundo literário e audiovisual (WILMERS, 2010).

¹⁴⁰ “Há uma relação por oposição direta com a realidade que cerca o Brasil, nos estertores da ditadura. Walter parece querer buscar no universo romântico (e, como de praxe, de final infeliz e impossível) um contraponto à realidade, mas mais do que isso, um complemento. E falar, mais uma vez da formação do caráter do brasileiro, por exemplo, pela figura do senhor de terras vivida magistralmente por Sebastião Vasconcellos, ou ainda pelo olhar do naturalista alemão” (VALENTE, [2000?]).

acima das experiências particulares, cujo papel central estava reservado ao Estado-nação. Caberia aos servidores desse Estado um lugar de prestígio e, com a monarquia, a condução da coisa pública, o que se inspirava em grande medida na realidade do Estado e burocracia franceses, do qual em certo sentido, Taunay também tinha origem (CARVALHO, 1998). Maria Alice R. Carvalho objetivava revelar as características do Pensamento de André Rebouças; assim, a investigação sobre Taunay e Nabuco acabava servindo de elemento de contraste para se entender o liberalismo do engenheiro Rebouças. Esta leitura proposta pela pesquisadora – de procurar lê-los em contraste e comparação - tem norteado as aproximações intelectuais e políticas sobre estes autores. Sua pesquisa reintroduziu o Visconde de Taunay dentro das investigações acadêmicas sobre política.

No mesmo período, retomando as considerações de Antonio Candido sobre Taunay, Maria Maretti interessa-se sobretudo pela estilística e sobre as estratégias discursivas do Visconde (MARETTI, 1996). Para ela, enquanto “polígrafo contumaz” Taunay usava de sua enorme capacidade de memorização (lembrança em Antonio Candido) para compor sua obra variada (MARETTI, 2006). Maretti elaborou um verdadeiro mapa de pesquisa cujo levantamento bibliográfico e edições de obras de Taunay não encontra equivalentes. De sua pesquisa inicial, e seu posterior interesse nas conexões entre o Visconde de Taunay e a cultura e influência francesa, Maretti elaborou uma agenda de pesquisa e investigação frutífera no campo da crítica literária a partir dos anos 2000¹⁴¹.

Partindo das pesquisas de Maretti, mais recentemente entre os estudos de história e literatura, Wilma P. Costa tem procurado compreender a escrita peculiar de Taunay e o modo como pareceu combinar artifícios de historiador e narrativa. Para Costa, o sentido da ruína – do passado – motivou a fixação em registro escrito suas memórias quando da mudança do regime (COSTA, 2016). Mais recentemente, a pesquisadora tem investigado as imagens (como as paisagens ou a floresta) e seu fascínio na prosa taunaysiana (COSTA, 2018).

No âmbito da investigação do Pensamento Político Brasileiro, Angela Alonso e Christian E. C. Lynch procuraram avançar mais no sentido da compreensão política da geração de 1870, contudo, em perspectivas diferentes: Angela Alonso tem sublinhado o papel das ideias em movimento, e dos intelectuais influenciados pelas ideias científicizantes do período. Para Alonso, o lamento do fim repentino da monarquia brasileira em 1889 por esses intelectuais como Visconde de Taunay, deve-se ao fato de que eram “homens de corte, criaturas da cultura aristocrática, apreciadores da liturgia dos salões”, a tristeza de perceberem

¹⁴¹ Por exemplo: Nascimento (2002, 2008).

que “foram incapazes de manter o caráter fechado de seu estamento” (AUERBACH, 2007, p. 247, citado por ALONSO, 2008), contornando assim o fato de que os cafeicultores que se tornaram republicanos de última hora, visto que retiravam o apoio à monarquia na medida que avançava a abolição da escravatura, preferindo a oligarquização do sistema político. Ambos pesquisadores se detiveram sobre uma leitura, ainda que diversa sobre o período, e apresentam um ponto em comum que é, principalmente, apresentarem interpretações que acabaram pondo em relevo o pensamento político de Joaquim Nabuco (LYNCH, 2012). Além dessa análise, para o pesquisador Christian Lynch, a apresentação como afresco dos gabinetes e tensões entre partidos, o papel e a constituição do poder moderador são capazes de devolver inteligibilidade ao período. Ao menos, este fora seu ponto de partida (LYNCH, 2007). Com os desdobramentos de suas pesquisas, Alonso se voltaria para o movimento abolicionista; focando na difusão do movimento e suas representações na cultura, a autora acabaria lembrando apenas de Taunay quando Carlos Gomes recusara a ideia de um personagem negro para a peça *Il schiavo* (SCANDAROLLI, 2012) para a representação em Milão, e troca-o por um personagem indígena o que enfurecera Taunay e os abolicionistas (ALONSO, 2015). Por sua vez, Lynch expandiria suas pesquisas e orientações estabelecendo um programa em torno do Pensamento Político Brasileiro¹⁴².

Elaborando, no que nos interessa aqui, as dinâmicas institucionais e o pensamento político entre o século XIX e os anos de 1930, Lynch procurou explicar como os condicionantes periféricos de países como Brasil, Chile e Argentina incidiram na forma que estes procuraram responder às questões do tempo, em especial na “luta” pelo desenvolvimento que almejavam, reproduzindo ou questionando a experiência dos países centrais, e a dinâmica interna que viviam (LYNCH, 2014). Em trabalho recente, Lynch volta aos fatores da queda da Monarquia, procurando compreender as reformas que empreenderia e como o discurso propagandista republicano posterior obliterou a compreensão do período entre 1880-1890. Lynch consegue desenhar um possível ambiente de reinado de D. Isabel ou D. Pedro III¹⁴³. Neste reinado, aproveitando-nos do exercício contrafactual, é possível que o conservador progressista (LYNCH, 2018, p. 201 e 206) Taunay chegasse a Marquês e fosse

¹⁴² BEEMOTE, grupo de pesquisa do IESP-UERJ.

¹⁴³ Se essa ação, iniciada com o frustrado entendimento entre Deodoro e Saraiva, tivesse sido bem-sucedida, o reinado de d. Isabel e/ou d. Pedro III poderia ter se firmado, e a monarquia, durado mais algumas décadas. O arranjo oligárquico teria sido menos centrífugo do que foi o de Campos Sales, e o regime, menos conservador do que foi a Primeira República, com presidentes do Conselho como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Rosa e Silva, Afonso Pena, ou conservadores como Rodrigues Alves, Ferreira Vianna, Antônio Prado e Andrade Figueira. Mas, como se sabe, não foi o que aconteceu. A execução das reformas por um golpe que impôs o projeto da minoria radical teve efeitos duradouros para a república que duraria até 1930 (LYNCH, 2018).

Presidente de Gabinete¹⁴⁴. No entanto, sendo a diabetes doença então inelutável provavelmente faleceria no máximo entre a década de 1890 e a de 1900, com exéquias nacionais.

De qualquer modo, apesar da variedade de pesquisas e abordagens, faltava integrar a política e entender a especificidade do pensamento de Taunay investigando sua vida, seus textos e sua participação pública no Segundo Reinado¹⁴⁵. Talvez tenha chegado o momento de integrar todas essas partes, e vê-las de modo menos seccionado; integrando as ações, circunstâncias e escrita do Visconde de Taunay. Quiçá esse esforço e o tempo de fazer isso tenha começado.

¹⁴⁴ É no que acreditava Manuel Vieira Tosta, o Marquês de Muritiba, que o diz a Taunay dias antes do golpe republicano. “Prefácio” *In*: Taunay, Afonso (1923).

¹⁴⁵ A participação de Taunay no Senado e no Parlamento, seus discursos e querelas permanecem desconhecidos para a maioria dos pesquisadores.

CONCLUSÃO

Ao longo dos capítulos da tese se pretendeu demonstrar a continuidade entre o pensamento político de Alfredo de Taunay, Visconde de Taunay em 1889 (assumira o título como nome até o fim da vida), e a composição de sua obra escrita e discursiva; ou seja, a escrita literária, seus discursos e seus opúsculos políticos.

Para tanto, o primeiro capítulo se deteve no ambiente de criação de Taunay, tentando demonstrar que o pequeno Alfredinho cresceria em um ambiente de uma família franco-brasileira, proveniente da chegada da Missão Artística de 1816. Nessa família, seu pai Félix Émile e seu tio Carlos Augusto seriam os primeiros a apresentarem ao menino suas interrogações e percepção sobre os problemas brasileiros. O primeiro, em sua recusa de nacionalizar-se enquanto não houvesse direitos plenos aos tornados brasileiros, sem diferença entre brasileiros natos e de adoção. É dele a primeira sugestão que Taunay ouvira de a Grande Naturalização e que, mais tarde, Alfredo Taunay transformaria em bandeira política. Do tio Carlos Augusto, provavelmente, ele recebera a preocupação em entender a dinâmica da produção agrícola brasileira, dependente da mão de obra escrava. Carlos proporia a imigração de estrangeiros europeus, bandeira também retomada pelo sobrinho. Além disso, Taunay privaria do contato próximo com a família imperial, tornando-se um conservador (progressista) desde a mocidade; abraçando desde cedo o princípio do predomínio da Coroa como fator determinante para a estabilidade política e desenvolvimento possível em um ambiente periférico, como era o Brasil imperial. Este plano e a posição de Taunay o tornariam um *áulico* aos olhos dos contemporâneos: aqueles que representavam o interesse da Coroa no Parlamento, contrapondo-se aos liberais, sobretudo, os representantes das oligarquias.

No segundo capítulo, procurou-se sublinhar as diferentes leituras contemporâneas, como elas concentraram-se na crítica literária, sublinhando aspectos da obra de Taunay, mostrando uma compartimentação que apresenta bons resultados acadêmicos, mas dificulta o entendimento do conjunto da obra de Taunay e vida do autor. Assim, buscou-se compreender as partes separadas, tomando como referência a vida política na tarefa de integrar ação pública e escrita no esforço de montar a Opera-Taunay. O nascimento da escrita de Taunay se deu no ambiente de guerra e, aos poucos, passara de uma escrita eminentemente burocrática, de notas e relatórios, ao esforço de entender a realidade desconhecida para o ambiente cidadão da Corte, daí o nascimento da tarefa literária de contar a partir de suas vivências, “histórias

brasileiras”, como representariam o livro *Inocência* ou *A Retirada de Laguna*. Esta passagem de um a outro meio, da expressão burocrática à artística, foi precedida pela leitura de livros em voga na primeira metade do século XIX, citados por Taunay, são relatos de viagens, campanhas militares que descrevem o ambiente cultural da época do Imperialismo e circulava principalmente em francês. Seria dessa chave de leitura que Taunay transporia, inicialmente, os termos descritivos do europeu ao outro para o ambiente nacional. Assim, o Sertão descrito passou a ser o outro do cidadão, um mundo de regras próprias que precisava ser incorporado ainda que discursivamente. A primeira manifestação política de Taunay se daria pelo seu primeiro romance: *A Mocidade de Trajano*. Nele, grandes temas de sua obra se esboçavam: a imigração europeia, o ambiente atrasado das elites rurais, a predominância dos conservadores sobre liberais, a inclinação para aqueles pela sua prudência e progresso medido e ponderado; a perpetuação da escravidão e a própria ambivalência da narrativa quanto aos personagens não-brancos, o que sugere a condição ambivalente de ser branco na periferia no século XIX.

No terceiro capítulo se investiga toda vida parlamentar de Taunay, entrando para a vida política a partir do apadrinhamento e tutela do Visconde do Rio Branco, no primeiro mandato (1873-1875) a ação do parlamentar Escragnolle Taunay voltara-se, principalmente, para a reorganização administrativa do exército e para as necessidades de filhos, viúvas e antigos combatentes quanto aos direitos devidos. Quanto à reorganização propriamente dita, Taunay debateu-se com três temas principais: o recrutamento, o que é na verdade ponto de partida para a configuração daquela força armada; a melhoria da qualificação dos militares e a aquisição de armamentos mais modernos. No segundo mandato (1875-1878), Escragnolle Taunay passou a dar atenção a outros temas, como a necessidade de atender e criar estrutura para a recepção da imigração europeia, e a necessidade de modernização do código civil. O olhar sociológico de Taunay nesse momento tornou-se o grande ponto de partida de sua visão de que era preciso mudar a regulamentação do estatuto do estrangeiro e, também, da necessidade de se instaurar o casamento, acabando com o monopólio da Igreja. Para Taunay, era preciso seguir a tendência de marcha das sociedades mais desenvolvidas (cênicas) e, mesmo, tornar a instituição do casamento mais adequado à realidade social, daí a prosa nesse período voltar-se especialmente para a condição da mulher em seus romances como *Lgrimas do coração*, *manuscripto de uma mulher* (1872b) e *Ouro sobre Azul* (1875). No primeiro capítulo, sublinha-se a experiência de Taunay vivendo um conflito internacional, neste segundo capítulo; o deputado estava atento à fragilidade da representação diplomática brasileira, sobretudo dos jovens diplomatas, encantados com o mundo cêntrico e esquecidos do país.

No terceiro mandato (1882-1884) Escragnolle Taunay demonstrara interesse nas transformações de poder na América do Sul, com sua resenha comparativa da Guerra do Pacífico envolvendo três atores estatais do continente: Chile, Bolívia e Peru. Para ele, a aplicação de conhecimento e da moderna ciência de guerra superavam a improvisação e pouco cálculo; lições valiosas que deram vitória ao Chile no conflito. Essa ideia da aplicação de princípios precisos pareceu moldar a leitura que Taunay fez da necessidade de observar contingenciamento orçamentário, mas com raciocínio, ao contrário do que parecia sugerir as ações de Dória à frente da pasta de Guerra, já nesse momento de predomínio liberal. Além disso, Taunay procurou facilitar o processo de naturalização de estrangeiros ao diminuir os impostos para documentos requeridos aos estrangeiros.

No Senado (1886-1899) seria o auge de sua atuação parlamentar e de sua escrita política. Taunay passou a defender a Grande Naturalização com o reconhecimento de igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros tornados nacionais. Tais ideias apareceram em seus principais discursos e opúsculos políticos como o Questão de Imigração (1889) ou A Nacionalização ou a grande naturalização ou a naturalização tácita (1886). Publicamente, o Senador Escragnolle Taunay passou a animar a opinião pública com a fundação da Sociedade Central de Imigração na direção de tornar conhecido internamente e fora do Brasil o projeto de recepção de imigrantes brasileiro. Entre seus defensores estavam André Rebouças e outros intelectuais, homens dos extratos urbanos e médio e, discretamente, o Imperador. Os projetos de Taunay estiveram envoltos em críticas, como o descrédito de Machado de Assis que a concessão de cidadania a recém-chegados ao país incrementasse a vinda de outros alemães ou italianos; ou polêmicas, como a crítica do periódico O apóstolo, porta-voz dos ultramontanos, contrários ao casamento civil proposto pelo Senador. No entanto, o grande choque se daria dentro do Partido Conservador com o Barão de Cotegipe, quando este passou a representar os *emperrados*, repelindo o projeto modernizador de Taunay, e convidou-o a sair do partido. Taunay remontou a sua linhagem dentro do Partido Conservador e a adesão do monarca ao projeto para demonstrar que Cotegipe se isolava na condução do Partido.

Por este tempo, a imigração chinesa passou a ser ponto de disputa entre Taunay e os proprietários de terra. Para o Senador, a introdução do elemento chinês era um artifício de perpetuação de escravidão, em que se pese os termos discriminatórios que usa para o contingente asiático. A postura discriminatória de Taunay poderia ser assumida como uma leitura pessoal, como assume alguma leitura historiográfica, mas a existência de leis discriminatórias quanto a entrada de chineses (chamados chins ou *coolies*) fazia parte do

código legal em Cuba, Peru e EUA. Tomada isoladamente, a rejeição aos chineses parece apenas discriminação de Taunay, no entanto, vista a partir do comportamento do ambiente internacional daquele período, torna-se ao menos mais compreensível.

Para Taunay, a imigração europeia espalhada pelo território nacional poderia rapidamente esvaziar o poder dos proprietários de terra, povoar, garantir as fronteiras, superar os aspectos deletérios da cultura brasileira onde o trabalho braçal das pessoas escravizadas debilitava a formação de operariado e mantinha um ideal de uma “aristocracia da preguiça”. A mudança era eminentemente cultural que propunha. Por isso, a imigração deveria ser espalhada por todo país e não concentrada em São Paulo, como agiam os representantes daquela província, em especial o Senador Antonio Prado. Taunay divergiria também da proposta de federalização de Nabuco que, no fundo, sugeria que Imperador reinasse, mas não governasse. Abrindo caminho para a oligarquização do sistema político. Para Taunay, a proposta atentava contra o projeto monarquiano que tinha até então trazido o fruto da estabilidade e virtude pública caracterizada pela vida de Dom Pedro II. A federalização seria o fim do país. Para Taunay, a monarquia cumpria seu papel histórico, por isso, podia-se pensar que em duas gerações, talvez houvesse a possibilidade da passagem da Monarquia a República, pelas mãos de um descendente de Dom Pedro II. Contudo, não foi o que se deu.

No último capítulo da tese, é analisado o momento em que o então Visconde de Taunay refugiou-se no exílio da escrita e de suas memórias como forma de enfrentar: O ostracismo imposto pelo novo Regime e as dificuldades financeiras advindas da crise, filha do Encilhamento. A escrita ressurgiu nesse momento como plataforma para propor caminhos à República, reprovando-lhe a ganância e o caráter volátil. Em última instância, Taunay parecia sugerir que só haveria caminho, assim que a República abraçasse os traços do projeto conservador, monarquiano, que defendia o poder centralizado e a estabilidade decorrente da probidade na condução administrativa. Taunay converteu este projeto político em um conservadorismo progressista ideológico, como um projeto possível para o novo regime, dado a morte do Imperador naquela década. Era preciso refazer os traços da Monarquia sem a Coroa. Debilitado pelos sintomas de diabetes, ainda escreveu dois romances, *O Encilhamento* onde criticaria a voracidade especulativa que tomou a praça do Rio de Janeiro e *No Declínio*, que reflete, ainda que sutilmente, o choque entre o cortejo feito a uma viúva independente de Botafogo feito por dois homens: um mais jovem, cosmopolita, de origem irlandesa, oficial da Marinha; e outro, figura apagada, irrisória, comezinha que parece representar o arquétipo dos homens públicos do período. Prefigura-se um choque entre o bom homem da época da

Monarquia e do presente na República... Como sugere o título... Taunay sentia o declínio e um desânimo, percebia a proximidade do fim.

Com sua morte, sua vida e obra passaram a ser centro de disputas, lembrança e esquecimento. Visconde de Taunay e sua obra começaram a serem lidos conforme os contextos políticos e sociais do país. Desta forma, Veríssimo e Nabuco foram os primeiros a tratarem do homem e obra, mas com o passar do tempo, o conjunto de seus escritos fizera parte do cânone nacional até o nacionalismo da década de 30. Nesse sentido, apesar de ter saído do exército, sua obra foi resgatada enquanto um militar e um observador das realidades brasileiras desconhecidas da cidade. Com o cinema sua obra passou a ganhar novo influxo: na década de 1910, na década de 1940 e na década de 1980, quando simbolizou a retomada de um estado de inocência perdido com o fim dos governos militares. O historiador Affonso Taunay criou um Taunay autor de “espelho de príncipe”, ao fazer publicar no período Vargas as cartas e trechos de diários de Taunay sobre o Imperador D. Pedro II, reunidos em livros. Entre os anos de 1950 e 1970, com o advento da sociedade de massas e urbanização rápida, muito da literatura de Taunay pareceria ultrapassada, portanto, aos poucos ele se converte no “autor de *Inocência*”. A massificação cultural impõe *Inocência* como leitura dos vestibulares, ao mesmo tempo em que Guerra-Peixe voltava musicalmente ao ambiente belicoso de Laguna, em 1971. Contudo, Visconde de Taunay estaria principalmente associado ao famoso livro que lhe reservou o lugar no romantismo tardio. Em geral, é o que se depreende principalmente das críticas literárias e na historiografia da literatura brasileira. Na década de 1990, com o incremento da pesquisa acadêmica, Maria Alice R. Carvalho propôs repor Taunay no rol dos pensadores da geração de 1870. As pesquisas se aprofundaram, e uma nova geração de pesquisadores proporia leituras sobre o pensador Taunay: Angela Alonso e Christian Lynch. A primeira, sublinhando o seu local de proximidade com o Imperador e, o segundo, pondo em relevo o caráter dinâmico do conservadorismo desse integrante da terceira geração do Partido Conservador.

No entanto, faltava ver sua atuação política, reordenar seus escritos, conhecer mais claramente as variações, as mudanças na vida e discurso do Visconde de Taunay.

Assim, essa tese procurou entender estes contornos do pensamento político de Alfredo Taunay, o Visconde de Taunay nos espaços que frequentou, nas plataformas que escreveu, enfim, tentou-se devolver coerência ao conjunto de escritos e vida; tentando rearticular a Opera-Taunay e demonstrar seu sentido.

REFERÊNCIAS

A *RUA*. Rio de Janeiro, 28 maio, 1920.

ABREU, C. A. *A disputa monetária na Primeira República (1890-1906)*. Entre papelistas e metalistas: a moeda como projeção e resultado do real. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AGASSIZ, L. *A journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1865.

ALENCAR, J. *Cartas de Erasmo*. Organizador José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ALMEIDA, I. C. de S. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 19-36, 2016.

ALONSO, A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, 2000.

ALONSO, A. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, A. O memorialista interessado – a construção da imagem do império na Primeira República. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2008.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 26 dez. 1872.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 31 jan. 1873a.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 6 fev. 1873b.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 18 fev. 1873c.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 19 mar. 1873d.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 3 abr. 1873e.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 7 abr. 1873f.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 16 jun. 1874.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 6 fev. 1877a.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 16 abr. 1877b.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 20 abr. 1877c.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 14 maio, 1877d.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 6 jun. 1877e.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 6 fev. 1882a.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 18 mar. 1882b.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 20 mar. 1882c.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 22 mar. 1882d.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve, 13 maio, 1877e.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 10 set. 1886.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 1 jun. 1887a.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 4 jun. 1887b.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 5 jun. 1887c.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 4 jul. 1887d.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 5 jul. 1887e.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 27 jul. 1887f.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 2 ago. 1887g.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 11 ago. 1887h.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 12 maio, 1888a.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 30 maio, 1888b.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 3 out. 1888c.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 20 out. 1888d.

ANNAES DO SENADO BRAZILEIRO. Rio de Janeiro: Typographia J. Villeneuve, 30 out. 1888e.

ARAÑA, D. B. *Historia de la Guerra del Pacífico*. Santiago: Librería Central de Mariano Servat, 1881.

ASSIS, M. de. Bons dias! 28 de outubro de 1888. In: ASSIS, M. de. *Obra completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994c. 3. v. p. 80.

ASSIS, M. de. *Correspondência de Machado de Assis*: tomo III, 1890-1900. Rio de Janeiro: ABL, 2011. (*Coleção Afrânio Peixoto*, v. 98).

ASSIS, M. de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. (*Obra Completa de Machado de Assis*).

ASSIS, M. de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. (*Obra Completa de Machado de Assis*).

AZEVEDO, G. de. *Visconde de Taunay*: estudo biográfico. São Carlos: Tipografia São Paulo, 1964.

BANDEIRA, A. H. de Sousa (org). *Reforma eleitoral, eleição direta*. Recife: Typographia Universal, 1862.

BAREL, A. B. D. De tropeiros, fazendeiros e histórias de amor: Til e Inocência - dois projetos de formação da literatura brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.56, p.209-228, 2013.

BAREL, A. B. D. História e imaginário: a construção de imagens identitárias em relatos de viajantes oitocentista. *Revista Signotica*, Goiânia, v. 17, n.1, p. 21-43, 2005.

BARMAN, R. J. *O Imperador cidadão*. São Paulo: Unesp, 2012.

BARRUÉ, P. *Un concordat: solution catholique et libérale de la question romaine*. Paris: Palais Royal, 1861.

BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos do AEL*, Campinas, v.6, n.10/11, 1999.

BERALDO, P. A. *No declínio, de visconde de Taunay: o canto do cisne*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BESOUCHET, L. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco : ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BETHELL, L. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, A. A. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: FGV. 2015. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFERÊNCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2019.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BOLINGBROKE, W. *Political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix. 1997.

BRASIL. *Decreto nº 2.616, de 13 de agosto de 1875*. Torna extensivo o que dispõe o que o art. 3º da Lei nº 1843 de 6 de outubro de 1870 aos offiaes que, tendo sido commissionados durante a guerra do Paraguay, entraram em acção contra o inimigo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1875. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2616-13-agosto-1875-549645-publicacaooriginal-65136-pl.html>. Acesso em: 29 out. 2017.

BRASIL. *Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889...* Coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Brasília, DF: INL, 1977.

BUNGART NETO, P. De Taunay a Nava: grandes memorialistas da literatura brasileira. In: ENCONTRO DIÁLOGOS ENTRE LETRAS, 1., 2011, Dourados. *Anais [...]*. Dourados: UFGD, 2011. p. 44-55.

BURTON, R. F. The lake regions of Central Equatorial Africa, with notices of the Lunar Mountains and the sources of the white Nile; being the results of an expedition undertaken under the patronage of her majesty's government and the Royal Geographical Society of London, in the years 1857-1859. *Journal of the Royal Geographical Society*, London, v. 29, p. 1-454, 1859.

CAETANO, M. do R. Walter Lima Jr: em busca do “cinema de atmosfera”. *Revista de Cinema*, São Paulo, 10 nov., 2016. Disponível em: <http://revistadecinema.com.br/2016/11/walter-lima-jr-em-busca-do-cinema-de-atmosfera/>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CALMON, P. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1975.

CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CÂNDIDO, A. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

CARVALHO, J. M de. *A Construção da ordem : a elite política imperial*. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, J. M de. Apresentação. In: ALENCAR, J. *Cartas de Erasmo*. Organizador José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

CARVALHO, J. M de. A vida política. In : CARVALHO, J. M. de. *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro : Objetiva, 2012. p. 83-130.

CARVALHO, J. M de. *Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, M. A. R. de. *O Quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CASTRILLON-MENDES, O. M. Taunay viajante: uma contribuição para a historiografia literária brasileira. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 46, p. 217-240, 2008.

CÉSAR Guerra-Peixe: a retirada de Laguna. [S.l.]: Rádio MEC, 1971. 1 vídeo (39 minutos e segundos). Publicado pelo canal Wellesz Theatre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XAp45-sFVt4>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CHURCH, W. C. *The life of John Ericsson, volume I*. New York: Charles Scribner's sons, 1906. Disponível em: <https://archive.org/stream/cu31924011786682#page/n9/mode/2up>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CLAUZEL, B. *Explications du Marechal Cluzel*. Paris: Ambroise Dupont, 1837.

COCKS, H. *Robert Peel: conservatism, liberalism and reform in 19th century Britain*. Nottingham: University of Nottingham, 26 Mar. 2014. Disponível em: <http://blogs.nottingham.ac.uk/historypastandpresent/2014/03/26/robert-peel-conservatism-liberalism-and-reform-in-19th-century-britain/>. Acesso em: 1 abr. 2019.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 14 mar. 1940.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 mar. 1958.

COSTA, W. P. Escavando ruínas: memória, fronteira e escrita da história na narrativa de Alfredo Taunay. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, p. 15-41, 2016.

COSTA, W. P. Taunay, Taunays: território, imaginários e escrita da nação. In: BAREL, A. B. D.; COSTA, W.P. (orgs.). *Cultura e poder entre o império e a república: estudos sobre os imaginários brasileiros (1882-1930)*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 113-144.

COUTINHO, A. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CRUZ, E. N. *Dimensões do espaço: uma abordagem de inocência, de Visconde de Taunay*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Montes Claros, Monte Claros, 2012.

CRUZ, E. N. O tempo-espaço em inocência, de Visconde de Taunay. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 1-13. v. 2, n. 2.

CUNHA, M. J. C.; CORREA, V. A. O lugar de fala de Taunay: um estudo sobre o enquadramento da narrativa na guerra do Paraguai. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades*, Brasília, DF, v. 4, p. 1-11, 2011.

DALMOLIN, J. V. Translado dos restos mortais do Guia Lopes do cemitério dos heróis – Jardim - MS para a Praia Vermelha - Rio de Janeiro. *Guia Lopes de Laguna*, [S.l.], [2011?] Disponível em: http://nossaterranossagentenossahistoria.blogspot.com/p/blog-page_1754.html. Acesso em: 3 abr. 2019.

DEL PRIORE, M. *Visconde de Taunay: cadeira 13, ocupante 1*. Rio de Janeiro: ABL, 2011.

DIB, A. Abraccine organiza ranking dos 100 melhores filmes brasileiros. *Abraccine*, [S. l.], 27 nov. 2015. Disponível em: <https://abraccine.org/2015/11/27/abraccine-organiza-ranking-dos-100-melhores-filmes-brasileiros/>. Acesso em: 26 de abr. de 2019.

DORATIOTTO, F. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTTO, F. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. 2. ed. Brasília, DF: FUNAG, 2014.

DORIA, F. A. de M. *Relatório à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima oitava legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

DOSSE, F. *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: USP, 2009.

FARIA, V. S. de. Eleições no Império: considerações sobre representação política no Segundo Reinado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. , 2013, Natal. *Anais [...]*. Natal: UFRN, 2013.

FRANCO, A. da C. (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Brasília, DF: FUNAG, 2005.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. do. *A economia da República velha, 1889-1930*. 2011. Versão preliminar de capítulo a ser incluído no projeto História Contemporânea do Brasil, v. 3, A abertura, 1889-1930, patrocinado pela Fundación Mapfre, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.economia.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

FREEDEN, M. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GAHYVA, H. da C. "A epopeia da decadência": um estudo sobre o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), de Arthur de Gobineau. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 501-518, 2011.

GARCIA, J. M. N. Post-mortem. *José Maurício Nunes Garcia*, [S. l.], [2011?]. Disponível em: http://www.josemauricio.com.br/JM_P_Pst.htm. Acesso em: 5 abr. 2019.

GARDNER, T. Vergil, Eclogue 1.6-36: o meliboeo, deus nobis haec otia fecit. *Liber Latinus*, Sidney, 17 Feb. 2014. Disponível em: <https://liberlatinus.wordpress.com/2014/02/17/vergil-eclogue-1-6-36-o-meliboeo-deus-nobis-haec-otia-fecit/>. Acesso em: 6 mar. 2019.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 jan. 1899.

GAZETA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, 2 jun. 1892.

GAZETA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, 28 jan. 1899.

GAZETA DE PETRÓPOLIS. Petrópolis, 8 out. 1892.

GREGÓRIO, P. H. A identidade franco-brasileira do Visconde de Taunay. *Revista Opiniões*, São Paulo, n. 2, p. 12-23, 2011.

HALL, M. M. Reformadores de classe média no império brasileiro: a sociedade central de imigração. *Revista de História*. São Paulo, n. 105, p.145-171, 1976.

INOCÊNCIA. Direção: Vittorio Capellaro. São Paulo: [s. n.], 1915. 1 rolo de filme (88 min), mono.

JAVARI, B. de (org.). *Império brasileiro: falas do trono, desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da câmara temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas câmaras e competente histórico, coligidas na secretaria da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1977.

JOBIM, J. L. Quem deve ser brasileiro? As opiniões de Taunay e Machado de Assis sobre a nacionalização. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 13-23, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1 jan. 1939.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 28 set. 1938.

JUCÁ, J. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do segundo império*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

KEARNEY, D. "Appeal from California. The Chinese invasion. Workingmen's address". *Indianapolis Times*, Indianapolis, 28 Feb. 1878.

LEITE, G. Joaquim dos Remédios Monteiro. *Médicos ilustres da Bahia e do Sergipe*. [Feira de Santana], 4 fev. 2011. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/173-joaquim-dos-remedios-monteiro.html>. Acesso: 3 abr. 2019.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboços de história empresarial*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.

LIMA, A. B. Políticas imigratórias do final do séc. XIX: a sociedade central de imigração e a busca pela democratização do espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. *Anais [...]*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 19, p. 75-119, 2016.

LYNCH, C. E. C. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017.

LYNCH, C. E. C. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LYNCH, C. E. C. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, Guarulhos, n.10, p. 314-334, 2015.

LYNCH, C. E. C. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do império reconsiderada. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, 2018.

LYNCH, C. E. C. O império é que era a república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 85, p. 277-311, 2012.

LYNCH, C. E. C. *O momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970), *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

LYNCH, C. E. C. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight-Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 55, p. 20-37, 2011.

MACALISTER-SMITH, P. *International humanitarian assistance-disaster relief actions in international law and organization*. Germany: Springer, 1985.

MALTE-BRUN, C. *Géographie complète et universelle: illustrée de 50 gravures, 8 cartes, 5 planches et du portrait de l'auteur*. Paris: Morizot, 1856.

MARÇAL, G. B. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

MARETTI, M. L. L. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: UNESP, 2006.

MARETTI, M. L. L. Os romances urbanos do Visconde de Taunay: o caso de Ouro sobre Azul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: TESSITURAS, INTERAÇÕES, CONVERGÊNCIAS, 11., São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

MARETTI, M. L. L. *Um polígrafo contumaz (o Visconde de Taunay e os fios da memória)*. 1996. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MCMAHON, M. T. Ensayos sobre la guerra de la triple alianza contra el Paraguay. *Harper's New Monthly Magazine*, New York, 1870, Traducción, Prólogo y Comentarios de Emilio Urdapilleta (Dominio Público – Fines de Divulgación Histórica), Asunción, 1 de jun. 2014.

MCMAHON, M. T. The war in Paraguay. *Harper's New Monthly Magazine*, New York, v. 40, p. 633-647, Apr. 1870.

MENDES, F. F. “A lei da cumbuca”: a revolta contra o sorteio militar. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 267-293, 1999.

MILZA, P. *Napoléon III*. Paris: Perrin, 2006.

NABUCO, J. *Balmaceda e a intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NABUCO, J. *Diários 1873-1910*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bem-te-vi editora, 2006.

NABUCO, J. Agradecimento aos pernambucanos. Londres: [s. n.], 1891.

NABUCO, J. *Escreptos e discursos litterarios*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

NABUCO, J. Um projeto de federação: sessão 08 de agosto de 1888. In: NABUCO, J. *Discursos parlamentares*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1983. p. 410-420.

NARVAEZ, B. N. *Chinese coolies in Cuba and Peru: race, labor, and immigration, 1839-1886*. 2010. Thesis (Doctor in Philosophy) - University of Texas, Austin, 2010.

NASCIMENTO, N. de A. *A retirada da Laguna: imagens sobrepostas do Brasil oitocentista*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

NASCIMENTO, N. de A. Do sertanejo à campanha imigratória: imagens do Brasil pelo Visconde de Taunay. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 170-190, 2008.

NEEDELL, J. D. *The party of order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831–1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, 11 set. 1889.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, n. 137, 2 dez. 1883.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, n. 19, 20 fev. 1885.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, n. 21, 25, 8 mar. 1885.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro, n. 27, 11 mar. 1885.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 ago. 1926.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 27 maio 1926.

OLIVA, O. P. Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eça de Queirós e a imigração chinesa: qual medo? *Revista da ANPOLL*, Brasília, DF, v. 2, n. 24, p.65-84, 2008.

OLIVEIRA, A ; JOBIM, J. *Visconde de Taunay*. Rio de Janeiro: Garnier, 1922. (*Coleção Aurea*).

PEDRO II, Imperador do Brasil. [*Carta imperial concedendo o título de visconde de Taunay com honras de grandeza*]. Destinatário: Senador Alfredo Maria Adriano d' Escraganolle Taunay, [Visconde de Taunay]. Rio de Janeiro, 6 jul. 1889. 1 carta. (*Acervo do Museu Imperial de Petrópolis*).

PEDRO II, Imperador do Brasil. *Diários*. (no prelo)

PEREIRA, M. S. Uma “odisseia africana”. Os caminhos de André Rebouças pela África. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, 12., 2006, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

PINHO, W. (org.) *Cartas do imperador Dom Pedro II ao barão de Cotegipe*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

POCOCK, J. G. A. Estado da arte. In: POCOCK, J. G. A.; MICELI, S. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 23-62.

RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMSAY, A. A. W. *Sir Robert Peel*. Londres: Constable and Company, 1928.

RIO-JORNAL. Rio de Janeiro, 28 maio, 1919.

RIO-JORNAL. Rio de Janeiro, 9 jan. 1920.

RIZZO, R. M. Entre deliberação e hierarquia: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877). 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROSANVALLON, P. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.

ROSANVALLON, P. Fondements et problèmes de l'illibéralisme français, 2001. *Académie des Sciences Morales et Politiques*, Paris, 15 jan. 2001. Disponível em : <https://academiesciencesmoralesetpolitiques.fr/2001/01/15/fondements-et-problemes-de-lliberalisme-francais/>. Acesso : 24 abr. 2019.

ROUSSEAU, E. *Introduction au étude de la chimie*. Paris: Méquignon-Maruis Fils, 1845.

SAID, E. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, E. *Culture and imperialism*. Nova York: Vintage Books Editions, 1994.

SAID, E. *Orientalism*. Nova York: Vintage Books Editions, 1979.

SCANDAROLLI, D. Projeto “Lo Schiavo”: as intermitências da criação. *Revista Música*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 155-186, ago. 2012.

SCHWARZ, L. M. *O sol do Brasil : Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João VI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERPA, P. *Visconde de Taunay*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1952.

SILVA, R. C. O Visconde de Taunay e seus edificantes exemplos como militar e cidadão. Juiz de Fora: 4ª região Militar, 1943. (*Conferência pronunciada pelo capitão Riograndino da Costa e Silva*).

SINÉSIO, D. J. *A questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO. Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1883.

SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO. Rio de Janeiro, n. 1-4, dez. 1883/ ago. 1884.

SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO. Rio de Janeiro, n. 6, out. 1884.

SOUZA, G. *Incursões de fronteira: as contradições da modernização brasileira no sertão mato-grossense segundo o Visconde de Taunay*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

TANNURI, L. A. *O encilhamento*. Campinas: HUCITEC-FUNCAMP, 1981.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). [*Carta a José Arthur Montenegro informando ter conhecimento do estado de saúde do amigo e do não recebimento da tradução francesa de Inocência enviada ao destinatário; tecendo comentários sobre a situação política brasileira e sobre D. Pedro II*]. Caxambu : [s.n.], 02/10/1896. 4 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss459500/mss459500_033.pdf. Acesso em : 1 abr. 2019.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *A nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tacita*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886a.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Campanha das cordilheiras: diário do exército*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933a.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *O Visconde do Rio Branco, esboço biográfico*. Rio de Janeiro Typ. G. Leuzinger e Filhos, 1884.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Viagem pittoresca a Petropolis, para servir de roteiro aos viajantes e recordação deste ameno torrão brasileiro*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1862.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). [*Carta a José Arthur Montenegro comunicando que mandou publicar uma carta do amigo e que a 1. edição de seu livro como me tornei um kneippista, se esgotou rapidamente*]. Rio de Janeiro, [s.n.], 28/06/1895. 1 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss459500/mss459500_025.pdf. Acesso em: 1 abr. 2019.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *A Missão Artística de 1816*. Brasília, DF: UnB, 1983.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *A mocidade de Trajano*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *A retirada da Laguna*. Rio de Janeiro: 1959.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Algumas verdades: a propósito de um opúsculo*. Rio de Janeiro: Leuzinger e fils, 1891.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Ao entardecer: contos vários*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Cartas políticas*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889a.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Casamento civil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886b.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Discurso proferido na sessão do Jubilêo do Instituto Geográfico Brasileiro, 21 de Outubro de 1888*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1888.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Estudos críticos: história da Guerra do Pacífico*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881. 1 v.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Irecê a guaná*. São Paulo: Iluminuras, 2000.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Império e república*. São Paulo: Melhoramentos, 1933b.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Innocencia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Lgrimas do coração, manuscripto de uma mulher*. Rio de Janeiro: F. Thompson, 1872b.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Memórias*. São Paulo: Bibliex, 1960.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2005.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Ouro sobre Azul*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). Reminiscências da campanha da Cordilheira (1869-1870). In: *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008a. p. 23-102.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de); TAUNAY, R. de. À guisa de intróito. In: TAUNAY, A. d'E. de (Visconde de). *Memórias*. São Paulo: Bibliex, 1960. p. 1-12.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *O Visconde do Rio Branco (glória do Brasil e da humanidade)*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1988. (*Coleção Afrânio Peixoto*).

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *No Declínio. Romance contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ribeiro, Macedo e C., 1899.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *O Encilhamento, cenas contemporâneas da Bôlsa em 1890, 1891 e 1892*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *O Encilhamento, scenas contemporâneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhaes editor, 1894.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *O grande imperador*. São Paulo: Melhoramentos de São Paulo, 1932.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *Questões de Imigração*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889b.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *Recordações de guerra e de viagem*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008b.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 37, v. 49, pt. 2, p. 79-177, 209-339, 1874.

TAUNAY, A. E. de (Visconde de). *Servidores ilustres do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

TAUNAY, Afonso E. de. “Prefácio”. In: TAUNAY, Alfredo. E. de (Visconde de). *Homens e cousas do império*. São Paulo: Melhoramentos, 1923. p. I-XXIV.

TAUNAY, Alfredo E. de (Visconde de). *Homens e cousas do império*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

TAUNAY, C. A. *Manual do agricultor brasileiro, obra indispensável a todo o senhor de engenho, fazendeiro e lavrador, por apresentar huma idéa geral e philosophica da Agricultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1839.

TRILHA NETO, Mário Marques. Entre óperas, perucas e castrados: as aventuras transatlânticas de Marcos Portugal. *Insight-Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 60, 2013.

TRINDADE, A. D. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

VALENTE, E. O cineasta e seu país. *Contratempo*, [S.l.], [2000?]. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/24/cineastaeseupais.htm>. Acesso em: 6 abr. 2019.

VERÍSSIMO, J. *Estudos de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901. (*Segunda série*).

VERÍSSIMO, J. *História da literatura brasileira*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-da-literatura-brasileira--0/html/ffcf0930-82b1-11df-acc7-002185ce6064_6.html. Acesso em: 3 abr. 2019.

VORENBERG, M. *Final freedom: the civil war, the abolition of slavery, and the thirteenth amendment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WASSERMAN, R. R. M. Financial fictions: Émile Zola's "L'argent", Frank Norris "The Pit", and Alfredo de Taunay's "O encilhamento". *Comparative Literature Studies*, Illinois, v. 38, n. 3, p. 193-214, 2001.

WILMERS, P. Dolores Bacelar: conheça a história dessa médium. *Jornal Correio Fraternal*, São Bernardo do Campo, v. 433, 2010. Disponível em: https://correiofraternal.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=351:dolores-bacelar-conheca-a-historia-dessa-medium&catid=15:baudememorias&Itemid=2. Acesso em: 6 abr. 2019.

WIMMER, N. *Marcas francesas na obra do Visconde de Taunay*. 1992. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

WIMMER, N. Uma estreia no romance: a mocidade de Trajano. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 15, p. 42-48, 2010.

XI, W. *The trial of democracy: black suffrage and northern republicans, 1860-1910*. Athens: University of Georgia Press, 1997.

XIANG, A. Chinese Coolies. [S.l.: s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.imperialchina.org/coolie.html>. Acesso em: 12 out. 2019.

YUN, L. *The coolies speaks: chinese indutered laborers and african slaves in Cuba*. Filadélfia: Temple University Press, 2008.

ANEXO A – Biblioteca do Imperador no Paço de São Cristóvão

Fonte: r/Brasil, 2019. Disponível em:
https://www.reddit.com/r/brasil/comments/b7moe2/gabinete_de_dom_pedro_ii_no_palacio_de_sao/. Acesso em:
10 abr. 2019.

ANEXO B - Conde D'Eu (segundo à esq.), Taunay e Visconde do Rio Branco (detalhe de foto)

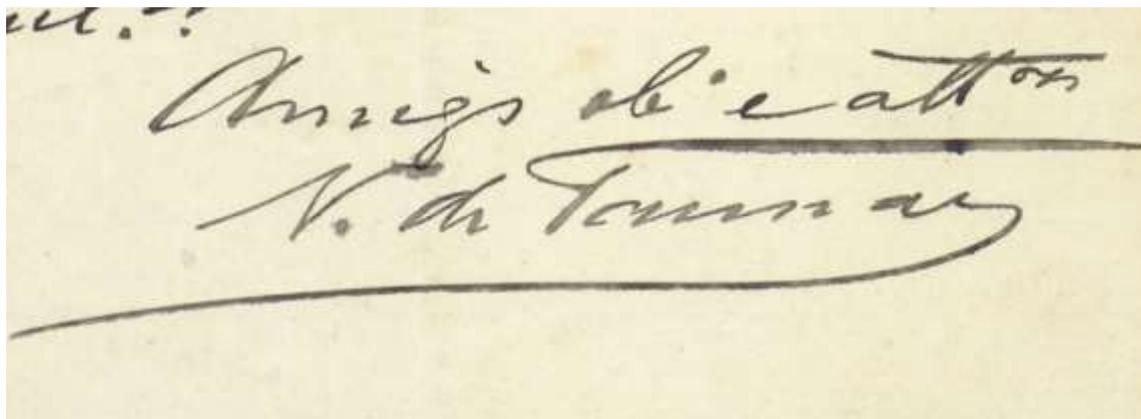


Fonte: Wikipedia, 2012. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Conde_d_Eu_visconde_do_rio_branco_1870.png. Acesso em: 15 abr. 2019.

ANEXO C – Relação de imigrantes italianos do navio Birmânia vindo de Gênova, chegado ao Brasil em 15 de dezembro de 1888. Lê-se Antonio Uliana, 51 anos; Augusta 41, Pasqua ?, Giovanni, 22, Luigi, 17, Luigia, 14 e Maria, 8 anos. Giovanni viria a ser pai de José Uliana (nascido em 1907), e este, meu avô de criação

1035	Uliana Antonio	51	C
1036	mog) Augusta	41	C
1037	fr) Pasqua	61	f
1038	" Giovanni	22	
1039	" Luigi	17	
1040	" Luigia	14	f
1041	" Maria	8	f
1042	Volgari Fortunato	69	C
1043	mog) Luigia	64	f
1044	Uliana Antonio	39	
1045	Volgari Girolamo	30	C
1046	mog) Antonia	4	f
1047	fr) Augusto	8	
1048	" Giuseppe	17/2	
1049	" Giuseppe	8	
1050			

Fonte: Acervo do Arquivo Nacional, 1888.

ANEXO D - Assinatura em carta do Visconde de Taunay

Amigos de e attos
V. de Taunay

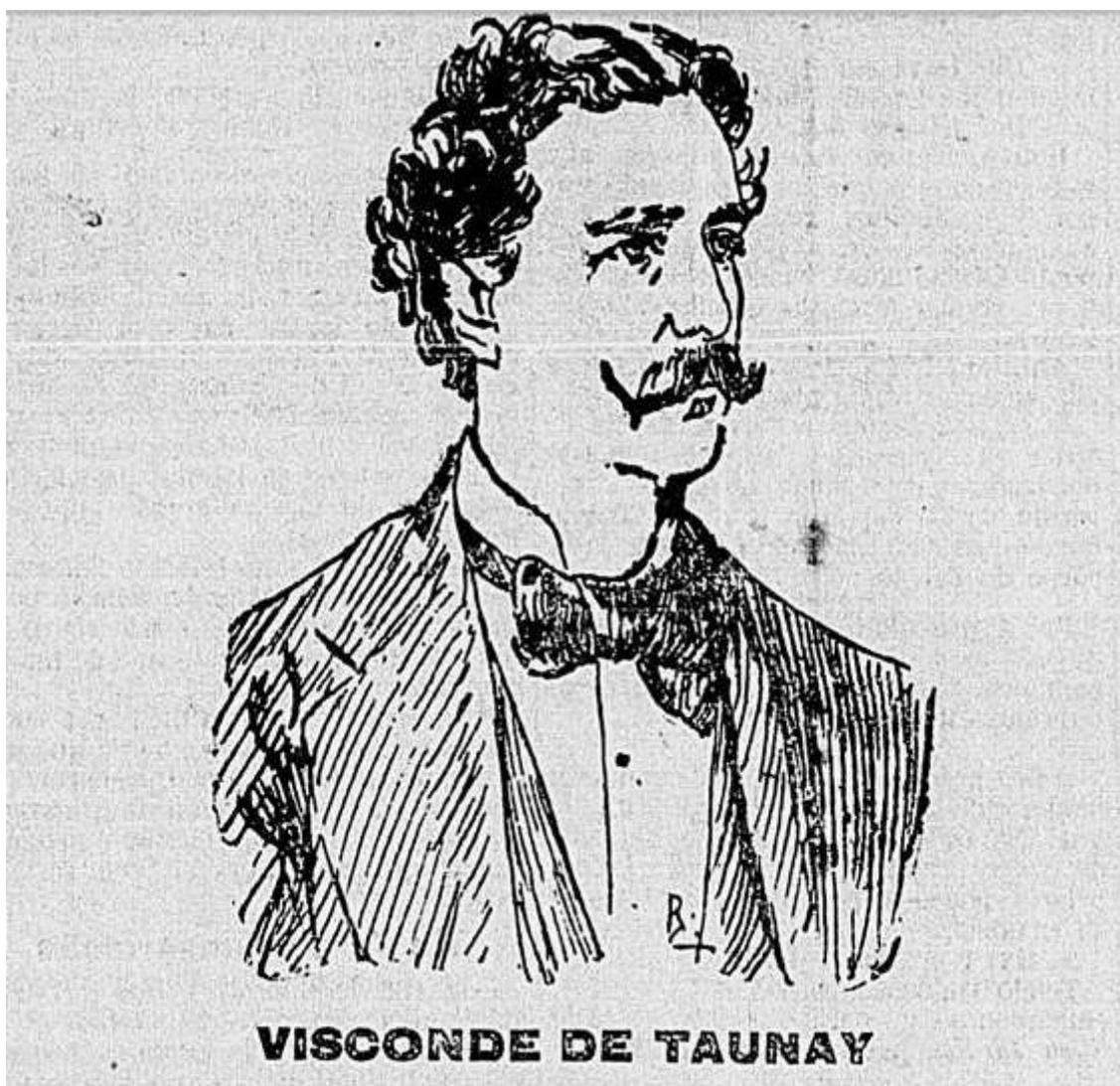
Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

ANEXO E – Imóvel atual no último endereço do Visconde de Taunay, Rua Marechal Floriano (antiga Rua Larga) n. 148



Fonte: O Autor, 2019.

ANEXO F – Provável último retrato de Taunay, a partir de alguma foto desconhecida ou de seu esquite



Fonte: Gazeta de Notícias, 27 jan. 1899.

ANEXO G - Cena do filme Inocência, divulgação em dezembro de 1948



Fonte: Academia Brasileira de Letras, 1948.